

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**REGIONALISMO PARANAENSE: DO ESBOÇO DE UMA SINOPSE DE
HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ À HISTÓRIA DO PARANÁ (1951-1969)**

PONTA GROSSA

2016

LETÍCIA LEAL DE ALMEIDA

**REGIONALISMO PARANAENSE: DO ESBOÇO DE UMA SINOPSE DE
HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ À HISTÓRIA DO PARANÁ (1951-1969)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Maria Julieta Weber Cordova
Co-orientadora: Lenir Aparecida Mainardes

PONTA GROSSA

2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

A447 Almeida, Letícia Leal de
Regionalismo paranaense: do esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)/ Letícia Leal de Almeida. Ponta Grossa, 2016.
125f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração: Cidadania e Políticas Públicas),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Julieta Weber Cordova.

Coorientadora: Prof^a Dr^a Lenir Aparecida Mainardes.

1.Intelectuais. 2.Regionalismo.
3.História do Paraná. I.Cordova, Maria Julieta Weber. II. Mainardes, Lenir Aparecida. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. IV. T.

CDD: 981.62

TERMO DE APROVAÇÃO

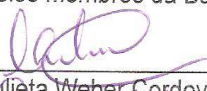
Leticia Leal de Almeida

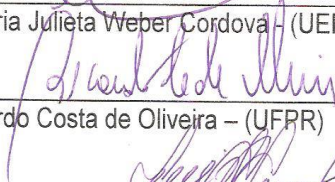
**REGIONALISMO PARANAENSE: DO ESBOÇO DE UMA SINOPSE
DE HISTÓRIA REGIONAL DO PARANÁ À HISTÓRIA DO PARANÁ
(1951 – 1969)**

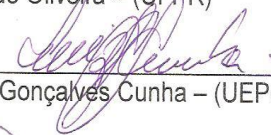
Dissertação aprovada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de
Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

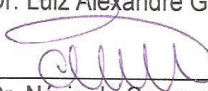
Ponta Grossa, 29 de março de 2016.

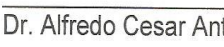
Assinatura pelos Membros da Banca:


Dra. Maria Julieta Weber Cordova – (UEPG) – Presidente


Dr. Ricardo Costa de Oliveira – (UFPR)


Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha – (UEPG)


Dr. Nêvio de Campos – (UEPG)


Dr. Alfredo Cesar Antunes – (UEPG) – Suplente

Ao Gustavo e ao Jean.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter incitado em mim o gosto pelo conhecimento, iluminando minhas escolhas acadêmicas até aqui.

À minha orientadora, Professora Julieta, pela confiança e atenção que dispensou ao meu trabalho, mais que uma orientadora é uma grande amiga que levo para a vida toda.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, em especial às professoras Jussara Ayres Bourguignon e Édina Schimanski, pelo voto de confiança e apoio ao trabalho.

Aos professores, pela aprendizagem e possibilidade de amadurecimento desse trabalho.

À banca examinadora: Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Nívio de Campos e Ricardo Costa de Oliveira, com suas sugestões e dicas preciosas foram essenciais ao encaminhamento do trabalho.

Ao professor Antônio Paulo Benatte, pela amizade e por apresentar a pesquisa em Historiografia paranaense, desde a construção de um objeto em História do Paraná e indicação de referências, incentivou e encorajou esta pesquisa.

À professora Helena Isabel Mueller, pela amizade e dicas precisas para a prática da pesquisa.

Aos colegas de Mestrado, com que pude partilhar as alegrias e as angústias desta caminhada, em especial: Caroline, Marília e Silvana, amigas que levo no coração.

Aos meus amigos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo apoio e incentivo desde a entrada no Mestrado, de modo especial: Clóris, Dirceu, Ilse, Jorge, João, Josemary, Laíse, Lúcia e Manuela.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa História Intelectual e História da Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa: Audrey, Breno, Eliezer e Oriomar, pela amizade e discussões agradáveis que contribuíram para este trabalho e para despertar em mim o interesse pela História Intelectual.

Aos funcionários da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo atendimento adequado aos pleitos dessa pesquisa.

À CAPES pelo financiamento.

Ao Arquivo Público do Paraná, pelo acesso às fontes de Cecília Westphalen, mesmo que em fase de catalogação, me proporcionaram a pesquisa que foi indispensável ao meu trabalho.

Ao meu companheiro Jean, pelo carinho, paciência e compreensão nos dias em que tive que me dedicar de forma exclusiva à pesquisa e que pude contar com seu apoio.

Ao meu filho Gustavo, pela sua maturidade e compreensão, nas ausências necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, sem dúvida o maior incentivo desta caminhada.

Aos meus pais, Osmar e Arlete, exemplos de luta e persistência, pela formação humanista que permitiu que eu desenvolvesse o gosto pelo conhecimento. Pelo incentivo e apoio nas necessidades cotidianas devido aos compromissos acadêmicos.

Aos meus sogros, Tânia e Pedro, pelo apoio e incentivo.

Aos meus irmãos queridos, Leandro, Leonardo e Millena, pelo apoio e incentivo.

Aos meus avós e demais familiares por acreditaram em mim.

Ao grupo Muzenza, por ter despertado em mim o amor pela capoeira, que permitiu manter a minha saúde (física e mental) durante o percurso da pesquisa.

Aos meus amigos, em especial: Bruna, Thamires, Jovilson, Suzana, Eduardo, Aline, Andrelize e Fernanda, pelos momentos de descontração, desabafo, encorajamento e amizade.

A todos que, mesmo de forma indireta, colaboraram e apoiaram a realização deste trabalho.

“Amo a História. Se não amasse, não seria historiador. Fazer a vida em duas: consagrar uma à profissão, cumprida sem amor; reservar outra a satisfação das necessidades profundas, algo de abominável quando a profissão que se escolheu é uma profissão de inteligência. Amo a História e é por isso que estou feliz para vos falar, hoje, daquilo que amo”.

Lucien Febvre

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise sobre a mobilização da História Regional do Paraná, traçando como ponto de partida a proposição de Brasil Pinheiro Machado em *Esboço de Uma Sinopse de História Regional do Paraná* (1951), e suas relações com os discursos dos anos 1960 nos livros: *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) e *História do Paraná* (1969). A partir dos discursos dos intelectuais paranaenses, Altiva Pilatti Balhana, Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, compreendemos a organização de um regionalismo paranaense que congregasse as três regiões que compõem o Paraná: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste. Em seus textos, compreendemos a produção de uma memória e uma identidade para o Paraná dos anos 1960, as quais tentavam manter uma coesão regional, minimizando tensões, ao mesmo tempo em que não contemplavam todos os sujeitos, como caboclos, indígenas e negros, adotando uma perspectiva eurocêntrica de desenvolvimento e buscavam projetar uma imagem para o Paraná no cenário nacional. Revestidos da autoridade do discurso científico, a partir da Universidade Federal do Paraná, estes textos constituem um quadro de referências à História do Paraná, articulados a um projeto de desenvolvimento para o Paraná dos anos 1960, decorrente dos interesses das classes dominantes, a partir do qual objetivaram projetar o Estado rumo ao progresso.

Palavras-chave: Intelectuais. Regionalismo. História do Paraná.

ABSTRACT

This work it is an analysis of the mobilization of the Regional Paraná history, tracing as a starting point the proposition Brazil Pinheiro Machado in Outline A Synopsis of Regional Paraná History (1951), and its relations with the speeches of 1960 in the books: General Courses: Agricultural Structures (1968) and History of Paraná (1969). From the speeches of Paraná intellectuals, Haughty Pilatti Balhana, Bento Munhoz da Rocha Netto, Brazil Pinheiro Machado and Cecilia Maria Westphalen, we understand the organization of a paranaense regionalism that brought together the three regions that make up the Paraná: Paraná Traditional, North and Southwest. In his texts, we understand the production of a memory and an identity for the Paraná 1960s, which tried to maintain regional cohesion, reducing tensions, while it did not cover all subjects, as mestizos, Indians and blacks, adopting a Eurocentric perspective of development and sought to project an image to Parana on the national scene. Clothed of scientific discourse authority from the Federal University of Parana, these texts constitute a framework of references to the history of Paraná, articulated a development project for the Paraná 1960s, due to the interests of the ruling classes, from which aimed to design the state towards progress

Keywords: Intellectual. Regionalism. Paraná's History.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	 13
1	O PAPEL DO INTELECTUAL NA CONSTRUÇÃO DO REGIONAL	
1.1	INTELECTUAIS CATÓLICOS NO PARANÁ	 28
1.2	REGIONALISMO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO: DA FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS À UNIVERSIDADE	 29
1.3	A POLÍTICA COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO INTELECTUAL	 36
1.4	IMIGRANTES E O ESPÍRITO DO CAPITALISMO	 42
2	O ESTUDO REGIONAL NO PARANÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
2.1	<i>ESBOÇO DE UMA SINOPSE DE HISTÓRIA REGIONAL (1953) E SUAS IMPLICAÇÕES NOS LIVROS: CAMPOS GERAIS: ESTRUTURAS AGRÁRIAS (1968) E HISTÓRIA DO PARANÁ (1969)</i>	 60
2.2	A CONSTRUÇÃO DO MITO DE UMA CENTRALIDADE	 67
2.3	A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL PARANAENSE E A QUESTÃO FRONTEIRIÇA	 77
2.4	OS “NÃO-MORIGERADOS” NA EXPANSÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE	 90
2.5	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: CONFLITOS DECORRENTES DA EXPANSÃO AGRÍCOLA	 94
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	 115
4	FONTES	 120
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 121

INTRODUÇÃO

A História regional se coloca para nós como inquietação, a partir da qual atentamos à produção intelectual que organiza uma identidade paranaense, enquanto construção e projeção de uma imagem do Paraná que pudesse produzir reconhecimento e relacionasse os indivíduos a um passado e a um prospectivo futuro.

Notamos uma produção orientada à história regional paranaense a partir anos 1960, articulada à proposição de Brasil Pinheiro Machado em *Esboço de uma Sinopse de História Regional do Paraná* escrito em 1951, e sua influência nos livros *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) e também *História do Paraná* (1969).

Optamos por analisar os discursos nas obras, de autoria dos seguintes intelectuais paranaenses: Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen, Brasil Pinheiro Machado e Bento Munhoz da Rocha Netto. Estes intelectuais, no sentido de Gramsci, pretenderam articular as três regiões que compunham o Paraná: Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste, a partir dos quais constituíram o regionalismo paranaense.

Os intelectuais, compreendidos na dinâmica social do campo, possuem uma dinâmica e valores próprios. A dinâmica social é regida por lutas, nas quais os agentes procuram manter ou alterar relações de força e distribuição de formas do capital. Isto nos remete às condições sociais da produção do conhecimento científico no Paraná dos anos 1960, período em que se organizou um projeto de desenvolvimento regional.

Desta forma, problematizaremos estes discursos presentes nos livros referidos enquanto um saber institucionalizado, pautado na legitimidade da cientificidade do discurso acadêmico. Os autores nas obras visam imprimir uma singularidade ao Paraná, na medida em que o discurso científico é construído como fundamental, tanto para promover os seus agentes no campo científico, quanto para colocar o discurso à serviço dos interesses políticos, controlando assim a apropriação do conhecimento produzido na universidade.

A pesquisa foi orientada a partir dos instrumentos metodológicos da Análise de Discurso Francesa, além de pesquisa bibliográfica e documental no Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen. Seu acervo foi doado pela família em 2006 e, mesmo em processo de catalogação pelo Arquivo Público, é acessível à pesquisa.

A Análise de Discurso da vertente francesa de Michel Pêcheux pretende uma análise qualitativa dos fenômenos sociais, buscando compreender a materialidade dos discursos:

A AD trabalha com o sentido e não com conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido; pode-se afirmar que o corpus da AD é constituído pela

seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio histórico e a linguagem é a materialidade do texto gerando “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p. 680)

O discurso compreendido enquanto materialidade simbólica não é transparente, mas um conjunto de produção de sentidos interpretativos que se materializam no texto. Este se organiza a partir de referenciais sócio históricos e relaciona-se com a ideologia. Os autores enquanto sujeitos discursivos apropriam-se da linguagem para produzirem determinados efeitos de sentido sobre seus leitores. (ORLANDI, 2007, p. 20)

A relação que se estabelece entre os autores e receptores do discurso pode ser compreendida como:

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. A linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI 2000, p. 21)

O discurso é compreendido na sua dimensão sócio-histórica, relacionando-o às condições subjetivas e objetivas. Problematicamos a estruturação, os mecanismos e conceitos mobilizados pelos autores para revestir determinados enunciados de sentido. A partir dos textos, nos quais se manifestam as ideologias, atuam sobre a exterioridade, constroem-se não-ditos que podem ser compreendidos mediante as posições ocupadas pelos agentes na construção da discursividade.

Sobre o funcionamento do discurso, Orlandi (2000, p. 32) se refere aos constituintes do discurso, o interdiscurso (constituição de sentido, saber discursivo, dizível) e o intradiscurso (o discurso em si, sua formulação e suas condições). No que se refere ao interdiscurso, este se remete a uma construção simbólica pré-estabelecida, ou seja, uma memória discursiva que estabelece o que é relevante para a discursividade.

Deste modo, destacamos os discursos nas relações dos intelectuais com o campo de produção intelectual. No qual o discurso visa estabelecer um regime de verdade: “Pode ser também que, atendo-se ao discurso e à sua fabricação, se aprenda melhor a natureza das relações que ele mantém com o seu outro, o real”. (CERTEAU, 1982, p. 32)

Analisaremos também o discurso produzido nas fontes documentais de Westphalen. Estas fontes nos permitem uma aproximação das relações sociais que os respectivos autores, pertencentes à Universidade do Paraná, estabeleceram com o campo intelectual brasileiro. A pesquisa documental revela parte das aspirações políticas, bem como a relação entre Balhana, Westphalen e Pinheiro Machado. Estes arquivos nos permitem perceber como a proposta do regionalismo se colocou para os autores e como estes se articularam. Notando assim, diferenças entre os capitais acumulados pelos autores, em que Brasil Pinheiro Machado ocupa um lugar diferenciado em relação aos demais. Este foi objeto de pesquisa de outras pesquisas, Cordova (2009)¹, Mueller (2011)² e Marchette³ (2013).

Sobre a pesquisa documental, destaca Farge (2009, p. 58):

Não se trata de descobrir nele, uma vez por todas um tesouro enterrado, oferecido ao mais esperto ou ao mais curioso, mas de tomá-lo como um suporte que permita ao historiador buscar outras formas do saber que faltam ao conhecimento. O arquivo não é uma reserva na qual se sorveria por prazer, mas é permanente uma falta.

A partir da pesquisa documental, acrescentamos outros sentidos às relações destes intelectuais com o campo intelectual e político, orientadas em direção à questão norteadora da pesquisa que se concentra em compreender o discurso do regionalismo paranaense construído entre 1951 e 1960.

Os arquivos fornecem suporte à pesquisa bibliográfica, completando alguns sentidos que não podem ser acessados nos livros, na medida em que os documentos encontrados nos arquivos também são vestígios. Destacamos assim, o documento enquanto monumento.

O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1996, p. 538)

¹ CORDOVA, Maria Julieta W. Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense, 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

² Helena Isabel Mueller, realizou pesquisa sobre Pinheiro Machado a partir dos cadernos de anotações do autor (são no total 40 volumes que foram doados pela família de Pinheiro Machado ao Centro de Documentação e Pesquisa do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Estes cadernos se remetem à memória pessoal, política e acadêmica de Pinheiro Machado. MUELLER, Helena Isabel. Brasil Pinheiro Machado por Brasil Pinheiro Machado: memórias biográficas. In: VII Simpósio Nacional de História Cultural, História Cultural: Escritas, Circulações, Leituras e Recepções. São Paulo, 2014. Anais eletrônicos, 2014. Disponível em: <http://gthistoriacultural.com.br/VIIsimposio/Anais/Helena%20Isabel%20Mueller.pdf>

³ MARCHETTE, Tatiana Dantas. A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção da historiografia regional do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico, 2013, 360 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Deste modo, tecemos uma rede de sentidos entre estes diversos documentos: os livros, correspondências, documentos pessoais de Wespthalen, discursos e documentos do Departamento de História da UFPR.

O livro de 1968, *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*, destaca-se por se tratar de uma pesquisa multidisciplinar que envolveu pesquisadores de diversas áreas. A partir da proposição da renovação metodológica da Escola de Annales⁴, o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, recém-separado da Geografia em 1959, buscou atualizar a pesquisa em História, bem como intensificar o diálogo com as Ciências Sociais. (LE GOFF, 2001, p. 22)

Marc Bloch e Lucien Febvre problematizaram o estatuto de cientificidade da História e as premissas que norteariam o ofício historiador (BLOCH, 2002, p. 16). A história que se detinha na temporalidade deveria estabelecer relações com as demais ciências sociais e a partir da interdisciplinaridade que o pesquisador poderia compreender a sociedade em sua complexidade.

O tempo humano, em resumo, permanecerá sempre rebelde tanto à implacável uniformidade como o seccionamento rígido do tempo do relógio. Faltam-lhe medidas adequadas à variabilidade de seu ritmo e quem como limites aceitem frequentemente, porque a realidade assim o quer, conhecer apenas zonas marginais. (BLOCH, 2002, p. 153)

A partir da recepção da *Annales* no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, nota-se o estreitamento das relações dos historiadores em relação à Historiografia Francesa, mais especialmente com Fernand Braudel. Este marcou de forma bastante significativa as produções do departamento da Universidade Federal do Paraná naquele momento.

O livro *Campos Gerais* é resultante da pesquisa organizada por Balhana e Pinheiro Machado, editado pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Paraná no ano de 1968.

Nas palavras de Pinheiro Machado e Balhana (1968, p. 09-10):

Assim, a estas disciplinas empenhadas no conhecimento da paisagem natural, foi somado o trabalho de pesquisadores das diferentes Ciências Sociais (historiador, sociólogo, economista, geógrafo, e outros), portanto uma pesquisa pluridisciplinar, capaz de proporcionar visão global da comunidade e melhor compreensão dos

⁴ A escola francesa de Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel discutem a interdisciplinaridade da História com a Sociologia, a Economia, a Antropologia, expressa no desenvolvimento da História Econômica e Demográfica, pautada nos métodos estatísticos para aplicar às novas fontes documentais, como listas nominativas de habitantes, registros paroquiais e cartorários. A geração de Annales ambicionou escrever uma história “total” ou “global”. (LE GOFF, 2005, p. 22-24).

problemas da região. A caracterização dos fatores condicionantes da vida econômica e social da área estudada, teve ainda o objetivo prático de oferecer subsídios para a solução de problemas.

A produção buscou compreender as transformações no Paraná tradicional na passagem das atividades agrárias que declinam no século XIX, sob os auspícios da história total de *Annales* instauraram um sentido para a região na economia paranaense do século XX. Analisam a trajetória da imigração menonita que se estabeleceu na Fazenda Cancela, uma antiga fazenda de criação de gado, entre a cidade de Palmeira e Curitiba, às margens da futura Rodovia do Café, destacando o reaproveitamento das áreas de campo para as atividades agroindustriais.

Desta forma, diante da problemática, pesquisadores das áreas de História, Geografia e Antropologia se propuseram a compreender as transformações dos Campos Gerais. O livro é dividido em 09 partes: 1ª Meio Natural, escrita pelo geógrafo João José Bigarella; 2ª Formação Histórica, escrita por Pinheiro Machado; 3ª Colônia Witmarsum, escrita por Balhana; 4ª Estrutura Demográfica, escrita por Balhana; 5ª Estrutura Econômica, escrita por Westphalen, pelo economista Luiz Antônio de Camargo Fayet, Pinheiro Machado e Balhana; 6ª Estrutura Agrária, escrita pela geógrafa Heloisa Barthelmess; 7ª Organização Religiosa, escrita por Herbert Minich; 8ª Estrutura Social, escrita por Galbas Milléo e Balhana; e finalmente a 9ª Estrutura Educacional, escrita por Westphalen, Balhana e Oksana Boruszenko. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 267-268)

Os pesquisadores, em sua maioria, estavam vinculados à Universidade Federal do Paraná: Luiz Antônio de Camargo Fayet, da Faculdade de Ciências Econômicas; Heloisa Barthelmess, do Departamento de Geografia; Galbas Milléo, Departamento de Ciências Sociais. Com exceção de Herbert Minich, pesquisador do Departamento de Sociologia da Universidade da Flórida. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 12-14)

Sobre as relações entre as disciplinas que compuseram o projeto Campos Gerais, os organizadores destacaram a organização coletiva:

Nos diferentes estudos que compõe esta monografia coletiva sobre a comunidade menonita de Witmarsum, ao mesmo tempo em que foram feitas a descrição, a análise dos fenômenos e processos em estudo, foi também desenvolvida a interpretação de cada um dos setores pesquisados. Desta maneira, a apresentação dos resultados da pesquisa atinge a níveis explicativos em todas as suas unidades. Em consequência, não tem maior sentido a elaboração de considerações finais a título de conclusões do trabalho, uma vez que cada capítulo representa, na verdade, um estudo completo e conclusivo. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 221)

Mesmo sendo uma iniciativa de pesquisa multidisciplinar, cada pesquisador trabalhou de forma autônoma. Ainda assim, destacamos a relevância da pesquisa organizada, como

precursora de estudos interdisciplinares no Paraná, que permitiram o diálogo entre história, geografia, geologia, economia e sociologia. Sobre o ponto de encontro entre as ciências sociais, destaca Velho (2005, p. 11):

Pois é justamente este o núcleo de nossa reflexão: enfatizar que o cientista social necessariamente transita, mesmo quando não o assume de modo explícito, por essas variadas especializações, cujas fronteiras são arbitrárias e fluidas. Quando falo em arbitrário, não quero dizer que não haja uma base na história da ciência que possa explicar essas discontinuidades. Mas é importante ficar claro que, sob o meu ponto de vista e o de diversos cientistas sociais, elas não correspondem diretamente a uma pura lógica de produção de conhecimento, e sim a uma dinâmica que envolve, entre outras variáveis, relações de poder, circunstâncias pessoais, alianças e conflitos de facções e de segmentos do universo científico.

Assim, a organização de pesquisas disciplinares perpassa questões de poder no campo científico. Devido ao caráter complexo dos fenômenos sociais, os estudos interdisciplinares visam compreender o engendramento da sociedade na composição social, econômica e cultural. Desta forma, cada disciplina, enquanto Ciência Social, completava um sentido na organização do livro *Campos Gerais*.

Sobre o objeto das ciências sociais:

Por mais preocupado e atento que esteja – e o bom investigador geralmente está – a sensibilidades, valores e tipos de poder que, certamente não é o mesmo de um biólogo que pesquisa, por exemplo, cérebros de porcos ou coelhos. Essa é uma questão mais geral no trabalho científico e que atinge um patamar drasticamente crucial quando se trata dos estudos de seres humanos. (VELHO, 2005, p.14)

Dito isso, por mais comprometido que o pesquisador social esteja com o seu objeto, a construção do discurso está suscetível à subjetividade na relação que a pesquisa estabelece como subjetivação do indivíduo, correspondendo assim, às suas inquietações na sua relação com o vivido.

Não obstante, os autores continuaram a problematizar o regionalismo paranaense na escrita do livro *História do Paraná* (1969). O texto foi organizado por Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, editado pela Gráfica Editora Paraná Cultural LTDA (GRAFIPAR). *História do Paraná* possui 4 volumes, dos quais optamos por trabalhar o primeiro. O primeiro volume foi organizado em três grandes blocos: Introdução (busca compreender a organização do Paraná na dinâmica colonial (Paraná Português e Paraná Espanhol, Paraná Tradicional e Paraná Moderno).

Desta forma, nos anos 1960 a preocupação destes intelectuais esteve orientada à problemática do desenvolvimento agrário paranaense ao mesmo tempo em que buscou dar sentido e organizar as três regiões (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste).

A palavra intelectual surge na França com o “caso Dreyfus”, no qual um grupo de intelectuais liderados por Emile Zola envolveu-se na discussão pública, motivados por dever moral e de compromisso com a verdade, no final do século XIX⁵. Segundo Rodrigues (2005, p. 399): “O surgimento dessa categoria social, portanto, indissociável da luta contra o poder, configura a idéia de ação como condição mesma da existência dos ‘intelectuais’”.

É necessário compreender a posição e a função que os intelectuais assumem ao proferir tais discursos. Como observou Gramsci (1987, p. 164):

Por sua natureza e função histórica, os intelectuais se desenvolvem lentamente, muito mais lentamente do que qualquer outro grupo social. Eles representam toda a tradição cultural de um povo, cuja história inteira deseja resumir e sintetizar: e isto deve ser dito especialmente ao velho tipo de intelectual, do intelectual nascido no terreno do camponês. Considerar como possível que possa, como massa romper com todo o passado para se colocar completamente no terreno de uma nova ideologia é absurdo. É absurdo para os intelectuais como massa e talvez absurdo também para os muitíssimos intelectuais tomados individualmente, não obstante todos os honestos esforços que fazem e desejem fazer. Ora, a nós, interessam os intelectuais como massa, e não apenas como indivíduos. (GRAMSCI, 1987, p. 164)

A questão do regionalismo se insere numa problemática devido à extensão territorial do Brasil, na qual é compreensível que cada região, ao organizar seus sistemas políticos regionais, ao mesmo tempo tenta colocar em evidência uma política regional articulada à política nacional. Assim, as diferenciações regionais influenciam as decisões políticas:

Portanto, uma abordagem do sistema político brasileiro que privilegie a política regional, sua relação com a política central e sua articulação com o sistema sócio-econômico local e nacional, pode ser bastante profícua e enriquecedora das análises já feitas, como também indicadora de novos caminhos. (CASTRO, 1992, p. 16)

Desta forma, pensar o regionalismo significa compreender para além de sua dimensão física e econômica, também sua dimensão política:

Pensar em região, assim, é pensar, antes de tudo, nos processos de regionalização – seja focalizando – os como simples procedimentos metodológicos ou instrumento de análise proposto pelo pesquisador, seja como dinâmicas efetivamente vividas e produzidas pelos grupos sociais. (HAESBAERT, 2014, p. 24)

⁵Alfred Dreyfus, capitão francês foi acusado de fornecer documentos secretos a exército alemão em 1894, foi julgado e condenado à degradação militar e deportação. Emile Zola, publicou o texto *J'accuse*, em 1898 no jornal *Aurore*, no qual denunciava os possíveis “erros” cometidos pelo judiciário e pelo complô com o Exército francês contra Dreyfus. Este texto apoiou um Manifesto dos Intelectuais, reivindicando a revisão do “caso Dreyfus” que reuniu várias assinaturas de escritores, artistas, professores universitários, etc. (RODRIGUES, 2005, p.399). Sobre o “caso Dreyfus” explicou Sartre (1994, p. 15): “Para os *antidreyfusistes*, a absolvição ou a condenação do capitão Dreyfus concernia aos tribunais militares e, em última análise, ao Estado-Maior, os *dreyfusards*, ao afirmar a inocência do réu, punham-se fora de sua competência”. Segundo Rodrigues, os *dreyfusards* foram associados intelectuais de esquerda, que devido a sua notariade se colocavam a serviço da comunidade.

A partir da regionalização, compreendemos os discursos enquanto processo de ação sistemática de singularidades.

Encaminhamo-nos, sobretudo, para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (concreto), um artifício (teórico) ou instrumento de ação, mas da região como um “artefato”, tomada na imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também enquanto ferramenta política. (HAESBAERT, 2014, p. 109)

A produção do regionalismo esteve alinhada à preocupação da elite política em projetar o Paraná. Ao se referir à construção regional do Nordeste brasileiro, Castro argumenta que o regional é também uma construção intelectual que se organiza com vistas ao exercício do poder:

Em segundo, trata-se de identificar o regionalismo nordestino como uma construção intelectual de suas elites conservadoras. Este regionalismo transparece na apropriação ideológica da região como uma questão que dever ser nacionalmente equacionada, sentido utilizada com sucesso como elemento de barganha nos pactos e alianças políticas com o governo central. (CASTRO, 1992, p. 19)

Notamos então, o interesse das classes dominantes na organização da regionalização, no qual os intelectuais produzem discursos e também uma identidade, que se orienta à manutenção do poder das elites.

Esta através da sua prática, preserva a posição de classe dirigente, pela participação da coalizão de poder nacional, mantendo assim sua posição de classe dominante na escala regional. A fundamentação conceitual, nesse caso, encontra-se nas elaborações referentes à dimensão regional do exercício da política, o que conduz a compreensão do regionalismo ao seu papel, tanto na organização do espaço regional, como no direcionamento da política nacional. (CASTRO, 1992, p. 20)

A dissertação está dividida em dois capítulos, no primeiro entendemos o regionalismo enquanto construção do intelectual, a partir do conceito de intelectual de Gramsci. Organizamos a presença do intelectual paranaense partir de 1930 no Paraná ligado ao grupo católico no Círculo de Estudos Bandeirantes e da proposição destes da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1938) à Universidade Federal do Paraná, refletindo sobre a relação dos intelectuais com a política paranaense, e como os discursos orientam para um projeto de desenvolvimento regional paranaense na segunda metade do século XX, a partir da imigração.

No segundo capítulo, a temática se concentra no regionalismo paranaense, estabelecendo relações possíveis entre o *Esboço de Uma Sinopse de História Regional* e os livros: *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* e *História do Paraná*. Procedemos a análise dos discursos dos livros a partir do roteiro do Esboço, na medida em que o regionalismo visa organizar uma unidade política, articulando as três regiões que compunham o Estado do Paraná

(Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste), pretendendo salvaguardar uma identidade regional e amenizando tensões decorrentes da delimitação territorial paranaense e suas fronteiras, tanto no que se refere à expansão desde o século XVIII no conflito com os indígenas, como na expansão do século XX, no embate com os caboclos. Passamos então à construção de uma regionalidade para o Paraná, na questão da centralização política em Curitiba e do desenvolvimento do cosmopolitismo. Por fim, destacamos o projeto de desenvolvimento agrário paranaense nos anos 1960, momento em que se buscou produzir um sentido para o Paraná na integração regional.

1 O PAPEL DOS INTELECTUAIS NA CONSTRUÇÃO REGIONAL

A construção do regionalismo enquanto processo, é um fenômeno complexo, que envolve agentes e instituições. Os intelectuais enquanto agentes, ou seja, manejam a realidade (recortam-na, produzem sentidos), convocados a construir diferenciações mascaradas sob o véu da pretensa objetividade científica. O texto enquanto orientação pretende construir uma representação⁶ do Paraná dos anos 1960, bem como estabelecer uma historicidade.

É a partir dessa motivação que se insere o intelectual paranaense na relação das atividades da pesquisa, mediado por valores, revelam contradições e tensões. Ao tomar consciência da sua função na sociedade, o intelectual sistematiza, mantém e transmite um determinado conhecimento às demais classes, ao mesmo tempo em que participa da transformação social, a relação que estabelece com a sociedade de seu tempo possui historicidade⁷.

Nas palavras de Sartre: “Produto das sociedades despedaçadas, o intelectual é sua testemunha porque interiorizou seu despedaçamento. É, portanto, um produto histórico. Nesse sentido, nenhuma sociedade pode se queixar de seus intelectuais sem acusar a si mesma, pois ela só tem os que faz”. (SARTRE, 1994, p. 31)

Os livros *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) e *História do Paraná* (1969) são produtos de uma racionalidade, são proposições dos seguintes intelectuais: Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen e Brasil Pinheiro Machado.

Estes, enquanto produtores do conhecimento que provém da especialização acadêmica, dispostos na Universidade Federal do Paraná, que desde sua criação esteve atrelado aos interesses da classe dominante, almejavam a formação de um corpus especializado no Paraná. Revestidos pelo estatuto de cientificidade do conhecimento, em vias de organização e de reconhecimento, os autores referidos empenharam-se em organizar uma História regional.

A ação da intelectualidade brasileira em estabelecer interpretações sobre a história do Brasil se intensifica a partir do século XX. O intelectual se incumbe de produzir sentidos evocados como instrumentos de ação política na afirmação de um ideário nacional que deveria

⁶ Sobre o conceito de representação nos apropriamos da definição de Paul Ricoeur: “[...] a saber, de um lado, a evocação de uma coisa ausente por meio de uma coisa substituída que é o seu representante padrão, de outro lado, a exibição de uma presença oferecida aos olhos, a visibilidade da coisa presente tentando a ocultar a operação de substituição que equivale a uma verdadeira substituição do ausente”. (RICOEUR, 2007, p. 242)

⁷ A historicidade, nos permite compreender a relação que cada indivíduo estabelece com o tempo, ou seja, experiência temporal é constante, se modifica. Entendidos como uma expressão da experiência temporal, regimes não marcam meramente o tempo de forma neutra, mas antes organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (Erfahrung) do tempo, que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo. (HARTOG, 1996, p. 96)

assimilar e superar a sua história, ajustado a um projeto positivista de progresso e de pressupostos de civilidade europeia.

O conhecimento científico é invocado na constituição das Universidades, correspondendo aos anseios das elites pelas especializações acadêmicas, elite esta que esteve presente na articulação das primeiras universidades brasileiras. Com o intuito de transformação da realidade brasileira, construíram ideais de modernidade. (CHAVES, 2003, p. 32)

O intelectual posiciona-se em momentos fundamentais para a organização social (greves, guerras, crises econômicas, etc), sua escrita reivindica um espaço na sociedade, além de também doutrinar a população. (RODRIGUES, 2005, p. 402)

Aos poucos, os intelectuais adquiriram papel importante na conjuntura nacional, a partir da organização das Universidades no Brasil. Nas palavras de Fávero (2006):

Nesse sentido, a universidade é convocada a ser palco de discussões sobre a sociedade, mas não em termos puramente teóricos, abstratos. Deve ser o espaço em que se desenvolve um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos como também o encaminhamento de propostas e alternativas para a solução de problemas. Não resta dúvida de que essas tarefas constituem um aprendizado difícil e por vezes exaustivo, mas necessário. (FÁVERO, 2006, p. 19)

A escrita compreendida enquanto reivindicação da participação dos indivíduos na política, a partir do envolvimento e atuação dos intelectuais, por vezes divulgadores da ideologia dominante, buscaram, através dos textos, notoriedade e também intervir no social.

Podemos tomar como partida a questão da cultura problematizada pelos intelectuais nos anos 1920. Com a proximidade das festividades do centenário da independência do Brasil, a *intelligentsia* brasileira decidiu repensar os rumos da República e, por conseguinte, uma dita “cultura brasileira”, temos a organização da Semana de Arte Moderna de 1922, momento em que intelectuais paulistas refletiram sobre o nacionalismo brasileiro. Entre estes estavam: Oswald e Mário de Andrade, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Graça Aranha e Tarsila do Amaral, entre outros. Oscilando entre tradição e vanguarda, objetivaram a transformação do país, num ritmo veloz, fabril, urbano e industrial. Os modernistas paulistas tiveram um papel proeminente na formulação do regionalismo, pois naquele momento visavam legitimar São Paulo na liderança nacional em detrimento do Rio de Janeiro, capital federal. O cosmopolitismo paulista tinha entre seus objetivos superar o atraso nacional e garantir a entrada do país na modernidade. (PINTO, 2001, p. 436-437)

A questão regional, tal como era posta, recobria um sério debate: qual seria a região capaz de impor seu tom ao conjunto nacional? Que características a capacitavam a exercer o papel de matriz da nacionalidade? Determinados aspectos geográficos,

certas tradições históricas e o “caráter” do seu povo eram, sem dúvida, os trunfos mais valorizados. (PINTO, 2001, p.437)

Desta forma, os intelectuais modernistas, vinculados às oligarquias paulistas, acentuaram o regionalismo paulistano, ordeiro, berço do bandeirantismo. No anseio de tornar São Paulo a matriz de uma nacionalidade, a partir da paulistanidade. (PINTO, 2001, p.438)

O Estado brasileiro inicialmente organizado pelo modelo federativo, herança da política dos governadores de Campos Salles ainda na república Velha (1890-1930), expresso na Constituição de 1891, já demonstrava a desigualdade entre os Estados, eleições manipuladas e uma política oligárquica.

Destacando a emblemática construção dos regionalismos brasileiros, sobretudo no que se refere a São Paulo, do qual o Paraná foi parte até 1853, também organizou um regionalismo, a partir da Proclamação da República, como setor dominante devido à produção cafeeira o que denota interesse da classe em manter sua hegemonia política. Assim, o regionalismo paulista, ou a Paulistanidade, pode ser compreendida enquanto instrumento dos interesses econômicos da classe dominante paulista. Nas palavras de Cerri (1996):

A paulistanidade é a ideologia produzida pela oligarquia paulista que consiste na criação de uma identidade de ordem regional, valorizando a condição pertencente ao estado (numa operação de homogeneização, ao nível das idéias, de seus habitantes, e consequentemente excluindo outras identificações primordiais que não a regional), ao mesmo tempo em que institui uma série de valores e características próprias da condição de paulista e, para sacramentar essa construção, oferece uma explicação para essa situação através do recurso à história regional, que aponta o bandeirante como ancestral, civilizador, patriarca do paulista. (CERRI, 1996, p. 24)

Portanto, os regionalismos estão presentes na organização da nacionalidade brasileira, mobilizaram as individualidades dos Estados com vistas à modernidade, assegurados em um projeto urbano e industrial. Durante a República Velha, os estados buscaram então projetar uma imagem de si para o restante do país. Empenhavam-se em compreender o papel do regional na consolidação nacional. (PINTO, 2001, p. 440)

Na década de 20 observa-se a prolongação do debate ideológico no campo cultural — a oposição recíproca entre o Modernismo de São Paulo e o regionalismo literário, e a conseqüente negação, da parte do primeiro, dos momentos constitutivos da sociedade tradicional, a célebre “trindade étnica”, que o historicismo regionalista buscava valorizar. (PINTO, 2001, p. 453)

Na conjuntura de 1930 nota-se uma produção significativa no que se refere à produção regionalista, partindo de questões sociais, econômicas e políticas, buscou-se compreender as diferenças do interior do Brasil, denunciando o abandono político das regiões para além do eixo

Rio-São Paulo e, principalmente, a situação do homem do campo brasileiro. Opondo-se ao debate construído pelos modernistas de negação do rural em detrimento do urbano, as produções a partir de 1930 problematizaram as regiões e sua relação com uma consciência nacional.

Em 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, houve uma reorganização entre os grupos dominantes. Se antes na República Velha predominaram as oligarquias mineira e paulista, após a aliança entre Getúlio Vargas (Rio Grande do Sul) e João Pessoa (Paraíba) verifica-se um reajuste intra-oligárquico, expansão da economia visando o mercado externo numa industrialização incipiente, não possuíam uma alternativa ao principal produto brasileiro: o café. Entre 1937-1944, devido ao golpe do Estado Novo, ocorre a centralização política em Vargas. (CODATO, 2008, p. 2-3)

Com a racionalização do Estado, organizado a partir de instituições políticas cada vez mais fortes, e a regulação da economia, nota-se a emergência da burocracia no fortalecimento da legitimidade do Estado. Por isso a emergência de uma classe que se define quanto aos interesses político-sociais e comerciais aliando-se ao Estado, decorrente da centralização política.

Caberia às elites dirigentes traduzir em políticas públicas o somatório/síntese da vontade geral expressa pelo voto. Caberia, portanto, também a esta elite a promoção do desenvolvimento econômico do país, o que efetivamente incorporava uma ampliação das funções intervencionistas do Estado. O Brasil, atrasado economicamente e pobre de capitais, precisava de uma política econômica que fizesse primeiro crescer o bolo da riqueza nacional, para em seguida dividi-lo, minimizando desigualdades sociais que, com o tempo e as oportunidades que a Nação oferecia, poderiam inclusive tender ao desaparecimento. (GOMES, 1980, p. 35)

Esse processo de minimização das diferenças sociais inicia em 1930, sob a premissa “Estado de Bem-Estar Social”, notabilizado pelo processo de urbanização. Nesse momento, o Estado mobiliza um corpus de agentes que produzem discursos que são vinculados nos meios de comunicação (impresso e rádio). Buscavam mascarar as lutas sociais e tornar menos evidentes as diferenças entre as classes sociais. Devido ao crescimento dos postos de trabalho, a criação de sistemas de seguridade social e a implementação do consumo de massa, que se ampliam sobretudo no período pós-guerra, 1950-1960. (ANDERSEN, 1991, p. 29-30)

Os problemas regionais também apareciam na produção literária, como destacou Antônio Cândido, ao discutir os problemas do homem rural paulista. Buscando sinalizar a política brasileira para além dos espaços urbanos, reivindicando um espaço para o rural na nacionalidade. Destacou Cândido (2011 apud Frizon, p. 17):

Talvez se possa dizer que os romancistas da geração dos anos 1930, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro, porque tentaram resolver a grande contradição que caracteriza a nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior – entendendo-se por litoral regiões geograficamente correspondentes do que os tipos de existência, os padrões de cultura comumente subentendidos em tais designações.

Essa dualidade cultural, de que temos vivido, tende, naturalmente a ser resolvidas, e enquanto não for não poderemos falar em civilização brasileira.

Assim, a partir dessa dualidade cultural civilizatória, destacamos como os intelectuais brasileiros se mobilizavam com vistas a solucionar questões socioeconômicas a partir de suas produções, ao mesmo tempo em que buscavam compreender suas diferenciações, também tentavam incorporá-las ao Brasil.

Os intelectuais brasileiros esforçaram-se em interpretar de forma crítica a História Brasileira, aprofundar as contradições e especificidades. A partir dos anos 1930 se concentram as interpretações que modificaram o olhar sobre Brasil. Entre os autores figuram Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, o que significou que:

O redescobrimento do Brasil pode ser registrado na própria sucessão das produções historiográficas posteriores à Revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira – já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna, de um lado, e com a fundação do Partido Comunista, de outro. (MOTA, 2000, p. 27-28).

O redescobrir significou dar um novo sentido, olhar sob outra perspectiva o Brasil, compreendendo-o a partir das heranças coloniais e como estas imprimiam uma particularidade. Partiram de referenciais teórico-metodológicos inovadores, tornaram-se referência para tantas outras produções, para além de rótulos disciplinares, por vezes foram remetidos enquanto produção “ensaística” ou “interpretações”. Aproximam-se entre si ao conferirem sentido à realidade social, ao mesmo tempo em que participam do processo de constituição da cientificidade das ciências sociais. (MOTA, 2000, p. 7)

A partir de 1930, vários intelectuais se articulam para a criação de três universidades, Fernando de Azevedo na Universidade de São Paulo (1934), a USP; a criação da Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira em 1934; e a Fundação da Universidade do Brasil, promulgada pela Lei nº 452, de 5 de Julho de 1937, incitada pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema.

As ações do Governo Vargas se caracterizaram pela centralização do poder, o que explicava o sentido de estabelecimento das diretrizes bem definidas da educação superior, bem como dos demais graus de ensino. Não se tratava de uma diretriz educacional estritamente para o ensino superior, mas sim de uma orientação política mais ampla, pois as iniciativas nas diferentes esferas deveriam estar em consonância

com as idéias emanadas do Estado. Essa atuação do governo de Vargas constituiu em amplo controle do ensino superior na medida em que a autorização de funcionamento, assim como o reconhecimento oficial das instituições de ensino eram estabelecidas pelo Governo Federal. (CAMPOS, 2006, p. 23)

As Universidades assumem o papel de produtoras de discursos, dialogando com os projetos políticos vigentes, correspondiam aos anseios das elites brasileiras em participarem da política, além de promoverem um espaço de debate e produção que pudesse dar soluções para determinados problemas, incubem-se de formar indivíduos que pudessem superar o “atraso” brasileiro e consolidar um projeto de nação.

Assim, a partir das produções de 1930, nota-se o desenvolvimento de estudos mais empíricos, baseados em novas referências e metodologias (norte-americana, alemã e francesa), que estabeleceram critérios de cientificidade para o conhecimento acadêmico. Articulados ao pensamento Positivista, bem como à emergência da Sociologia e da Antropologia, construíram ideais de modernização e mudança social.

Assim como no plano da política, na seara historiográfica novos estilos surgiram, contrapondo às explicações autorizadas de Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna concepções até então praticamente inéditas, e que soariam como revolucionárias para o momento. A Historiografia da elite oligárquica, empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão os pontos de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933), Sérgio Buarque de Hollanda (1936) e Roberto Simonsen (1937). (MOTA, 2000, p. 28)

A Igreja católica incentivou a criação de clubes intelectuais em detrimento do pensamento positivista e anticlerical que se organizou na passagem do século XIX para o século XX. Desta forma, a Igreja buscava manter-se atuante e presente no contexto republicano.

Ela precisava agir rapidamente, pois, com o novo regime alguns privilégios lhe foram tirados, entre as quais a retirada do ensino religioso das escolas oficiais e a separação entre o Estado e a Igreja. A hierarquia da Igreja agiu durante a Primeira República no sentido de recolocar o ensino religioso católico nas escolas públicas, bem como coordenou a fundação de círculos de cultura com o objetivo de garantir sua presença no campo intelectual, moral e político da sociedade brasileira. (CAMPOS, 2006, p. 125-126)

No Paraná, a necessidade de institucionalizar o conhecimento científico esteve ligado também à iniciativa do grupo católico nos anos 1920, a partir do Círculo de Estudos Bandeirantes⁸.

⁸Daqui em diante, utilizaremos a sigla CEB para nos referirmos ao Círculo de Estudos Bandeirantes.

1.1 INTELECTUAIS CATÓLICOS NO PARANÁ

A Igreja católica buscou formar um corpus de agentes capazes de articular o conhecimento científico à racionalização católica no plano político e também cultural do Estado, compreendendo a relação entre o intelectual católico e o Estado:

O Estado deveria ser a instância da organização societária em que prevalecessem os valores nacionais, ou seja, o projeto do Estado tinha de ser o projeto da nação; por conseguinte, deveria ser guiado pela racionalidade e organizado pela elite intelectual – única capaz de controlar as paixões e apetites individuais e expressar os verdadeiros interesses da nação Estado-Cientista, isto é, o Estado deveria ser o espaço de intervenção dos especialistas da Ciência, pois esses eram detentores dos interesses da nação. Era proposto e conheciam a realidade brasileira. (CAMPOS, 2006, p. 109- 110)

A criação do CEB no Paraná em 1929 possibilitou aos católicos um espaço de debate e de formação de intelectuais alinhados ao projeto católico: “No círculo de Estudos Bandeirantes, os intelectuais leigos postulavam a necessidade de aprofundar o debate dos problemas sociais, políticos, filosóficos e religiosos à luz da doutrina católica”. (CAMPOS, 2006, p. 126-127)

A divulgação da produção dos intelectuais católicos se deu a partir de revistas, entre elas: O Alvor, A Cruzada, O Cruzeiro, O Luzeiro e, também, da Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes. Estas enquanto meios de difusão dos princípios católicos visaram cativar a juventude católica paranaense. (CAMPOS, 2006, p. 127-128)

Sobre a proposta do CEB e suas as objetivações, argumentou Campos:

A proposta dos bandeirantes era discutir no Círculo de Estudos as questões relacionadas à História, Geografia, às Ciências Sociais, à Medicina, à Matemática, à Química, à Física, à Literatura, à Filosofia, à Teologia, à Religião e tantas outras. Essas áreas do conhecimento poderiam ser tratadas no interior desse espaço cultural, porém o grupo católico compreendia que havia uma hierarquia entre os diversos conhecimentos. Em outras palavras, o conhecimento científico foi tratado como um saber importante para a vida humana, mas ele deveria pressupor as concepções antropológicas, filosóficas e metafísicas do ser humano. (CAMPOS, 2006, p. 129)

Entre os integrantes do CEB estavam: Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado, José Loureiro Fernandes, Liguaru Espírito Santo, padre Luiz Gonzaga Miele, padre Jesus Ballarin, Nicolau dos Santos Neto, Manuel de Oliveira Franco Sobrinho, Flávio Suplicy de Lacerda, Manuel Lacerda Pinto, entre outros. (CAMPOS, 2006, p. 130)

Durante as reuniões da CEB no início dos anos 1930, emergiu a necessidade da inclusão da Filosofia na formação intelectual dos jovens paranaenses, pois a formação dos bacharéis em Direito, Medicina e Engenharia estavam alinhadas aos pressupostos da ciência aplicada, onde

não havia espaço para o debate filosófico. Por isso no CEB instituíram-se cursos de Filosofia. Segundo Campos:

A época moderna exigia que os intelectuais se ocupassem de objetos específicos, mas a formação científica não podia prescindir da formação filosófica. Nesses termos, estava presente a máxima neotomista que postulava a necessidade de filosofia católica para melhor compreender o papel das ciências modernas. (CAMPOS, 2006, p. 131)

Por isso o CEB imbui-se da tarefa de formar uma juventude paranaense, fundamentada nas ciências modernas (Filosofia e Letras), pois para os católicos a tradição intelectual moderna não lhe permitia compreender o sentido do conhecimento para além de si mesmo, mas que deveria concorrer para o florescimento da humanidade. (CAMPOS, 2006, p. 138)

Combater a filosofia moderna permitiu à Igreja católica assegurar que o ideário católico estivesse presente na intelectualidade paranaense. Nesse sentido, a criação da Faculdade Filosofia Ciências e Letras (1938) decorre dos esforços dos intelectuais católicos no CEB. (CAMPOS, 2006, p. 139)

1.2 REGIONALISMO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO: DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO PARANÁ À UNIVERSIDADE

A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL-PR)⁹ representava a necessidade de alargar os horizontes da Universidade, que desde sua criação em 1912 possuía apenas cursos de caráter técnico-profissional, como Direito, Engenharia Civil, Medicina, Obstetrícia, Odontologia e Comércio. A FFCL-PR, fomentada pelo grupo católico, buscou formar uma elite dirigente para o Paraná, expressando a necessidade de formação de professores para o secundário e nível superior.

A União Brasileira de Educação e Ensino, dirigida pelos irmãos Maristas, assumiu a organização da FFCL, já o CEB a assumiu financeiramente, pois o Estado não havia reconhecido inicialmente a instituição, devido a alguns desentendimentos entre um dos seus fundadores: Omar Gonçalves da Mota e o então governador do Paraná, Manoel Ribas. Padre Jesus Ballarin, José Loureiro Fernandes e Homero de Braga tomaram a frente da iniciativa, pois em seu início a Faculdade enfrentou problemas financeiros. (CAMPOS, 2006, p. 142)

⁹Daqui em diante ao nos referirmos à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras usaremos a sigla FFCL- PR.

Neste período não havia universidades católicas no Brasil, no entanto estava em debate a criação de universidades católicas no Rio de Janeiro, estas oficializadas em 1942. A criação da FFCL em Curitiba articulada por Homero de Barros e Omar Gonçalves da Mota antecedeu a carioca, onde se concentrava as lideranças da intelectualidade católica brasileira, entre eles Alceu Amoroso Lima.¹⁰ (CAMPOS, 2006, p. 144)

A igreja católica atuou junto às autoridades educacionais do período, tendo padres ocupando cadeiras no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, além de incentivar a fundação de escolas confessionais para atuar junto aos imigrantes no Estado. Desta forma, o partícipe do projeto modernizador do Estado auxiliou na fixação das etnias, contribuindo para o discurso do imigrante laborioso. Discurso este que fora reforçado pelos intelectuais a partir dos anos 1930 no Estado. Segundo Bega (2006, p. 43), o discurso sobre o imigrante foi utilizado como elemento diferencial na constituição de uma identidade paranaense.

Portanto, a instituição educacional estava adequada aos pressupostos de modernização do Estado, além de ser um espaço de formação de professores e de uma elite que pudesse dirigir o Estado do Paraná.

Em 1930, criado o Ministério de Educação e Saúde (MESP), que regulamentou o sistema nacional de ensino, foi promulgada a Reforma Francisco Campos. Segundo este sistema, para que se constituíssem enquanto Universidade, estas deveriam se unificar no mínimo a três Faculdades. Em 1938, representantes políticos se mobilizaram para a criação da Universidade do Paraná, que deveria contemplar também a recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, no qual propuseram o modelo unificado. Entre estes estavam: Brasil Pinheiro Machado (professor da Faculdade de Filosofia), Bento Munhoz da Rocha Netto (professor da Faculdade de Filosofia) e Erasto Gaertner (professor da Faculdade de Medicina). Em 1945 foi aprovado o Estatuto da Universidade do Paraná. (CAMPOS, 2001, p. 202)

No final dos anos 1940, a atribuição do Estado enquanto educador, mobiliza a intelectualidade para a discussão da educação nos diversos níveis, todas estas mudanças refletem de forma significativa em vários Estados, inclusive no Paraná.

Não obstante, as instituições de ensino superior se constituíram pela presença efetiva do poder público federal. Esta tendência se materializou na lei n. 1.250, de dezembro de 1950, que legislou sobre o processo de federalização dos estabelecimentos de ensino superior mantidos pelos estados, pelos municípios e por particulares. (CAMPOS, 2006, p. 209)

¹⁰ “No Rio de Janeiro em 1934, os católicos organizaram o Primeiro Congresso Católico de Educação, no qual Alceu Amoroso reiterava o papel do laicato no processo de organização de projetos formativos, sobretudo ao fundar instituições de ensino superior”. Estas estão alinhadas (CAMPOS, 2006, p.145)

Em 1945, então mantida por grupos particulares, as Faculdades propunham a formação técnica-profissional. No que se refere ao ensino, a FFCL destinava-se à formação de docentes para o ensino secundário.

Sobre a organização da Universidade do Paraná em 1946, Westphalen destacou esta como fruto da mobilização e da representatividade dos intelectuais paranaenses, que, de acordo com a autora, deu condições de possibilidade à federalização nos anos 1950.

Um grupo de seus professores ocupando posições executivas e legislativas de lideranças trabalham junto ao Governo Federal. Brasil Pinheiro Machado, na Interventoria do Paraná, e os deputados Erasto Gaertner, Aramys Athayde e Bento Munhoz da Rocha Netto, ganham apoio do ministro da Educação, Ernesto de Souza Campos, de maneira que, em 1º de abril de 1946, era novamente instalada a Universidade do Paraná, ainda como estabelecimento particular de ensino superior. (WESTPHALEN, 1969, p. 257-258)

A federalização da Universidade do Paraná realiza-se em 1950, neste momento o Estado passa a ser o organizador e mantenedor da instituição, no mesmo período, o grupo católico afasta-se e funda outra Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em 1952 esta passou a se chamar Faculdade Católica de Ciências e Letras de Curitiba. (CAMPOS, 2001, p. 211-212)

Apesar da federalização, o grupo católico continuava ocupando as funções diretivas e docentes na UP. Flávio Lacerda, reitor no momento da federalização, pertencia ao grupo católico, pois desde os anos de 1930, era integrante do CEB. Portanto, para o grupo católico, o controle da UP pelo Estado não representou, naquele momento, uma direção contrária ao conceito de universidade que propugnava, pois passou a atuar na UP e na Faculdade Católica de Ciências e Letras, criada em 1950. (CAMPOS, 2006, p. 212)

A Universidade do Paraná integrou as faculdades de Direito, Filosofia, Engenharia, Medicina, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, pelo Decreto Lei 9.323 em 1948, sob a reitoria de Victor Ferreira do Amaral. Mais tarde assumiu João Ribeiro de Macedo Filho, este faleceu pouco tempo depois, assumindo Flávio Suplicy de Lacerda. (WESTPHALEN, 1969, p. 258)

A Universidade do Paraná consolidava um ideário de saber que deveria estar articulado à realidade social. A Universidade formaria uma elite conhecedora dos problemas da sociedade paranaense que pudesse dispor do seu conhecimento para o projeto modernizador do Estado. Neste sentido, os intelectuais paranaenses, a partir de suas práticas, ocuparam posições estratégicas na política brasileira, seja na Interventoria ou em Ministérios, buscaram articular e atrair forças para o desenvolvimento do Estado. (MONTEIRO, 2009, p. 25)

A instituição atendia aos interesses das classes dominantes. A classe dominante paranaense pode ser compreendida como:

A sua materialidade é, fundamentalmente, composta pela sua inserção econômica e pelas formas que assumem no comando da sociedade local e regional. Indivíduos e grupos familiares podem acumular capitais e entrar na classe dominante e também podem paulatinamente ser afastados por um processo de decadência social e econômica. (OLIVEIRA, 2000, p. 6)

As transformações que o Brasil experimentou a partir de 1930 refletem de forma significativa nos anseios da classe dominante paranaense, buscando compreender o espaço que o Paraná ocuparia na política nacional. A reedição do texto *Esboço de uma Sinopse de História Regional* (1953) de autoria de Pinheiro Machado na revista de História da UFPR, *Questões e Debates* em 1987, demonstra que a problemática regional ainda no final dos anos 1980 não estava solucionada. A relevância do modelo teórico proposto por Pinheiro Machado ainda instigava os pesquisadores de história do Paraná. Nas palavras do próprio editor:

Várias gerações de professores e estudantes de História têm utilizado a idéia de um modelo explicativo da história regional, tanto na investigação como no ensino de História do Paraná. Esta Revista já publicou texto que tratavam explicitamente da questão, além de artigos do próprio professor Brasil Pinheiro Machado; a referência a ele é constante em dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado, e suas hipóteses fundamentais testadas obrigatoriamente em trabalhos que resultam de pesquisas sobre o Paraná tradicional. Portanto, quase quarenta anos após a sua primeira publicação, seu conteúdo continua atual, além de sua importância para a historiografia paranaense. (QUESTÕES & DEBATES, 1987, p. 177)

Brasil Pinheiro Machado era de família tradicional pertencente à classe dominante paranaense (Oliveira, 2001, p. 297). Natural de Ponta Grossa-PR, formou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Lecionou História do Brasil e História Universal no Ginásio Regente Feijó. Tornou-se prefeito de Ponta Grossa em 1930, nomeado pelo então interventor Manoel Ribas. Foi eleito Deputado Estadual em 1934. Foi professor catedrático de História do Brasil na Universidade Federal do Paraná e diretor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná entre 1939-1951 e Interventor Federal em 1946. (CORDOVA, 2009, p. 156-157)

O texto de Pinheiro Machado foi estabelecido como marco referencial para organização da História Regional. A influência do *Esboço* é notada na proposta do livro História do Paraná de 1969, organizado por Pinheiro Machado, Westphalen e Balhana, na proposição da relação entre Paraná Tradicional e Paraná Moderno. (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, S/N.)

No texto de fechamento do livro, de autoria de Pinheiro Machado, podemos compreender o que motivou os autores a organizar uma História do Paraná, intitulado: *Integração das Comunidades Paranaenses*.

É justamente esse antagonismo, essa fricção, que explicam muitas das medidas administrativas da própria política paranaense para incorporar tôdas essas regiões e tôdas estas populações do Norte do Estado na estrutura geral do Paraná, nas estruturas paranaenses. Até que o possa fazer, o Paraná realmente apresenta-se constituído por comunidades autônomas, hoje, aliás, três comunidades (tradicional, Norte e Sudoeste), convivendo, mas separadas, como se formassem estruturas diferentes, sociedades diferentes. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 261)

Isso nos remete ao fato de que a questão regional paranaense, colocada por Pinheiro Machado, era complexa e profunda, tendo em vista que composto por três regiões (Paraná tradicional, Norte e Sudoeste), mesmo que compreendidas dentro do mesmo território, estas estavam desligadas entre si, não partilhavam da mesma identidade regional. Por isso, a necessidade de uma História atenta às diferenças regionais conferiria sentido ao Paraná, ao mesmo tempo em que se preocupavam com políticas adequadas aos problemas de cada região que compunha o estado.

No bojo dos problemas regionais que se colocavam à intelectualidade daquele momento, Pinheiro Machado propõe o projeto Campos Gerais junto à Altiva Pilatti Balhana, do qual derivou o livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968). O livro possui textos do professor Bento Munhoz da Rocha Netto; dos geógrafos Heloísa Barthelmess e João José Bigarella; do economista Luiz Antônio Camargo Fayet; historiadores Cecília Westphalen, Oksana Boruszenko e Jaime Antônio Cardoso. Fundamentados em um Projeto multidisciplinar, buscaram compreender as transformações que ocorreram na região desde o século XIX, caracterizando as especificidades do relevo e solo da região, na desagregação das atividades pastoris para as atividades agrícolas. Sob a perspectiva da Geografia, entendemos que tais estudos se estruturam na vertente positivista da Geografia de Vidal de La Blache¹¹.

A perspectiva de La Blache buscou colocar em evidência a escala regional, o que em alguma medida, devido à separação recente entre história e geografia em 1959, era marca indelével na formação dos docentes.

A partir desses pressupostos básicos, pode-se identificar elementos considerados nessa tradição ao se abordar as regiões. A região era vista como uma realidade concreta, identificável no espaço geográfico, apresentando uma especificidade decisiva, possuindo uma certa coesão/coerência sociocultural interna, além de apresentar uma certa estabilidade, como também uma continuidade espacial e, por último, apresentar-se como uma síntese, pela integração de elementos de diversas origens: naturais, econômicos, políticos e culturais. (CUNHA, 2003, p. 37)

¹¹ Vidal de La Blache (1845-1918) pensou a região na relação entre elementos físicos e naturais, partindo da ideia de uma individualidade geográfica, que estabelecida pelo homem na sua ação com a natureza. (HAESBAERT, 2014, p. 32)

Desta forma, compreendendo a região enquanto realidade concreta, os autores tentaram reunir no livro todos os elementos que lhe conferiam conformidade: meio físico, economia, história e cultura, no qual cada autor contribuiu de acordo com sua especialidade. Nas conclusões do livro de 1968, Pinheiro Machado e Balhana enfatizam que cada capítulo possuía autonomia em relação ao todo. Reconheciam os limites do estudo realizado naquela região, mas que este contemplava o objetivo de pesquisa, a mudança na estrutura agrária dos Campos Gerais no século XX.

Dêste modo, em relação à questão básica acêrca da transformação ou substituição de uma estrutura social histórica, no caso específico aquela da sociedade campeira dos Campos Gerais, as evidências encontradas permitem afirmar que ocorreu a mudança por substituição. Embora o estudo realizado não tenha, ainda, atingido tôda a estrutura de enquadramento constituída pela área dos Campos Gerais, nem tão pouco, em caráter amplo e exaustivo, a todos os segmentos da sociedade local nas suas configurações urbana e rural, as constatações realizadas são suficientemente precisas para caracterizar o processo de mudança por substituição.

Na estrutura agrária houve substituição do grupo social dominante, bem como das modalidades de posse e uso da terra. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 221)

Altiva Pilatti Balhana, em 1946, ingressou na recém-criada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Paraná, formando-se bacharel e licenciada em História e Geografia em 1950. Em 1950, Balhana iniciou sua pesquisa sobre a colonização italiana em Curitiba, na colônia Santa Felicidade, aprofundada na pesquisa: “Colonização italiana no Paraná e seu processo de assimilação”. Esta proposta foi alinhada à cátedra de História de América, da qual Bento Munhoz da Rocha Netto era titular. Defendeu sua tese de livre docência intitulada: “Santa Felicidade: um processo de assimilação” em 1958. Balhana realizou estudos sobre imigração, sobretudo imigração italiana, bem como incentivou a organização de arquivos para a pesquisa em História do Paraná¹².

Sobre a parceria de Balhana e Pinheiro Machado na proposta de pesquisa sobre os Campos Gerais, evidencia Westphalen (2009, p. 301):

Assim, foi possível uma análise preliminar da contribuição de novos contingentes populacionais, para a mudança da estrutura agrária dos Campos Gerais, complementando os estudos feitos pelo professor Brasil Pinheiro Machado sôbre a formação e desagregação da estrutura tradicional dos Campos Gerais.¹³

¹² Curriculum Vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo: Cecília Maria Westphalen.

¹³ ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 50, jan.-jun. 2009, p. 301.

Ambas as obras dialogam no que se refere à problemática do deslocamento da importância dos Paraná Tradicional em relação às demais regiões (Norte e Sudoeste). Os autores procuraram fornecer um quadro sobre o atual estado daquela região nos anos 1960, a solução dos problemas do desenvolvimento regional e a integração econômica no Estado. Assim, o desenvolvimento regional foi pensado a partir das relações econômicas que deveriam ser partilhadas entre as regiões.

Ainda sobre a ideia de desenvolvimento, este estava conjugado ao interesse de ampliação da produção agrícola paranaense:

No caso específico da produtividade agrícola, ela é vista como um item absolutamente técnico, que dependeria apenas da elevação dos rendimentos da terra utilizada pela via da modernização, que significava maior acesso ao avanço tecnológico disponível para o setor. Nada disso motivava qualquer preocupação maior com os processos endógenos de desenvolvimento rural das regiões específicas que passavam a ser preocupação das entidades financeiras internacionais. (CUNHA, 2003, p. 68)

Pinheiro Machado ao se referir ao desenvolvimento econômico regional, via-o como uma constante. Relaciona-o a uma política provincial, quando do declínio das atividades pastoris no Paraná tradicional, o Norte se apresentou como possibilidade de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se colocava como problema a questão da integração regional ao então presidente da Província Xavier da Silva, já que aquela região naquele momento se relacionava com São Paulo, o que dificultava então que estes se identificassem com o Paraná. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 259)

Lamentava que a política paranaense usasse como critério a importância econômica para as políticas regionais. A primeira estrada de rodagem continuada foi terminada em 1940, a Estrada do Cerne como resultados dos esforços envidados a integrar a região de ocupação mais recente: o Sudoeste.

De outro lado, a administração pública paranaense acompanhando sempre o desenvolvimento geral do Estado, mas sempre ligada e dando predomínio a uma das suas regiões, face às motivações de ordem econômica, está hoje também se defrontando com a mesma problemática da incorporação às estruturas paranaenses, da comunidade que se constituiu no Sudoeste e Oeste do Paraná, com migrantes internos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 263)

Guardadas as suas diferenças regionais, organizam um passado das três regiões, historicizando as diferenciações regionais que notabilizavam o Paraná, bem como a problemática de como coincidir os interesses dessas regiões. Portanto, o denominador comum em ambas as obras (Campos Gerais e História do Paraná) era apreender as regiões, suas

temporalidades, processos e constituições, com vistas à organização de uma cultura paranaense, ou seja, de como estas contribuíam em alguma medida para o desenvolvimento regional.

A cultura compreendida enquanto uma ação simbólica, de acordo com o conceito semiótico de Geertz, é um conjunto de signos que podem ser interpretados e compreendidos a partir dos fenômenos sociais e de comportamentos. (GEERTZ, 1978, p. 10).

Uma “cultura paranaense” foi forjada, organizaram elementos simbólicos dispersos, comportamentos e artefatos, em diálogo com os pressupostos de cultura europeia: “O conhecimento comum e divulgado de todos os aspectos e diversidades de nosso Estado, determinará nos paranaenses de todas as origens, latitudes e tempos de permanência, a compreensão mais exata do meio que escolheram para viver e progredir. (ROCHA NETTO, 1969, p. 21)

Ao refletir sobre *A Cultura Paranaense*, Westphalen organizou um conjunto de paranaenses que se destacavam em diversas atividades literárias ou artísticas. Para Westphalen, o ápice da cultura paranaense estava expresso na organização da Universidade, enquanto ação dos intelectuais. (WESTPHALEN, 1969, p. 256)

Assim, à Westphalen foi atribuída a função de sistematizar e selecionar os notáveis e consonância aos movimentos culturais: “O início do século era de extraordinária movimentação cultural na terra paranaense. O simbolismo vivia os seus grandes dias. A conjuntura era, pois, favorável ao pensamento e às novas criações estéticas”. (WESTPHALEN, 1969, p. 254)

Cecília Maria Westphalen nasceu na Lapa-PR, graduada em História e Geografia pela Universidade do Paraná (1950) e Direito (1952), foi professora assistente na UFPR recém-federalizada (1950). Participou das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná, promovida pelo então governador Bento Munhoz da Rocha Netto. Em 1955 conclui a tese para professor catedrático, no qual teve como objeto Carlos V. Em 1959, então professora do Departamento de História, recém-separado da Geografia, foi incentivadora do deslocamento do Departamento para a História Regional. (CARDOSO, 2005, p. 16-17)

1.3 A POLÍTICA COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO DO INTELLECTUAL

Em 1964 (ano do Golpe Civil-Militar) denomina-o “Revolução” em correspondência com Fernand Braudel. Dando pistas da sua aspiração política, naquele ano, foi designada a atuar no Ministério da Educação, momento em que o então Reitor da UFPR, Flávio Suplicy de Lacerda, se tornou Ministro. (1964-1966).

Aqui chegando, primeiro foi o acúmulo de trabalhos, depois a Revolução, e agora, com a presença do Reitor da Universidade do Paraná como Ministro da Educação e Cultura, preparativos para deixar por algum tempo minhas atividades docentes e de pesquisa, requisitada que fui para trabalhar no Gabinete do Ministro, em Brasília. Pelo menos espero que lá possa ser útil ao caro professor e demais colegas da 6ª Sessão. Em Brasília, estarei ao seu inteiro dispor.¹⁴

Certa dos benefícios que a atividade política permitiria ao progresso acadêmico, realizou o curso de História Moderna e Contemporânea no final dos anos 1950 e também curso em História Quantitativa nos anos 1970 realizado na 6ª Sessão da École Pratique de Hautes Études (Paris, França)¹⁵. Westphalen correspondia-se com frequência com os intelectuais franceses, como Frédéric Mauro e Fernand Braudel, enviando sempre que possível as publicações sobre História do Paraná, bem como realizando contatos para que os seus orientandos também fossem realizar estudos no exterior.

Em carta à Frédéric Mauro de 1977, Westphalen agradecia a orientação de Carlos Roberto Antunes dos Santos, quando esse realizou o doutorado intitulado “Economia e Sociedade Escravista no Paraná”: “Quero também expressar meus agradecimentos pela amável atenção que dispensou ao nosso colega Carlos Roberto, e, sobretudo, a segura orientação e os conhecimentos que lhe permitiram obter, o Doutorado com ‘trés bien’.”¹⁶

Em outra carta, Odah Regina Guimarães agradecia a Westphalen pelo contato que estabeleceu com Braudel e também Mauro, estando na França.

Agradeço sua atenção e empenho em falar com o professor Antônio Breginski. Fico satisfeita em saber que é perfeitamente aplicável o projeto. Levei os conhecimentos do Prof. Mauro, que aprovou a ideia de ser desenvolvido em Curitiba. (...) Feliz hoje com o prof. Braudel. Ele está bem e mandou muitas lembranças. Vai ler o projeto que reformulei e terei uma entrevista em data ainda a ser marcada.¹⁷

A relação que se estabelece entre os pesquisadores mais experientes e os recém-formados pode ser compreendida a partir de Bourdieu:

Em especial, mediante o domínio que assegura sobre as instâncias e os instrumentos de consagração, academias, dicionários, prêmios ou distinções (nacionais, pelo menos), o poder científico institucional (que, estando ligado ao domínio sobre as posições da universidade e nas instituições de pesquisa, é quase estritamente nacional, o que contribui para explicar a defasagem entre as hierarquias nacionais e hierarquias

¹⁴ Ofício a Fernand Braudel. 05 de Maio de 1964. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

¹⁵ Currículo Vitae Cecília Maria Westphalen. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

¹⁶ Carta a Frédéric Mauro. 1977. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

¹⁷ Carta de Odah Regina Guimarães à Westphalen. S/D. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

internacionais) chega a produzir o efeito de halo quase carismático, especialmente sobre os jovens pesquisadores, frequentemente levados (e não somente pelo servilismo interessado) a emprestar as qualidades científicas daqueles dos quais dependem para sua carreira e que podem assegurar-se assim clientelas dóceis e de todo o cortejo de citações de complacência e de homenagens acadêmicas. (BOURDIEU, 2004, p. 39)

Nesse sentido, estabelecia uma linha de continuidade entre as produções acadêmicas do Departamento de História, ao mesmo tempo em que reforçava a relação da Universidade do Paraná com o governo nacional e estadual. Mobilizou mais pesquisadores ao progresso científico e intelectual, pretendia que as relações que se estabeleciam entre os pares firmassem um compromisso em produzir uma determinada cultura, com potencial de transformação da realidade.

Westphalen foi uma intelectual atuante no que se refere tanto na formação de outros intelectuais, bem como na iniciativa em participar da política paranaense. Buscou espaço de destaque na política universitária, ocupou cargos na Universidade, antes mesmo da federalização, como diretora do Departamento de Cultura da Universidade e com a criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná em 1959, foi chefe do Departamento até 1976 e mais tarde diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. (CARDOSO, 2005, p. 16)

Portanto, a produção intelectual era circunscrita aos interesses institucionais, ou seja, a Universidade é compreendida enquanto construtora de condições sociais de produção do conhecimento. Os intelectuais mencionados anteriormente promoveram maneiras de pensar o Paraná para além da elucubração teórica, atribuíram sentido ao passado paranaense, também inferiram em seu contexto, analisando os problemas políticos e econômicos de seu tempo, buscaram orientá-lo a um projeto, de um Paraná moderno e desenvolvido.

Segundo Gramsci, os intelectuais por vezes se auto representam enquanto um grupo além da elite econômica, “independentes e autônomos”, no entanto, devido às relações que estabelecem com o grupo dominante, concentram uma produção ideológica e uma função social.

Nas palavras de Gramsci (1991, p. 7-8):

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção de mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar.

Balhana, Pinheiro Machado, Rocha Netto e Westphalen pertencem ao Paraná “Tradicional”, despertando o interesse pelos dinamismos que se operavam no Estado do Paraná a partir dos anos 1950, decorrente dos interesses econômicos, como apontados anteriormente por Pinheiro Machado, a política paranaense orientada ao desenvolvimento econômico privilegiava uma região em detrimento de outras. Por isso, no século XX, deslocaram o interesse para outras regiões (Norte, Oeste e Sudoeste).

Estes intelectuais pertencentes a grupos econômicos de classe média à classe alta tentavam, em alguma medida, acomodar as diferenças regionais. Para Gramsci, a própria origem implica interesses em comum:

Formaram-se camadas que, tradicionalmente, “produzem” intelectuais; trata-se das mesmas camadas que, muito frequentemente, especializaram-se na “poupança”, isto é, a pequena e média burguesia fundiária e alguns estratos da pequena e média burguesia das cidades. (GRAMSCI, 1991, p. 10)

Assim como notou Gramsci na diferenciação regional italiana, constatou que o Sul, decorrente da burguesia agrária, produziu funcionários estatais e liberais. (GRAMSCI, 1991, p. 10). Balhana, Pinheiro Machado, Rocha Netto e Westphalen, ao compartilharem o Paraná “Tradicional”, região que esteve ligada às atividades campeiras da invernagem de negócios agrárias desde o século XVIII, possuíam entre si o sentimento de pertencimento em comum. Partilhavam memórias e anseios pelo desenvolvimento dessa região, pois no início do século XX esta ocupava funções organizativas na sociedade paranaense, mas perde importância econômica na ordem estadual e também nacional.

Dessa maneira, os autores enquanto intelectuais cumprem com uma função específica na sociedade civil¹⁸.

Desta forma, os intelectuais correspondem às necessidades e interesses do grupo dominante, relacionados à Universidade Federal do Paraná, possuíam uma posição de prestígio assegurado pela Instituição universitária, obtendo assim uma função específica no mundo da produção. Devido ao deslocamento da importância econômica do Paraná tradicional (de onde vinham os intelectuais das obras) para o “Paraná Moderno”, a produção também buscava afirmar uma hegemonia intelectual sob as demais regiões. A partir de Curitiba, esta enquanto capital do Estado, assumiam uma função cosmopolita na estrutura organizativo-política no Estado.

¹⁸Segundo Gramsci, a Sociedade Civil é o conjunto de organismos privados associados à Sociedade Política/Estado, no qual o grupo dominante exerce uma função de hegemonia.

Outro fato importante é que a produção dos autores mencionados (Balhana, Westphalen, Pinheiro Machado) atrelados à UFPR, dependeram do financiamento do Estado e, conseqüentemente, estavam submetidos aos seus interesses. Os livros buscaram produzir um saber de cunho universalista, no sentido de criar uma identidade paranaense, são também instrumentos de conservação da ideologia da classe dominante. Seus textos buscam constituir consensos, a partir das quais os ditos “paranaenses” deveriam identificar-se e reconhecer-se. A organização dos discursos e dos referenciais revelam anseios pela modernização do Estado.

Nesse sentido, estes intelectuais tomam consciência da sua posição na sociedade paranaense daquele período e utilizam-na para intervir e modificar a realidade social. Para eles o Paraná deveria ser compreendido enquanto complexo regional dentro do complexo nacional, agregando a heterogeneidade regional ao mesmo tempo em que tentaram solucionar os problemas socioeconômicos.

Mota (1994) destaca que esse tipo de preocupação poder ser verificada em várias produções intelectuais no Brasil. Nas quais empenhavam-se em compreender as raízes do “atraso” econômico e social, por isso muitas dessas obras regionais foram por vezes descreditadas e rotuladas como “provincianismo acadêmico” sob o argumento de que não se fazia necessário refletir sobre as diferenças regionais, minimizando-as sob a pretensão do nacionalismo: “Afinal, muitos foram os trabalhos que não tiveram repercussão imediata, da mesma forma, outros que atestam plena maturidade cultural, permaneceram bibliografia restrita à reduzidíssimos estamentos intelectuais.” (MOTA, 2000, p. 27)

Estas obras investiam na legitimidade do conhecimento científico a partir da Universidade, por isso cumprem uma função social, ou seja, o de produzir um conhecimento que pudesse ser reconhecido no campo acadêmico nacional e internacional, e que pudesse também ser apropriado pela política paranaense para o desenvolvimento regional. Portanto, desejavam irromper o dito “provincianismo acadêmico”, evidente no incessante diálogo que buscavam manter com os principais centros de pesquisa no Brasil e no exterior.

Por isso a elaboração do regionalismo enquanto ação destes intelectuais buscava instaurar um espaço para o Paraná na política nacional. Forjaram “individualidades” e que consolidariam uma identidade regional. Assim, as obras partilhavam a regionalização, esta enquanto processo, no qual a região é acionada enquanto realidade física e construção simbólica.

De outra forma, podemos afirmar que o conceito de região e, por extensão, os processos de regionalização que o acompanham epistemologicamente falando, são moldados dentro do amplo continuum, desde a visão mais racionalista que percebe a região como mero construto de nosso intelecto, espécie de artifício ou instrumento

que permite o entendimento das “partes” do espaço geográfico (através de princípios de diferenciação/homogeneização), até abordagens mais realistas, em torno dos fenômenos socioespaciais efetivos, tanto no sentido mais objetivo e/ou funcional, referindo-se à organização de espaços econômicos a partir de sua incorporação na divisão inter-regional do trabalho, quanto no sentido das realidades imateriais simbólicas, através, por exemplo, da manifestação de identidades regionais no contexto de nossos espaços vividos. (HAESBAERT, 2014, p. 91-92)

Os prefácios das obras de 1968 e 1969 são de autoria de Bento Munhoz da Rocha Netto. Seu discurso traçava um ideal de modernidade efetivado pela elite paranaense. Herdeiro das oligarquias agrárias paranaenses, seu pai, Caetano Munhoz da Rocha, foi governador entre 1920-1924. Rocha Netto era bisneto de Caetano José Munhoz e genro de Affonso Alves de Camargo. Foi deputado em duas ocasiões e entre 1951-1955 foi governador do Estado do Paraná. Posteriormente também assumiu o Ministério da Agricultura no governo Café Filho. (KUNHAVALIK; SALLES, 2004, p. 143-144)

Rocha Netto era formado em engenharia (1926), participou do CEB e também foi professor na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras a partir de 1940. Segundo Kunhavalik; Salles “A participação de Bento Munhoz no Círculo tem forte influência sobre sua formação, inclusive no que se refere ao exercício da oralidade, pois nos cursos, assim como nas reuniões semanais, os participantes faziam discursos sobre temas diversos”. (KUNHAVALIK; SALLES, 2004, p. 150)

Na Universidade do Paraná foi professor de História da América, Economia Política, Geologia, Mineralogia, Metalurgia. Na Pontifícia Universidade Católica (PUC) foi professor de Sociologia. Suas preocupações intelectuais centraram-se na demografia paranaense, formação social e cultural paranaense. Durante sua vida, apesar do envolvimento político, escreveu prefácios e ensaios. (KUNHAVALIK; SALLES, 2004, p. 147-149)

Rocha Netto pode ser compreendido enquanto intelectual orgânico¹⁹ da burguesia.

A sua gestão procurou estruturar o Estado visando garantir seu processo de desenvolvimento social e econômico. Considera-se que sua gestão se deu no sentido de consolidar a unidade política do Paraná, assim como firmar Curitiba, como o centro político do Estado, assegurando a sua condição de capital do Estado. (KUNHAVALIK; SALLES, 2004, p. 145)

Ele representava os anseios da classe dominante paranaense, substanciado pelo ideário progressista que está presente nos discursos que produz sobre a imigração no Paraná. Discurso notadamente eurocêntrico está presente desde a emancipação política do Estado em 1853, no

¹⁹ Segundo Gramsci, os intelectuais orgânicos têm como função social construir teorias e difundir valores e ideias de sua classe, produzindo consenso. VER: GRAMSCI, Antônio. Os intelectuais e a organização da cultura. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

qual apresentava a solução para os problemas no Estado, na relação entre imigração e desenvolvimento afirmava Rocha Netto: “(...) alto grau de cultura e competitivo da imigração européia no comêço e nacional em seguida na maioria das regiões do Estado, trouxe ao Paraná, uma mobilidade social que, acredito, tenha sido a maior em todo Brasil.” (ROCHA NETTO, 1968, p. 18). Para ele, a cultura paranaense “elevada” destacaria o Estado, atribuindo ao imigrante o progresso paranaense.

Outro fator que permitiria projetar o Paraná no cenário nacional se daria na organização da Universidade Federal do Paraná, no prefácio intitulado “Novas Experiências nos Campos Geraes”, Bento explica:

Como Universidade, a do Paraná tem de estar integrada no ciclo de civilização a que pertencemos, isto é, a do europeu-americano, e não pode deixar de possuir características comuns a todas as Universidades do país, características que nos distingam, afirmando nossa personalidade nacional e nossa cultura, sem que, a Universidade ficaria distanciada da vida. Mas sendo do Paraná, estando situada em nosso Estado, tem, em certo gênero de pesquisas, de atentar para o regional, de diferenciar-se justamente aí, para não perder seu sentido próprio dentro da sociedade global brasileira. (ROCHA NETTO, 1968, p. I)

Assim, a partir da instituição de ensino superior, o Paraná se distinguiria por incorporar esta cultura eurocêntrica, ao mesmo tempo em que ao se dedicar às pesquisas regionais assumiria uma individualidade sem perder de vista a nacionalidade. Ao se referir à ideia de “civilização”, remete também a função que os discursos assumiriam e deveriam corresponder às expectativas de projeção e inserção do Estado do Paraná na conjuntura nacional.

Colocando em evidência o objetivo dos estudos, inicialmente buscavam compreender a região mais antiga e os problemas que se colocavam para o desenvolvimento regional no livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*. Em um segundo momento, em *História do Paraná*, mobilizam as três regiões que compõe o Estado, buscando integrá-las e também relacioná-las entre si. Assim, o regionalismo paranaense se constituiria na compilação das três regiões, suas economias, singularidades, imigrantes e migrantes.

1.4 OS IMIGRANTES NO PARANÁ E O “ESPÍRITO DO CAPITALISMO”

A política paranaense desde o século XIX estimulou a vinda de imigrantes, notabilizando-os enquanto portadores da ideologia do trabalho, adequados ao desenvolvimento econômico. Para Weber (2004), a confissão religiosa não seria a causa de fenômenos econômicos, no entanto, nota elementos que diferiam às práticas dos protestantes e católicos.

Diferente dos católicos, os protestantes valorizavam a educação com inclinação ao racionalismo econômico e também à predisposição à participação na vida dos negócios (WEBER, 2004, p. 32).

Destacando os quakers e menonitas, estes segundo Weber (2004) foram importantes agentes do florescimento do capitalismo na Europa e Estados Unidos: “O mesmo papel que os primeiros desempenharam na Inglaterra e na América do Norte coube aos últimos nos Países Baixos e Alemanha”. (WEBER, 2004, p. 38)

Balhana, Pinheiro Machado, Wespthalen e Rocha Netto, igualmente preocupados com o desenvolvimento capitalista no Paraná, enfatizam a atuação dos imigrantes no Estado enquanto fundamentais ao progresso econômico regional.

Em Witmarsum, além dos conhecimentos técnicos das famílias que fundaram o estabelecimento, com seu comportamento tradicional compatível com a estrutura das cooperativas, o fator religioso disciplinando a vida social em pequenos grupos e tornando mais densas a coesão e solidariedade do grupo, garantiu o progresso notável do coletivo. (ROCHA NETTO, 1968, p. III)

Devido à ética religiosa, os imigrantes protestantes identificados com o capitalismo europeu possuíam um comportamento adequado ao trabalho e ao desenvolvimento, o capitalismo compreendido enquanto fenômeno complexo e o “espírito” do capitalismo enquanto individualidade histórica. A “ética” protestante conferia ao trabalho a ideia de dever, na medida em que indivíduo se interessava pelo aumento de suas posses, enquanto um fim em si mesmo. O comportamento dos imigrantes menonitas estabelecidos nos Campos Gerais, destacados por Rocha Netto, pode ser compreendido a partir do conceito de *ethos*. Devido à relação que estes firmam com o trabalho, possuíam uma “*peculiaridade característica*”.

A capacidade de concentração mental bem como a atitude absolutamente central de sentir-se “no dever de trabalhar” encontram-se aqui associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de poupança que o calcula o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam de maneira excepcional a produtividade. (WEBER, 2004, p. 38)

Assim, os imigrantes alinhados ao Racionalismo Econômico, no qual os interesses político-econômicos determinam a visão de mundo, poderiam por conseguinte contribuir para que a organização capitalista no Paraná tivesse êxito. O capitalismo compreendido enquanto cosmo impõe aos indivíduos normas de mercado ou ação econômica, os que não se enquadram são eliminados. Segundo Weber, sobre o capitalismo moderno, este deve ser compreendido como fenômeno de massa. (WEBER, 2004, p. 48)

Do mesmo modo, Balhana ao desenvolver o tópico “Desagregação da Sociedade Tradicional”, no livro *História do Paraná*, sublinhou a política imigratória paranaense desde a Província.

Ao contrário de outras regiões do Império, onde a imigração se destinava a suprir a carência de mão-de-obra na grande lavoura de exportação, no Paraná, a não ser a eventual introdução de trabalhadores para as obras públicas, sobretudo a construção de estradas, o problema imigratório foi desde logo colocado no sentido de criar-se uma agricultura de abastecimento. (BALHANA, 1969, p. 162)

Desta forma, o “tipo ideal” Weberiano é mobilizado pelos autores como instrumento metodológico para compreensão dos fenômenos de imigração no Paraná. O “tipo-ideal” capitalista, para Weber, não eram os ricos ou aventureiros, mas pessoas discretas, audazes e ponderadas. No qual a riqueza enquanto um fim em si mesmo, preenchia a vida de sentido, na sensação de dever profissional cumprido: “(..) homens com visões e ‘princípios’ rigorosamente burgueses”. (WEBER, 2004, p. 62)

Os autores traçam uma linha de continuidade entre a política imigracional do século XIX e do início do século XX. Balhana salienta: “Além do remédio contra a decadência da produção agrícola, a imigração, já naquele momento, aparece como um fator de progresso agrário (...)” (BALHANA, 1969, p. 162)

Assim, reconhecemos a influência Weberiana na construção de um “tipo-ideal”, compreendido enquanto modelo interpretativo a partir do qual os autores organizaram a multifacetada história paranaense, para assim poder compreendê-la. Tendo em vista que não era possível um conhecimento “perfeito” e total da realidade. O “tipo-ideal” permitia-lhes uma projeção sobre a realidade, buscando compreender seus fins e as características que lhe conferem sentido”. (RAMOS, 2006, 268-270)

Balhana, Pinheiro Machado, Rocha Netto e Westphalen realizaram nas obras uma interpretação sociológica do desenvolvimento capitalista no estado. O *ethos* que o imigrante era portador, permitiria na concepção deles a racionalização da economia paranaense. Assim, o tipo-ideal é mobilizado pelos autores na medida em que estes organizam os fenômenos e processos regionais, estabelecendo conceitos que projetavam uma ideia de Paraná.

Para os autores, ao projetarem a realidade paranaense, referem-se aos objetivos da colonização enquanto condições de possibilidade de progresso econômico, tendo em vista que estes eram portadores de outra tradição agrária. Notável na reflexão de Balhana: “As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que

caracterizava a estrutura agrária paranaense, fôsse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural”. (BALHANA 1969, p. 174)

Nos anos 1950, Balhana²⁰ viajou à Itália, França e Suíça. Westphalen²¹ esteve na Espanha, Alemanha e França, respectivamente. Buscavam apreender novas metodologias que lhes permitissem compreender a realidade social paranaense, bem como a solução para os problemas do desenvolvimento no Paraná.

Gramsci, ao refletir sobre os intelectuais na Rússia, destaca como estes ao retornarem de suas viagens de estudos, tentavam aplicar a experiência adquirida.

No período histórico mais recente, ocorre o fenômeno inverso: uma elite de pessoas, entre as mais ativas, enérgicas, empreendedoras e disciplinadas, emigra para o exterior, assimila a cultura e as experiências históricas dos países mais desenvolvidos do Ocidente, sem por isso perder as características mais essenciais da própria nacionalidade, isto é, sem romper as ligações sentimentais e históricas com o próprio povo; feita assim sua aprendizagem intelectual, retornam ao país, obrigando o povo a um despertar forçado, a uma marcha acelerada para frente, queimando as etapas. (GRAMSCI, 1991, p. 18)

Balhana e, sobretudo, Westphalen, possuíam essa capacidade empreendedora, assumindo uma função organizativa do conhecimento e também como instrumento de dominação.

Balhana e Westphalen mantiveram contato intenso com Braudel, frequentando cursos na École de Hautes Études, também realizaram estágios, conferências e visitas. Havia intensa troca de correspondências entre Westphalen e Braudel. Em uma carta de 1962, Westphalen escreveu informando as mudanças que se operavam no Departamento de História recém-criado. Comenta as recomendações que Braudel lhe fizera em 1959, entre elas sobre a necessidade dos pesquisadores da UFPR aproximarem-se de outros pesquisadores no Brasil, sobretudo, Alice Canabrava e Simões de Paula da Universidade de São Paulo. Este contato tornou possível a organização do I Simpósio dos Professores Universitários.

Os “Annales” têm, porém, constituído a ponte de ligação entre nós e os mestres da 6ª Sessão.

Não poderei deixar de comunicar-lhe tôdas estas causas, pois que o contacto que mantive com o senhor, parece-me básico em minha formação e aos trabalhos que, juntamente com os colegas de Curitiba, agora desenvolvemos e logo produzirão frutos²².

²⁰No item “Viagens de Estudos e Pesquisas ao Exterior”, Balhana esteve na Itália entre 1953 e 1954 e na França em 1954. Currículo vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível no Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

²¹No item “Viagens de Estudos e Pesquisas ao Exterior”, Westphalen esteve na França em 1959.

²² WESTPHALEN, Cecília M. Carta a Fernand Braudel, 01 de outubro de 1961. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

Nesse sentido, além de funcionar como argumento científico, visa também ser organizador da sociedade.

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade. A linguagem serve para comunicar e não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores. (ORLANDI, 2007, p. 20)

Desta forma, a partir da concepção do texto enquanto produtor de sentido entre seus locutores, estes últimos podem ser na relação que firmam com o campo científico, este enquanto um microcosmo dotado de leis próprias, possui uma autonomia relativa, pois relaciona-se às pressões das demandas sociais e políticas. Os intelectuais participam desse microcosmo, que é o campo científico.

Os intelectuais são “comissários” do grupo dominante para o exercício de funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função de no mundo da produção: 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativamente nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1991, p. 11)

Assim, a sugestão de Braudel demonstrava a necessidade em alargar os locutores desses discursos, bem como orientar a troca de capitais entre os agentes, que garantiria legitimidade à produção dos pesquisadores paranaenses com o campo científico brasileiro. O campo é um polo de forças, que só são inteligíveis na relação entre os agentes. Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, necessitam do campo científico para se afirmarem, de relações objetivas, na qual se insere a organização do livro. É a partir da produção intelectual que garantem uma posição no campo científico. Assim, a escolha temática de pesquisa e a Universidade Federal do Paraná implicam forças sobre os agentes.

Nessas condições, é importante, em seguida, para a reflexão prática, o que comanda os pontos de vista, o que comanda as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas que escolhemos, os objetos pelos quais nos interessamos etc. é a estrutura das relações objetivas entre os agentes que determina o que eles podem e não podem fazer. Ou, mais precisamente, é a posição que eles ocupam nessa estrutura

que determina ou orienta, pelo menos negativamente, suas tomadas de posição. (BOURDIEU, 2004, p. 23)

Aliado a isso, a distribuição do capital científico²³ entre os agentes, bem como sua acumulação, são desproporcionais. Há diferenciações do peso dos agentes em relação ao campo científico, um exemplo disso é o episódio do momento da aposentadoria compulsória de Pinheiro Machado, em que à Westphalen coube prestar a homenagem. Ela relata o primeiro contato acadêmico com ele, no momento em que foi prestar um concurso oral para entrar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1947. “Acreditem todos, eu era uma adolescente em pânico, pois o Examinador era nada menos que Brasil Pinheiro Machado, homem público que ocupara as manchetes dos jornais curitibanos durante todo o ano de 1946.”²⁴

Há nesse ínterim um interdiscurso²⁵, pois a trajetória política de Pinheiro Machado foi mobilizada por Westphalen para completar o sentido da trajetória acadêmica dele. Nesse trecho também nos permite compreender como Pinheiro Machado influenciou a concepção de intelectual de Westphalen e da função deste na sociedade.

Westphalen destaca o papel de Pinheiro Machado na criação da Universidade do Paraná em 1946, reforçando a importância do modelo teórico de história regional proposto por ele no texto: *Esboço De Uma Sinopse de História Regional* (1953):

Paranaense dos campos verdes de Ponta Grossa, na encruzilhada dos destinos que se abriam para o Norte e para o Oeste, acostumado à contemplação de horizontes sem fins, pela primeira vez, entre todos, soube compreender a formação histórica do Paraná. E nos deu, a nós, seus discípulos, Na Sinopse de História do Paraná, publicada em 1953, o modelo teórico pelo qual temos podido penetrar e conhecer a história das comunidades paranaenses.²⁶

Ela e sua geração (da qual Balhana também fez parte) reconheciam-se como “discípulos” de Pinheiro Machado, o que nos permite compreender o peso relativo dele no campo científico, bem como do capital científico acumulado por ele enquanto agente.

(...) o grande pesquisador possa transmitir a parte mais formalizada de sua competência científica, mas somente por um longo e lento trabalho de formação, ou melhor, de colaboração, que leva muito tempo; e mesmo se ele pode também, como todo os detentores do capital simbólico, “consagrar” os pesquisadores, formados ou

²³ Por capital científico, nos referimos ao capital que advém de atos de conhecimento e reconhecimento, manifesto de diversas formas e proporciona poderes aos agentes que pertencem ao campo científico, este enquanto o espaço em que partilham o capital. (BOURDIEU, 2004, p. 26)

²⁴ Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado. Em 19 de Dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

²⁵ Esse se remete a uma construção simbólica pré-estabelecida, ou seja, uma memória discursiva, que estabelece o que é relevante para a discursividade. (ORLANDI, 2000, p. 32)

²⁶ Idem. Op. Cit.

não por ele, fazendo sua reputação, assinando com eles, publicando-os, recomendando-os para as instâncias de consagração etc.) (BOURDIEU, 2004, p. 37)

No *Esboço*, Pinheiro Machado propõe o estudo regional a partir de um conjunto de questões possíveis para se pensar a História do Paraná. O texto refletiu na produção acadêmica dos anos 1950, momento em que a questão regional ganha fôlego em diversas pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal do Paraná. Ao mesmo tempo, emerge a problemática da inserção do Paraná na dinâmica da economia nacional e na necessidade de pensar o regionalismo paranaense.

(...) a) O conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, dizendo da necessidade de se fazer a história dos grupos humanos regionais, da adoção de um regionalismo social e não um regionalismo simplesmente geográfico. b) Cada uma dessas histórias regionais tem uma “ambientação” que a diferencia das outras, usando o termo no sentido de caracterização, como sobretudo no sentido do espaço social. c) A possibilidade, no estado atual das pesquisas, de se escrever uma história geral do Paraná.²⁷

Definiam assim, que o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná inclinava-se à construção de uma história regional. Assegurados na dinâmica do campo, ambicionavam acumular o capital científico entre os agentes e garantir legitimidade à produção.

Essa arte de antecipar as tendências, observada por toda parte, que está estreitamente ligada a uma origem social e escolar elevada e que permite apossar-se dos bons temas em boa hora, bons lugares de publicação (ou mesmo de exposição) etc. é um dos fatores que determinam as diferenças sociais mais marcantes nas carreiras científicas (e isso é mais manifesto ainda na arte moderna). (BOURDIEU, 2004, p. 28)

Assim, instauraram uma tendência: a dos estudos regionais. Buscavam se tornar referência e também diferenciar-se no campo intelectual brasileiro. O campo é regido por lutas, nas quais os agentes procuram manter ou alterar relações de força e distribuição de formas do capital.

De fato, à medida que se constitui um campo intelectual e artístico (e ao mesmo tempo, o corpo de agentes correspondente, seja o intelectual em oposição ao letrado, seja o artista em oposição ao artesão), definindo-se em oposição ao campo econômico, ao campo político e ao campo religioso, vale dizer, em relação a todas as instâncias com pretensões de legislar na esfera cultural em nome de um poder ou de uma autoridade que não seja propriamente cultural, as funções que cabem aos diferentes grupos de intelectuais ou de artistas, em função da posição que ocupam no sistema relativamente autônomo das relações de produção intelectual e artística, tendem cada vez mais a se tornar o princípio unificador e gerador (e portanto, explicativo) dos

²⁷ ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. História: Questões & Debates, Curitiba, UFPR, n. 50, jan.-jun. 2009, p. 292.

diferentes sistemas de tomadas de posição culturais e, também, o princípio de sua transformação no curso do tempo. (BOURDIEU, 2011, p. 99)

Estes intelectuais se assumiam enquanto legisladores da esfera cultural no Paraná, a partir do capital científico acumulado. Assim, no que se refere à mediação cultural, Westphalen destacou a atuação de Pinheiro Machado.

E, porque bem aprendi a primeira a grande lição, Senhor Doutor Brasil Pinheiro Machado, neste momento em que a Universidade Federal do Paraná lhe entrega o seu mais alto título, aquele que confere a personalidades iminentes, que tenham contribuído para o progresso da Universidade, da Região ou do País, ou que se hajam distinguido pela sua atuação em favor das ciências, das letras, das artes ou da cultura geral; (...) ²⁸

Para Westphalen, portanto, o intelectual deveria contribuir para o progresso regional e também nacional, enquanto produtor de cultura possui uma posição diferenciada na sociedade.

Balhana, Pinheiro Machado, Rocha Netto e Westphalen, pertencentes ao mesmo campo, enquanto agentes do mesmo campo, agem sobre a organização dos bens, da mesma forma que procuram manter sua posição, mobilizam suas disposições e sua trajetória social. (BOURDIEU, 2004, p. 29-30). Westphalen na homenagem destaca as características que permitiram Pinheiro Machado também a contribuir ao progresso do campo científico, bem demarcam sua posição diferenciada e privilegiada em relação aos demais agentes da estrutura do campo científico paranaense.

Os autores, enquanto produtores de bens culturais, também constroem instrumentos de apropriação desses bens. Pretendem uma determinada recepção que os avalie e ao mesmo tempo os legitime, permitindo a eles reconhecimento no mercado de bens culturais. É através do reconhecimento que atestam sua posição do intelectual. (BOURDIEU, 2009, p. 105)

Sobre a relação entre produção e apropriação dos bens culturais, explica Bourdieu (2011, p. 105):

O campo de produção propriamente dito deriva sua estrutura específica – mais ou menos marcada conforme as esferas da vida intelectual e artística – que se estabelece entre, de um lado o campo de produção erudita enquanto um sistema que produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados (ao menos a curto prazo) a um público de produtores de bens culturais e, de outro, o campo da indústria cultural especificamente organizado com vistas à produção de bens culturais destinados a não-produtores de bens culturais (“o grande público”) que podem ser recrutados tanto nas frações não-intelectuais das classes dominantes (“o público cultivado”), como nas demais classes sociais.

²⁸ Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado. Em 19 de Dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

Nesse caso os livros, enquanto produções culturais, funcionam como instrumentos de apropriação do conhecimento, devido ao conjunto de critérios adotados permitia que a produção fosse reconhecida no campo intelectual. Do mesmo modo, o reconhecimento é derivado entre os pares, devido ao fechamento do campo intelectual. Como menciona Certeau (1972, p. 71) ao se referir ao público leitor: “Aos ‘nós’ do autor corresponde aquele dos verdadeiros leitores. O público não é o verdadeiro destinatário do livro de história, mesmo que seja o seu suporte financeiro e moral”.

Portanto, não podemos desvincular a relação que o conhecimento estabelece com o campo científico específico e também com a instituição ao qual ele deve cumprir uma função. Westphalen ressalta o papel da Universidade do Paraná, enquanto a exteriorização do progresso cultural regional. “A Universidade Federal do Paraná constitui presentemente a mais avançada expressão da cultura paranaense, havendo já comemorado, em 1962, o cinquentenário da sua fundação, e funcionamento. ” (WESPTHALEN, 1969, p. 256)

A Universidade enquanto espaço de atuação destes intelectuais no campo científico, submete-se também a um conjunto de critérios de validação. O conhecimento que provém do discurso desdobrado permite preencher vazios e preenchê-los de sentido. Assim, ao mesmo tempo em que os agentes propõem divisões regionais, conferem sentido à realidade.

Quanto às especificidades do campo científico e seus critérios de legitimidade, destacou Bourdieu:

Mas o que faz a especificidade do campo científico é aquilo sobre o que os concorrentes estão de acordo acerca dos princípios de verificação da conformidade ao “real”, acerca dos métodos comuns de validação de teses e de hipóteses, logo sobre o contrato tácito, inseparavelmente político e cognitivo, que funda e rege o trabalho de objetivação. (BOURDIEU, 2004, p. 33)

Assim, retomando a ação de homenagem da Universidade a Pinheiro Machado quando este se aposentou, nos remete à própria economia científica, tanto na questão do reconhecimento e também da deferência para com Pinheiro Machado. Este a partir do capital científico acumulado pode acessar os outros campos (político, econômico). A interseção entre o campo intelectual e o campo político é manifestada nas palavras de Westphalen:

Foi, senhores professores e senhores alunos, pelo apoio pessoal e oficial do Interventor no Estado, Brasil Pinheiro Machado, que, em 06 de junho de 1946, pôde ser restaurada a Universidade do Paraná.

Foi ele o governante que, considerando as esperanças e os votos dos intelectuais paranaenses, concedeu à Universidade a dotação e as subvenções necessárias à constituição do fundo universitário e à sua manutenção até a federalização.²⁹

Na relação entre o campo intelectual e campo político buscavam produzir um *habitus*³⁰. Este, enquanto processo continuado de inculcação transformado em prática, permitiria a consolidação de um regionalismo paranaense, bem como criar memórias e instrumentos de apropriação para outros agentes.

Todas as relações que os agentes de produção, de reprodução e difusão, podem estabelecer entre eles ou com instituições específicas (bem como a relação que mantêm com a sua própria obra), são mediadas pela estrutura do sistema de relações entre as instâncias com pretensões a exercer uma autoridade propriamente cultural (ainda que em nome de princípios de legitimação diferentes). (BOURDIEU, 2011, p. 118).

Desta forma, a partir da convergência do campo intelectual e campo política, visavam fortalecer a função social do conhecimento científico produzido na Universidade, assegurando, conservando e transmitindo bens culturais.

Na década de 1960, Wespthalen foi assessora do Gabinete de Ney Aminthas de Barros Braga, quando este fora Secretário Estadual da Educação e Cultura entre 1961 e 1963. Foi também assessora de Flávio Suplicy de Lacerda no Gabinete do Ministério da Educação, entre junho e dezembro de 1964.³¹

Rocha Netto iniciou sua carreira política em 1945, enquanto candidato a Deputado Federal pelo Estado do Paraná. De acordo com Cordova (2009, p. 93): “Em sua trajetória política ocupou os cargos de Deputado Federal Constituinte em 1946, Governador do Estado do Paraná de 1951-1954, Ministro da Agricultura de 1954-1955 e novamente Deputado Federal de 1959-1963”.

Bourdieu argumenta que é pouco provável o acúmulo dos dois tipos de capitais, ou seja, político e científico, porque o agente aos poucos se direciona para o acúmulo de um ou de outro. Além disso, a acumulação do capital científico favorece de modo contínuo a obtenção de poderes políticos e econômicos (BOURDIEU, 2004, p. 38). Desta forma, caso ocorra a continuidade da relação entre capital científico e o capital político, na medida em que o capital

²⁹ Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado. Em 19 de Dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

³⁰ O *habitus* é um sistema de disposições em aberto, constantemente submetido às experiências e ao mesmo tempo transformado por elas. É na relação com algumas estruturas que o *habitus* produz práticas e discursos de forma durável. Sobre o conceito de *habitus* ver: BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. Gente com História, gente sem história. História UNISINOS. Jan-Abr. 2006, v. 10, n. 1, p. 90-98.

³¹ Currículo Vitae Cecília Maria Westphalen. Disponível em Arquivo Público do Paraná.

político se sobressai ao capital científico, o agente é descreditado quanto ao seu poder institucional.

Assim como observou Cordova (2009) sobre a relação Pinheiro Machado:

Quando foi nomeado, em 1946, Interventor Federal do Paraná tinha 39 anos. Ou seja, Brasil iniciou com 24 anos sua carreira de gestor, que se intensificou ao longo de sua vida, chegando a ser nomeado para cargos de extrema confiança como o de Procurador Geral da Justiça, Chefe do Ministério Público e Presidente do Tribunal de Contas do Paraná. Certamente por isso Brasil não escreveu em abundância, mas em sua produção pode-se notar o rigor científico da academia, pautando-se em referências teóricas como Max Weber e Fernand Braudel. (CORDOVA, 2009, p. 157-158)

Portanto, devido às diferentes ocupações políticas que este exercera na política paranaense, sua produção intelectual ficou comprometida.

No caso de Westphalen, percebemos que esta mobilizou seu capital científico para alcançar o capital político, tanto na referência aos cargos ocupados ao longo dos anos 1960, na Secretária de Educação no Paraná e, também, no Ministério da Educação e Cultura. Nos anos 1970 ainda se apresenta instigada pelo campo político³². Exemplo disso é a carta que enviou a Ney Braga, quando este fora Ministro da Educação durante a Ditadura Militar, no governo Ernesto Geisel (1974-1979), almejando ocupar um cargo no referido Ministério. Na ocasião, discorreu sobre o tombamento do Teatro São João, localizado no município da Lapa-PR. Ney Braga, assim como Westphalen, também era lapeano, por isso ela não hesita em utilizar essa familiaridade.

Sempre à sua inteira disposição. Perdoe-me, mas eu mando nesta oportunidade também o meu curriculum-vitae. É a única coisa que tenho para me fazer lembra para aquela vaga no CFE, que um dia lhe pedi.
Recomendações, e felicidades com a restauração do Teatro que todos nós, lapeanos, ficaremos a lhe dever.³³

Nesse sentido, a acumulação do capital científico lhe permitiu também ampliar capital político e econômico. Naquele período Westphalen foi assessora do Conselho Estadual de Cultura do Paraná de 1974-1976 e tornou-se assessora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ em 1978³⁴.

Remetendo-nos também a interseção entre o campo político e cultural pelos intelectuais referenciados acima, não podemos deixar de mencionar o fato da Universidade Federal do

³² Ao longo de sua trajetória acadêmica, Westphalen ocupou mais de 62 cargos e funções.

³³ WESTPHALEN, Cecília M. Carta a Ney Braga. 25 de Janeiro de 1976. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

³⁴ Currículo Vitae Cecília Maria Westphalen. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

Paraná também posicionar-se no campo político. Um exemplo disso foi a homenagem ao presidente da Ditadura Militar Ernesto Geisel, ao qual concederam o título “Doutor Honoris Causa” em janeiro de 1981. Westphalen, devido à sua capacidade oratória, foi quem proferiu o discurso. O discurso em tom laudatório elogiava e destacava os investimentos no Paraná efetivados no seu governo

A aceitação por vossa Excelência do título de Doutor Honoris Causa que lhe foi outorgado pelo Conselho Universitário da Universidade Federal do Paraná, na gestão do Magnífico Reitor Theodócio Jorge Atherino em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à comunidade brasileira, no Paraná e à Universidade, constitui para esta honra das mais altas poder inscrevê-lo ao lado de homens eminentes, como o Marechal Humberto de Allencar Castello Branco, do nosso conterrâneo mais ilustre, o Governador Ney Aminthas de Barros Braga. O primeiro, com o qual serviu Vossa Excelência naqueles momentos plenos de responsabilidade histórica, da Revolução de 1964; o segundo que, junto aos dois, serviu na inteira doação de sua vida às causas do Paraná e do Brasil.³⁵

Westphalen apoiou o golpe de 1964, ao qual se referiu em carta à Braudel como “Revolução”. Remetendo-nos ao intradiscurso, esta coloca em evidência Castello Branco, demonstrando aprovação ao Golpe de 1964 e à política autoritária do regime. Colocando na mesma dimensão o político Ney Braga, referindo-se ao papel de destaque do Paraná na política brasileira durante a Ditadura Militar.

Assim, Westphalen buscou inserir-se na política paranaense e brasileira durante a Ditadura Militar, assumiu funções organizativas, sobretudo no que se refere ao interesse que demonstrou pelo campo da Educação.

A partir desses exemplos, sublinhamos a autonomia relativa do campo científico, presente nas estratégias mobilizadas pelos agentes no campo político. Amparados pelo poder, decorrente do capital científico acumulado, estes acessam outros campos, evidentes nas trajetórias de Rocha Netto, Westphalen e Pinheiro Machado.

Como as diferentes disciplinas científicas têm necessidade de recursos econômicos para se manter, em diferentes graus, alguns pesquisadores, às vezes convertidos em administradores científicos (mais ou menos diretamente associados à pesquisa), podem por intermédio do controle de recursos que lhe assegura o capital social, exercer sobre a pesquisa um poder que pode se chamar de tirânico (no sentido de Pascal), uma vez que não encontra seu princípio na lógica específica do campo. (BOURDIEU, 2004, p. 41)

³⁵Discurso da Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen, em nome da Comunidade Acadêmica da UFPR, na solenidade de entrega do título de “Doutor Honoris Causa” ao Excelentíssimo Senhor General de Exército Ernesto Geisel, em 16-01-81. Disponível em: Arquivo Público do Paraná, Fundo Cecília Maria Westphalen.

Deste modo, os livros são instrumentos de modificação da realidade, que nos permitem compreender o uso social da produção científica, tanto para o progresso de si mesma, ou seja, no desenvolvimento e reconhecimento dos agentes, como acumulando capital científico que lhes permitia acessar o campo político. A partir da Universidade, enquanto campo, os textos são expressões de sua forma objetivada, são ações compartilhadas, possuem motivações e interesses distintos, que variam de acordo com as diferentes posições ocupadas pelos agentes nos mercados de bens simbólicos. (BOURDIEU, 2004, p. 44-45)

Desta forma, os livros *História do Paraná* (1969) e *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) são instrumentos que buscavam a universalidade, na medida em que são mobilizados pelos agentes no mercado de bens simbólicos.

Essas representações sociais interessadas e parciais que são vividas e dadas como objetivas e universais (sobretudo no interior de universos eruditos nos quais os agentes dispõem, pela profissão, de instrumento poderoso de universalização) são, de fato, armas nas lutas internas. (BOURDIEU, 2004, p. 46)

Isso nos permite compreender a invocação de uma “demanda social” para as obras, justificando e também legitimando uma função social da ciência.

O certo é que as posições declaradas mascaram o fato de que, como certamente uma análise sociológica sistemática o mostraria, as visões polêmicas e parciais que um dos dois “campos” produz para as necessidades de sua própria justificação deixam escapar, ao mesmo tempo, as propriedades e os interesses comuns e as justificações não-exclusivas vinculadas às duas funções a que se propõe oficialmente a instituição. (BOURDIEU, 2004, p. 53)

Tendo em vista que esta produz para satisfazer as necessidades do julgo acadêmico, mascarando-a com a pretensa objetividade da produção científica, tentam ocultar um conjunto de regularidades ao qual o discurso científico foi submetido.

Ainda sobre a questão da autonomia relativa do campo científico, devemos atentar à relação que estabelece com o Estado. Ao se constituir enquanto produtor de instrumentos que podem ser por ele apropriados, é também quem financia tais produções, mesmo que submetidas ao mercado estão sujeitas à imposição do Estado.

Essa dependência na independência (ou o inverso) não é destituída de ambiguidade, uma vez que o Estado que assegura a condições mínimas de autonomia também pode impor constrangimentos de heteronomia e de se fazer expressão ou de transmissor das pressões de forças econômicas (por exemplo, organizações agrícolas) das quais supostamente ele libera. (BOURDIEU, 2004, p. 55)

Desta forma, o conhecimento científico é intrinsecamente ligado aos interesses políticos do Estado, já que este é quem assegura as condições de produção acadêmica.

Os intelectuais, enquanto agentes do campo científico, ao participarem da circulação e da produção do conhecimento, possuem interesse na divisão do trabalho científico, ao mesmo tempo em que tentam assegurar a sua reprodução. Anterior aos livros, estes agentes se reúnem para o desenvolvimento de projetos e passam pelo crivo metodológico para o reconhecimento da produção e também para constituição de sua relevância.

Ao retornar da Europa no final dos anos 1950, Westphalen propôs aos docentes a prática de Seminários, na qual possuiria secções de ensino e pesquisa, teoria da História e abertura para outros pesquisadores em História. Aprovado no Conselho Técnico Administrativo da Universidade Federal do Paraná em 04 de dezembro de 1959, recomendou-se ao grupo que o Seminário fosse denominado de Departamento de História. (CARDOSO, 2005, p. 17)

Desta forma, a organização de projetos de pesquisa e de seminários manifestam os mecanismos acionados para controle da reprodução do conhecimento. Nos Seminários de História, definiram as perspectivas a serem adotadas, além de realizarem um balanço sobre o que havia sido produzido até então sobre a História do Paraná.

Foi assim, marcada para 23 de setembro de 1959 a primeira sessão d'êste seminário, objetivando a análise da obra dos historiadores do Paraná, com a crítica das suas fontes, métodos e técnicas de trabalho e com a finalidade de realizar o levantamento da situação real da Historiografia Regional do Paraná, e dos problemas que nela restam por serem equacionados e resolvidos.³⁶

Assim, o progresso científico foi compreendido tanto no desenvolvimento de projetos de pesquisa, quanto na organização de seminários, referindo-se à problemática da história do Paraná.

O primeiro Seminário foi dirigido por Pinheiro Machado, no qual foi proposto o tema da História Regional, organização de fontes, conceitos e abordagens. Cecília Westphalen foi a primeira diretora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná entre 1959-1976. A relação dos intelectuais referidos acima se fortalecia também com a presença de Brasil Pinheiro Machado na direção do Conselho de Pesquisa da UFPR. (CARDOSO, 2005, p. 18)

Falou ainda sobre o estado atual da pesquisa histórica regional, onde tudo ou quase tudo resta por fazer, sobretudo no domínio da economia histórica. Disse, finalmente,

³⁶ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 50, jan.-jun. 2009, p. 292.

da necessidade de serem reexaminadas as fontes da história paranaense, bem como da necessidade do emprêgo de novas técnicas quantitativas no tratamento das mesmas.³⁷

Nessa passagem da Ata, quando Westphalen toma a palavra, notamos o tom de apreensão ao se referir à história regional, pois havia aos olhos deles muito que ser feito, não só no que se refere à organização das fontes de história regional, bem como de instrumentos para compreensão.

No título do prefácio do livro *História do Paraná*, intitulado: “*Da necessidade de divulgação da História Paranaense*”, Rocha Netto buscou justificar a produção do livro ante a pretensa universalização do conhecimento, no qual os intelectuais: “Só se sentem universais quando defendem interesses que não são os seus e quando se fazem porta-vozes de uma ‘demanda social’, ou melhor, de uma ‘causa’ universal”. (BOURDIEU, 2004, p. 74)

Desta forma, ao mesmo tempo em que eram portadores do discurso especializado, os intelectuais também faziam parte da “demanda social”, por isso revestiam-se do dito interesse “geral”, compilando-o em projeto de pesquisa.

Os eruditos estariam, assim, continuamente presentes no debate social ou político, e creio que isso contribuiria para esclarecer bem os problemas. Eles poderiam, aliás, começar por contribuir diretamente para definir a famosa demanda social em matéria de pesquisa científica. (BOURDIEU, 2004, p. 75)

Atualizados diante do debate político, Pinheiro Machado, Rocha Netto e Westphalen buscavam participar do campo e intervir.

De fato, os eruditos, quaisquer que sejam, deveriam, parecer-me, se não trabalhar, eles próprios, pela divulgação dos resultados do seu trabalho, pelo menos trabalhar para controlar tanto quanto possível esse processo de divulgação; intervenção que se impõe a eles de maneira tanto mais imperativa quanto seus resultados podem ser usados num debate bem ou mal estabelecido. (BOURDIEU, 2004, p. 79)

De acordo com Bourdieu (2004), este é um problema que se coloca em especial às ciências sociais. Isso nos permite compreender a dinâmica de sentido da produção e circulação das obras que deveriam corresponder a uma dita “demanda”. Deste modo, a demanda social não é despreziosa, mas é engendrada pelos intelectuais, o que nos permite compreender em alguma medida a expectativa que estes nutriam em relação ao conhecimento científico que produziam.

³⁷ Op cit., p. 293.

Desde o projeto que culminou na produção dos livros há a implicação de avançar para além da abstração discursiva. Reconhecendo a ligação entre o mundo social e as obras, e sua apropriação simbólica, são inúmeras as relações entre o texto enquanto materialidade e como este produz práticas.

O processo de publicação, seja qual for sua modalidade, sempre é coletivo, já que não separa a materialidade do texto da textualidade do livro. Portanto, é inútil, pretender distinguir a substância essencial da obra, considerada sempre similar a si própria, das variações acidentais do texto, que se julguem sem importância por seu significado. (CHARTIER, 2007, p. 40)

Por outro lado, os livros produzem uma memória dirigida à identidade. Mobilizam elementos que são acionados a tornarem-se realidade objetivada e que produzam identificação. Mesmo que as pessoas não tenham participado de eventos, a partir da narrativa eles são vividos e assimilados. O que Pollak denominou de *socialização histórica*, é a organização de uma herança da memória. Isso explica o porquê alguns acontecimentos produzirem um grande grau de identificação entre os indivíduos.

É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada. (POLLAK, 1999, p. 201)

Assim, como construção de identidade e, também, como um trabalho da memória, o texto funciona como uma “socialização histórica”, buscando projetar uma imagem do Paraná que pudesse ser reconhecida pelos outros. Percorrendo a psicanálise, Pollak afirma como a identidade possui três elementos: o físico, que conota as fronteiras de pertencimento ao grupo; a continuidade, no sentido físico, moral e psicológico; e o de coerência, onde os elementos formadores do indivíduo são unificados.

Ninguém pode construir uma imagem uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação e de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser entendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1999, p. 203)

Portanto, a identidade é uma construção negociável, referenciando as regiões que o compunham, os elementos culturais que conferiam sentido, a composição demográfica decorrente da imigração, o solo da terra roxa, os campos Gerais, campos de Guarapuava e de Palmas, todos estes elementos são organizados em uma identidade paranaense. Assim, os

interesses políticos concorriam para que essa memória se tornasse sólida e atestasse uma eficácia, fortalecendo os laços entre os indivíduos e produzindo consenso. Pollak afirma que há um interesse renovado na relação entre memória e identidade.

Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (POLLAK, 1999, p. 204)

Portanto, os livros, enquanto parte da produção intelectual dos autores, asseguraram uma determinada imagem do Paraná, censurando e minimizando as violências, as divergências regionais e as desigualdades, construíram um Paraná moderno, progressista, ordeiro e culturalmente civilizado. Do mesmo modo, o discurso do regionalismo deveria ser inculcado pelos demais agentes em numa esfera mais ampla, apropriado pelos professores desde as séries iniciais, construiria referências nos mais jovens do que é ser paranaense e, também, uma imagem da composição do Estado do Paraná, aos poucos naturalizada.

Como observara Chartier:

O objeto fundamental de uma história que se propõe a reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e aos seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre, por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro lado, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. (CHARTIER, 2007, p. 49)

Para estes intelectuais se fez necessário inserir o Paraná na modernidade, reforçar o papel do Estado em relação à política nacional. A história regional, enquanto instrumento, possibilitava a circulação dos discursos sobre as mudanças que se operavam no Estado antes de atividades agrárias para um estado capitalista.

Na passagem do século XIX para o século XX, o estado do Paraná decorre diversas mudanças de ordem econômica e, consequentemente, social. A expansão para o Norte e Sudoeste do Estado deslocou a importância econômica que antes se situava na região compreendida como Paraná Tradicional (Curitiba e Campos Gerais), para o Paraná Moderno (Norte e Sudoeste paranaense).

Tais produções discursivas construíram, portanto, um determinado tipo de regionalização, criando diferenciações culturais e histórico-geográficas a partir de uma história forjadora do progresso, na qual o regional é pensado não apenas como referência a existência

efetiva, mas como construção teórica que possui uma existência efetiva (delimitada geográfica e temporalmente) objetivada nos livros, enquanto construções discursivas do passado.

Só o questionamento dessa epistemologia da coincidência e a tomada de consciência sobre a brecha existente entre o passado e sua representação, entre o que foi e o que não é mais e as construções narrativas que se propõe a ocupar o lugar desse passado permitiram o desenvolvimento de uma reflexão sobre a história, entendida como escritura sempre construída a partir de figuras retóricas e de estruturas narrativas que também são as da ficção. (CHARTIER, 2007, p. 12)

Assim, os textos destes intelectuais não são apenas tomadas de consciência, mas relacionam a construção do passado e a projeção de um futuro. Portanto, esses discursos possuem redes de sentido na relação que estabelecem com outros textos. (ORLANDI, 2000, p. 34)

Os discursos produzidos buscam produzir práticas que nos permitem enxergar o Paraná enquanto objeto e como este se apresenta aos autores.

É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa. Para isso têm-se condições de base, que é a língua, e o processo, que é discursivo, onde a ideologia torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo. Ou, em outras palavras, reúne sujeito e sentido. (ORLANDI, 2000, p. 96)

Portanto, o discurso envolto pela ideologia, a partir da relação com a linguagem, ou seja, não enquanto visão de mundo, mas o discurso que realiza uma manobra de ocultamento da realidade. Este mecanismo atua de forma direta no processo de significação do discurso. (ORLANDI, 2000, p. 96)

Por vezes notamos que os autores realizam esse ocultamento, tomemos, por exemplo, quando tentaram minimizar a participação de alguns agentes na construção do regional, por exemplo, o caboclo, o indígena, as mulheres. Os autores também “apagaram” certos conflitos, ou tentaram reduzir seus impactos na História do Paraná.

Do mesmo modo, ao refletirem sobre os “Problemas Agrários do Paraná Moderno” relativizavam os “insucessos” que pudessem repercutir na gestão política dos anos 1960, no que se refere à expansão e desenvolvimento da região do Norte e do Sudoeste.

Desta forma, estes intelectuais desejaram projetar uma imagem apropriada para o restante do país, invocando a construção de uma regionalidade que é o fio condutor das obras.

Foi na regionalidade que o projeto de modernização apostaria suas fichas. O regionalismo aciona ao mesmo tempo o imaginário e a construção simbólica. Nas palavras de Haesbaert (2014, p. 08): “Regionalizar, no seu sentido mais amplo e relacionando a uma de

suas raízes etimológicas, enquanto ‘recortar’ o espaço ou nele traçar linhas, é uma ação ligada também ao sentido de orientar (-se)”.

Assim, o regionalismo é invocado pelos intelectuais enquanto possibilidade de intervenção na realidade paranaense, pois compreender significa instaurar um lugar, uma memória, para o Paraná bem como permitiria fortalecer a identidade que integraria as diversidades regionais (econômicas, sociais e culturais) e poderia assim ser instrumentalizada pelas classes dominantes paranaenses.

2 O ESTUDO REGIONAL NO PARANÁ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

O estudo regional paranaense figurou como questão expressiva no século XX, sobretudo com o centenário da Emancipação Política do Paraná nos anos 1950. Este, enquanto momento de festejo, também apresenta a necessidade de reflexão sobre a identidade do Estado do Paraná, momento em que se organizam discursos e memórias que legitimariam um projeto político de orientação ao desenvolvimento capitalista, alinhado aos interesses da classe dominante, buscaram organizar uma história do Paraná articulada à história nacional.

Tomamos como ponto de partida, a organização de princípios que orientariam os estudos regionais no Paraná, estabelecendo conexões entre os desdobramentos da história regional paranaense a partir do *Esboço de Uma Sinopse de História Regional* (1953), de Brasil Pinheiro Machado.

2.1. *ESBOÇO DE UMA SINOPSE DE HISTÓRIA REGIONAL* (1953) E SUAS IMPLICAÇÕES NOS LIVROS: *CAMPOS GERAIS: ESTRUTURAS AGRÁRIAS* (1968) E *HISTÓRIA DO PARANÁ* (1969)

O texto do *Esboço* está relacionado aos festejos do Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953), enquanto orientação de um estudo pormenorizado da formação história paranaense.

Bento Munhoz da Rocha Netto, o governador do Centenário, organizou Comissões de intelectuais no planejamento dos festejos, incitando a produção de obras. Pinheiro Machado foi indicado pelo Instituto Histórico Geográfico Paranaense para que escrevesse um roteiro que orientasse a organização da História do Paraná em 1951.

A impressão, com data de 21 de julho de 1951, contendo 22 capítulos distribuídos em 26 páginas, recebeu o título de “Sinopse da História Regional do Paraná (a ser publicada pelo Instituto por ocasião do centenário da Província, em 1953)” e saiu como separata do Boletim do IHGEPR, periódico em circulação desde 1918. (MARCHETTE, 2013, p. 46)

O texto foi inspirado nas ideias de Carlos Frederico Von Martius, o qual propunha uma história nacional, evitando a história local dos cronistas e eruditos locais. Assim, Pinheiro Machado buscar organizar uma história paranaense relacionada à história nacional.

Não obstante estar convencido de que perderia o seu sentido verdadeiro, se não compreendêssemos a história do Brasil como parte integrante da civilização ocidental, foi ainda Martius quem primeiro compreendeu que a história do Brasil, como da formação de um povo e de uma nação, como história interna é formada de histórias regionais que, por justaposição, formaram a história geral da nacionalidade. (PINHEIRO MACHADO, 1987, p. 179)

Assim, a história regional constituiu-se enquanto objeto de pesquisa “Alvitrava Martius que, quanto à forma de se expor a história do Brasil, o historiador deveria dividi-la em épocas, para evitar a pura história regional ou local, própria dos cronistas e dos eruditos.” (PINHEIRO MACHADO, 1987, p. 179)

Sobre os objetivos de Pinheiro Machado ao estabelecer um roteiro para a história regional, Marchette (2005) argumenta:

Disso deriva a fundamentação do “Esboço” em uma linhagem tradicional de escrita da história, mais precisamente no modelo erigido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) para a história nacional, nascido em meados do século XIX, e que seria incorporado por Brasil Pinheiro Machado, aquele se referindo à nação e esse ao estado; ambos transitando entre o passado e o futuro, dando sentido ao presente como condutor da homogeneidade de uma comunidade geográfica. O “Esboço” atualizou, regionalmente, a história a serviço da política, fornecendo as diretrizes para a historiografia local interpretar a formação histórica paranaense. (MARCHETTE, 2005, p. 19)

O *Esboço* pretendeu organizar o passado paranaense na sua relação com o futuro, mobilizado na ocasião do centenário, forneceria a compreensão das implicações da história do Paraná na política paranaense daquele período. Buscaram então conferir uma individualidade histórica e geográfica conformada na identidade regional.

O texto estabelecia relações com os interesses do Instituto Histórico e Geográfico Paranaense, ao mesmo tempo em que expressava uma tomada de consciência de Pinheiro Machado no texto:

Tendo a profunda consciência de que é um ser histórico, o homem moderno cada vez mais perde a atitude de venerador do passado para fazer o centro de suas aspirações vitais as esperanças no futuro, e se convencer, cada vez mais de que a construção do futuro é uma libertação do passado, que depende de seu discernimento, de seu esforço, de sua ação e, conseqüentemente, da compreensão da própria história. Assim, o passado se lhe apresenta como uma experiência que é preciso superar. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 178)

Desta forma, o pesquisador deveria superar o passado e inclinar-se na construção de um futuro, que só seria possível a partir da compreensão e da organização da história regional. Por isso, a história regional foi mobilizada para que, de alguma forma, superasse também os problemas que o passado imprimia na história paranaense. O próprio uso da palavra superação

nos remete à ideia de avanço, ir além do que já havia sido desenvolvido, tanto no que se refere à produção do conhecimento regional, bem como na superação dos problemas.

Portanto, a proposta da História do Paraná se apresenta como uma orientação política aos problemas regionais, bem como da necessidade de uma imagem para o Paraná na consolidação da região.

A região é compreendida enquanto construção social e ao mesmo tempo objeto. “Sendo o espaço produzido pelas relações sociais que ocorrem sobre uma base territorial concreta, o território é um condicionante inescapável dessas relações e das inovações que elas propõem.” (CASTRO, 1992, p. 29). A região enquanto espaço, é a materialização na qual se configuram as relações sociais e também relaciona os indivíduos a uma espacialidade, à qual atribuem significação e identificação.

A região é, então, uma fração estruturada do território. Por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com todo social e territorial. (CASTRO, 1992, p. 32-33)

Desta forma, a região é associada ao processo de identidade, mobilizada com o objetivo de consolidar a diferenciação e individualidade na dinâmica nacional. Isto significa compreender e também instaurar um lugar para o regional paranaense na estrutura nacional. Para além da história *magistra vitae*, compreender significa organizar uma lógica.

Neste caso, o reconhecimento da região – ou da “condição regional” – não se dá como um simples artifício metodológico criado pelo pesquisador, mas efetivamente se reconhece sua construção a partir de práticas sociais específicas – no caso a identidade cultural, e uma certa representatividade política (na defesa explícita de interesses – notadamente econômicos – vinculados ao espaço regional), configurando de certa forma aquilo que, baseados em Gramsci, denominamos bloco regional ou bloco histórico-regional (...) (HAESBAERT, 2010, p. 53)

Assim, a sua condição regional é relacionada a um conjunto de práticas sociais, no qual Pinheiro Machado buscou compreender a condição do Estado do Paraná, objetivando uma determinada representatividade política. Sendo assim, o regionalismo vinha de encontro aos interesses da classe dominante paranaense.

A articulação regional poder ser mais ou menos equilibrada. Quanto menos, maiores os conflitos. Maiores conflitos ameaçam a integridade do Estado e impõe-lhe a necessidade de intervenção. Portanto, a mobilização regional, qualquer que seja o caráter, tem claras implicações para o sistema político. (CASTRO, 1992, P. 15)

Deste modo, o programa do *Esboço* previa relacionar o regional ao nacional ao mesmo tempo em que incentivou estudos sobre o regional paranaense. Tal fato pode ser observado nas diretrizes adotadas na criação do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná em 1959:

(...) a) O conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, dizendo da necessidade de se fazer a história dos grupos humanos regionais, da adoção de um regionalismo social e não um regionalismo simplesmente geográfico. b) Cada uma dessas histórias regionais tem uma “ambientação” que a diferencia das outras, usando o termo no sentido de caracterização, como sobretudo no sentido do espaço social. c) A possibilidade, no estado atual das pesquisas, de se escrever uma história geral do Paraná.³⁸

Incentivando que mais pesquisadores dedicassem e aprofundassem às regiões que compunham Estado do Paraná: o Paraná Tradicional (Litoral, Curitiba e Campos Gerais), e o Paraná Moderno (Norte e Sudoeste paranaense). Para que os estudos regionais projetassem uma organicidade, uma história geral paranaense como no sentido que ele mesmo usa.

Outra referência na construção do modelo teórico de Pinheiro Machado foi João Ribeiro:

A produção histórica de João Ribeiro apontava para os princípios da Kulturgeschichte. Tal movimento historiográfico alemão, ao evidenciar estudos culturais, renovou a visão tradicional da história – que enfatizava essencialmente aspectos políticos e administrativos, numa história que ficou conhecida como a dos grandes vultos e dos grandes nomes. (CORDOVA, 2009, p. 176)

João Ribeiro, autor de *História do Brasil* (1900) e de títulos para o ensino secundário e superior, segundo Freitas (2003), foi marginalizado na historiografia brasileira por conta da orientação didática da sua obra:

Essa marginalidade se deve à relativa indiferença que sustentam os historiadores da historiografia acerca dos livros em forma didática. Não obstante, o velho manual de 1900 tem chamado a atenção de alguns leitores especializados em assuntos relativos à história da leitura, dos livros e das disciplinas escolares. (FREITAS, 2003, pág. 2)

Assim, ao direcionar o olhar para aspectos culturais, bem como da necessidade de uma produção orientada à educação, João Ribeiro foi essencial na organização do *Esboço*. Por conseguinte, Pinheiro Machado segue a linha interpretativa cultural de Ribeiro, buscando

³⁸ ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n. 50, jan.-jun. 2009, p. 292.

organizar a História do Paraná a partir dos diversos estímulos que concorreram para seu desenvolvimento.

Aí o historiador declara ser o “primeiro a escrever integralmente a nossa história, segundo nova síntese”, que muito se distinguia dos precedentes autores que não seguiam outro caminho sinão “o da cronologia e da sucessão de governadores, caminho seguro mas falso em um país cuja a história se fazia ao mesmo tempo por múltiplos estímulos em diferentes pontos. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 180)

A ocupação do território do Paraná enquanto continuidade de São Paulo organizou núcleos de povoamento a partir do litoral, incitados pela busca do ouro. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 182). Por isso o primeiro tópico, no plano de obra do livro *História do Paraná*, foi dedicado a pensar esse primeiro momento de movimento e povoamento, de um lado os empreendimentos portugueses (Paraná tradicional) e de outro, os empreendimentos espanhóis (Sudoeste).

A responsável por desenvolver o texto foi Westphalen, no qual buscou estabelecer uma linha interpretativa a partir do processo de colonização do interior como centro irradiador em São Vicente.

O início da colonização efetiva, por Martim Afonso de Souza, fizera surgir também, em São Vicente, o primeiro engenho de açúcar e, o Brasil que fôra apenas madeira, torna-se o complexo escravo-açúcar. O eixo principal, entretanto da economia açucareira desde o final do século XVI estaria no Nordeste. (WESTPHALEN, 1969, p. 25)

Destacando que a ocupação do território paranaense foi inaugurada com os empreendimentos coloniais dos bandeirantes, interessados na captura de indígenas e na busca por metais preciosos expandiram seu empreendimento colonial até o planalto curitibano.

Na continuidade, Pinheiro Machado desenvolveu o tópico “Procura de gentios e minas”, no qual notamos a mobilização do cosmopolitismo curitibano.

De outro lado, desde o final do século XVI, os vicentistas corriam o litoral da Capitania, indo abaixo da Cananéia, à procura de índios. Da mesma maneira, o planalto curitibano seria também percorrido pelos sertanistas que preavam indígenas, procuravam metais e demandavam ao ocidente. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 260)

Continuando a pensar a colonização paranaense, deveriam abordar também os empreendimentos coloniais espanhóis no Paraná. Devido ao Tratado de Tordesilhas, uma porção significativa da atual região do Paraná esteve sob o domínio espanhol.

Balhana organizou a história da presença espanhola no oeste paranaense, região conhecida como Guairá. No século XVI, essa região pertencia ao Paraguai, foi Alvar Nuñez Cabeza de Vaca que informou os espanhóis sobre a região. Em 1554 fundaram Ontiveiros, às margens do rio Paraná, poucos quilômetros abaixo das Sete Quedas. (BALHANA, 1969, p. 47). Já em 1576, estabeleceram Villa Rica del Espiritu Santu, na confluência do rio Corumbataí. “A nova cidade que contava com 60 moradores brancos parecia ter futuro, dominando uma região com cerca de quarenta mil famílias indígenas, cujo trabalho poderiam explorar sem obstáculos.” (BALHANA, 1969, p. 48)

Ao referir-se ao empreendimento, destacava que teriam futuro, na medida em que havia homens brancos, deixava implícito um pensamento civilizatório, ao qual se poderia lograr sucesso a partir do domínio do “não-civilizado”, o indígena. Do mesmo modo, Balhana minimizou a violência aos indígenas como um recurso necessário ao desenvolvimento.

Formam em 1610, com a aprovação de Felipe III, uma república cristã, onde nenhum espanhol poderia entrar sem a permissão de um religioso. Os indígenas ali aprendiam ofícios e artes. Pagavam um imposto ao Rei da Espanha, eram cuidados pelos jesuítas, bons médicos e tornaram-se bons cristãos, trabalhadores e pacíficos. (BALHANA, 1969, p. 52)

Os indígenas como “não-civilizados” ao serem disciplinados tornar-se-iam “bons cristãos”, pacíficos e ordeiros, ajustados ao empreendimento colonial. O que nos chama atenção é a referência ao trabalho preenchida de sentido pela cristianização. “Haviam sido reduzidos não à servidão que lhes explorava o trabalho, mas à vida cristã.” (BALHANA, 1969, p. 52)

Outro fato que pode ser notado na construção textual do livro História do Paraná, partilhada entre Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, é o aparecimento de divergências interpretativas. Se para Balhana os empreendimentos espanhóis na região Oeste foram significativos, para Westphalen foram inexpressivos. Podemos observar essa objeção no tópico “Reduções – destruição pelos bandeirantes”, no qual Westphalen discorreu sobre o confronto dos interesses entre espanhóis e portugueses no desenvolvimento do Bandeirantismo.

Após os ataques bandeirantes e a destruição das Reduções, bem como do abandono das povoações espanholas, ficou o Ocidente em completo esquecimento, pois que, sem índios e sem ouro e prata, não mais atrairia atenção. De qualquer maneira, nem a ocupação espanhola, nem as Reduções Jesuíticas, chegaram a constituir uma comunidade em terras do Paraná. (WESTPHALEN, 1969, p. 56)

Ao lamentar a negligência para com o Oeste paranaense, nos permite afirmar que implicava considerar que a região ficou no esquecimento, apontava para a necessidade de maior aprofundamento sobre a colonização no Oeste paranaense.

Assim, a partir da longa duração³⁹, instaurou-se uma significação para o Paraná, decorrente do deslocamento colonial luso para o centro-sul do Brasil a partir do século XVIII. Alinhado à proposta do quinto capítulo da história paranaense do *Esboço*.

c) O quinto capítulo da história paranaense será o da transformação do Paraná com a abertura da estrada de Laguna, em 1731, que ligou as populações do Rio Grande às de São Paulo, através de Curitiba. É o tempo das tropas e dos tropeiros, do intenso comércio de gado e da intensa militarização da Capitania de São Paulo. É o tempo da expansão da população pelos Campos Gerais e da fundação das fazendas de criar. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 190)

Portanto, seria a partir da criação da Estrada de Laguna, devido ao comércio de gado entre o Sul e o Estado de São Paulo, cruzando a vila de Curitiba, que se permitiu a projeção desta enquanto centro irradiador regional, no qual reforçam um papel cosmopolita de Curitiba no florescimento da economia paranaense na passagem do século XVIII para o século XIX. Visando garantir uma coesão regional, os autores buscaram fortalecer a importância de Curitiba sob a premissa do mito da centralidade.

2.2 A CONSTRUÇÃO DO MITO DE UMA CENTRALIDADE

Por conseguinte, Pinheiro Machado destaca a criação da Estrada de Laguna, utilizada a partir de 1731. Esta, ao passar por Curitiba, permitiu à região integrar-se ao território nacional, bem como contribuir economicamente devido ao desenvolvimento do tropeirismo. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 64)

Consistia o negócio em ir comprar as mulas no Rio Grande, no Uruguai, na Argentina, conduzi-las em tropas, numa caminhada de três meses pela Estrada de Viamão, inverná-las por alguns meses nos campos do Paraná, e vende-las na grande feira anual de Sorocaba, onde vinham comprá-las paulistas, mineiros e fluminenses. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 65)

³⁹ A longa duração foi estabelecida por Braudel, buscando compreender os fenômenos sociais de forma total abrangendo diversos aspectos. Assim a longa duração atenta às estruturas que se movem mais lentamente ao invés dos acontecimentos, reconhecendo permanências e rupturas. Criticaram à historiografia positivista, que privilegia o político, por uma abordagem social em História. A História estabelece maior contato com as Ciências Sociais, com ênfase à Sociologia de Marcel Mauss, a Geografia de Vidal de La Blache, bem como a História Econômica de François Simiand.

A questão da centralidade também foi relacionada à organização do Paraná no período Imperial, momento em que esta passou a ser a 5ª Comarca da Província de São Paulo.

A história do Paraná é, primeiro, uma continuação natural da história regional de São Paulo, com o centro de comando fora de seu território. Só adquire individualidade, ou melhor só constitui uma história regional, quando o centro de comando passa a agir dentro de seu próprio território. (MACHADO, 1997, p. 195)

Portanto, retratam o século XIX como fundamental na expansão do território. Ao mesmo tempo, emerge a necessidade de invocar uma identidade paranaense que pudesse convergir em um arquétipo de Paraná. Desta forma, buscaram constituir uma individualidade, ou seja, uma história regional, atrelada à centralização em Curitiba, ressaltando a importância da burguesia fundiária dos Campos Gerais na organização política que se mobilizou para emancipação política.

Pereira (1996, p. 63) atenta ao fato que considerável parcela da burguesia fundiária dos Campos Gerais e a burguesia comerciante de Curitiba e litoral, passaram por um processo de transformação desde os meados do século XIX, enviando seus filhos para o estudo de Direito em São Paulo, Pernambuco e Coimbra. Tornando-se, muitas vezes, o que Pereira se refere a “burguesias letradas”, as quais monopolizaram cargos públicos e cargos de representatividade política desde a época da província.

Como observou Gramsci (1987) ao discutir a atuação dos intelectuais meridionais na Itália: “Os intelectuais meridionais são um estrato social de mais interessantes e importantes na vida nacional italiana. Para se convencer disso, basta pensar que mais de 3/5 da burocracia estatal são constituídos de meridionais”. (GRAMSCI, 1987, p. 155)

Desta forma, os intelectuais dos Campos Gerais e de Curitiba buscaram constituir uma organização política consistente que lhe permitissem continuar a acessar o poder. Destacamos então o papel da burguesia fundiária ligada à classe dominante no Paraná continua no poder na perspectiva da economia política.

Uma classe que também sempre foi firmemente comprometida com a unidade nacional do Brasil, extremamente vinculada com a realidade dominante nacional, sendo formada por famílias de São Vicente, da Bahia, de Pernambuco e de outras regiões brasileiras, além de continuamente ser alimentada por elementos portugueses que forneceram peso e identidade para os segmentos dominantes, desde o Brasil colônia. (OLIVEIRA, 2000, p. 10)

A herança do patriarcado imprimiu marcas indelévels na nossa organização burocrática, portanto a impessoalidade não era uma constante no aparelho burocrático, os eleitos para ocupar

cargos públicos não eram eleitos pela sua capacidade, mas sim a partir da categoria confiança, prevalecendo assim o círculo familiar. (HOLANDA, 1971)

A elevação de status não possibilitou de imediato a uma organização política que representasse a Província recém-criada.

De outro lado, eram homens vindos de fora e que pouco tempo permanecendo na Província, dificilmente conheciam a sua problemática, entregando-se pois ao jogo político da situação dominante. Sômente em 1880 é que um paranaense chegou à presidência da Província, e poucos o fariam: João José Pedrosa (1880), Oliveira de Almeida Faria Sobrinho (1886) e Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1889). (WESPTHALEN, 1969, p. 146)

Para Westphalen, os dirigentes políticos deveriam dominar e atender às necessidades regionais. Pois, a instabilidade decorrente da alternância de presidentes de Província, implicava em um atraso no desenvolvimento regional. Em 36 anos foram 55 presidentes.

De acordo com Schwarcz (2008), os regionalismos se apresentavam como obstáculo à democracia nos partidos políticos carregados de lideranças regionais (SCHWARCZ, 2008, p. 4). Decorrente disto, o espaço público configurou-se como extensão do espaço privado. Segundo Holanda (1936), essa relação adviria da nossa herança colonizadora, a ibérica, da qual herdamos o personalismo. “(...) em terra onde todos são barões não é possível acordo coletivo durável, a não ser por uma força exterior respeitável e temida”. (HOLLANDA, 1936, p. 32)

No declínio das atividades do campo no final do século XIX, ao invés do criatório, os fazendeiros começaram a arrendar suas terras para invernagem do gado, modificando o uso da propriedade de terra.

O creatório foi se reduzindo nos campos paranaenses, à medida que aumentava o novo modo de uso da propriedade. “Uma parte de novos campos é destinada a invernar tropas de bestas soltas, que forma o principal negócio da Província” – informava um fazendeiro ao presidente, 1860, e outro calculava que nos Campos Gerais invernavam por ano, permanentemente, “30.000 cabeças de raça muar destinadas às Feiras de Sorocaba. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 97)

A estrutura social aos poucos se modificou, as famílias começaram a residir na cidade, venderam seus escravos para São Paulo devido ao desenvolvimento da economia do café.

Destacamos as especificidades da relação entre Estado e as classes dominantes, na medida em que estas se mobilizam viabilizando estratégias políticas que assegurassem sua permanência no poder: “Em outras palavras, classes, frações e blocos regionais de poder não são dominantes por tempo indefinido e sua queda é mais uma questão de decadência política”. (CASTRO, 1992, p. 121)

Assim, as classes dominantes buscaram reforçar a importância regional do Paraná, desde a organização da Estrada de Laguna e anos mais tarde com o desenvolvimento das ferrovias, no qual o Paraná se constituía enquanto “zona de passagem”. A partir disso, enalteceram a importância do Paraná enquanto região estratégica, sobretudo no século XIX.

De outro lado, os acontecimentos políticos do Sul, a independência da Província Cisplatina e, sobretudo, a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul, davam à Comarca posição estratégica de importância. Sua adesão aos movimentos revolucionários do Sul, poderia implicar no seu avanço até São Paulo, colocando em perigo o poder central. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 104)

Desta forma, compreender o sentido da História do Paraná significou relacioná-lo à história colonial, reforçando as mudanças nas práticas da então 5ª Comarca de São Paulo. Derivada dos descontentamentos coloniais, foi nas Câmaras Municipais que se organizou a ideia de autonomia em relação a São Paulo, esquematizados no: “O oitavo capítulo da história do Paraná será o da história da ideia autonomista; sua origem, sua evolução, as razões de sua necessidade, os acontecimentos que a fortaleceram e tornaram-na possível”. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 198)

Portanto, organizar uma história do Paraná significava compreender o movimento que culminou na emancipação da Província em 1853. A própria necessidade em trabalhar um tópico que tratasse da “Situação do Paraná ao tempo da emancipação da província”, nos dá pistas da expectativa em mobilizá-lo enquanto marco político paranaense.

Era enfim, chegada a ocasião de transformar-se a antiga e atrasada Comarca de Curitiba na esperançosa Província do Paraná”. Desta maneira, Zacarias de Goes e Vasconcelos, a 15 de julho de 1854, iniciava o seu Relatório aos primeiros representantes eleitos na nova Província, reunidos em Assembléia Provincial, dando-lhes conta da situação em que encontrara o Paraná e traçando os rumos que deveriam nortear a vida paranaense, objetivando o seu progresso. (WESTPHALEN, 1969, p. 109)

Desta forma, a proposição do direcionamento ao progresso instaurava um conjunto de prioridades. Pois, emancipar-se significava assumir a autonomia financeira numa economia que se dividia entre o comércio de muares e a exportação da erva-mate. Viabilizar o escoamento comercial a partir das estradas, relacionando as regiões que compunham o Estado, orientadas ao desenvolvimento regional.

Preocupados com o desenvolvimento agrário regional, momento em que a comercialização da madeira era incipiente e a exportação da erva-mate instável na concorrência com a produção argentina, nos permite compreender os anseios em torno da organização de

uma agricultura de subsistência e também para exportação. Preocupação esta destacada por Westphalen, ao referir-se ao primeiro presidente de Província, Zacarias de Góes e Vasconcelos:

Zacarias, vendo a parca lavoura de subsistência praticada pelos paranaenses, solicitava o empenho da Assembléia Provincial, para que o trigo “que não há muito anos aqui se cultivava em quantidade, que excedia o consumo do povo, e se exportava” volte novamente a prosperidade. (WESTPHALEN, 1969, p. 112)

Pinheiro Machado, ao organizar o tópico “Sociedade campeira – gênero de vida”, menciona Auguste de Saint-Hilaire ao falar da agricultura dos Campos Gerais e do cultivo do trigo. “Inventários de fazendeiros de Castro arrolam ‘pedras de moinho’, e Saint Hilaire comeu o pão feito com farinha dos Campos Gerais, achando-o ‘bem branco e muito saboroso’. A cultura do trigo foi abandonada mais tarde.” (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 90)

Assim, diante da questão do desenvolvimento agrário, se colocava também a necessidade de domínio dos recursos e técnicas para solução dos problemas. A cultura do trigo foi abandonada devido à praga da Ferrugem, bem como do deslocamento da economia para as atividades campeiras. Em 1860, verifica-se o apogeu da atividade do tropeirismo. As classes dominantes daquele período após a Emancipação se organizaram em três comarcas, uma no litoral, em Paranaguá, outra em Curitiba e a terceira em Castro.

Foram, aliás, os homens do comércio, aqueles do comércio exportador da erva-mate, via de regra comerciantes de Paranaguá e Curitiba, bem como aqueles do comércio de gado e muar, da elite campeira dos Campos Gerais, os que trabalharam e, enfim, obtiveram em 1853 a emancipação político-administrativa da Província do Paraná, e que constituiriam as oligarquias políticas dominantes em todo o período provincial. (WESTPHALEN, 1969, p. 113)

As classes dominantes buscaram fortalecer o poder político regional. Deste modo, a emancipação política esteve ligada aos interesses das classes dominantes regionais:

As “regiões políticas”, delineadas por interesse político administrativo, se não são significativas de um tipo específico de identidade territorial, são importantes por revelar condições e situações particulares de relações entre espaço e política, num plano mais geral, e relações entre poder central e território, num plano mais restrito. (CASTRO, 1992, p. 34)

As três comarcas (Paranaguá, Curitiba e Castro) são compreendidas no Paraná Tradicional, o que permite compreender a mobilização dessas elites na disposição política desde a província.

Desde o século XIX houve um ajustamento da sociedade patrimonial, visando a inserção do Brasil no mercado mundial como exportador de gêneros alimentícios. Essa nova classe

realizou ajustes internos, como: manutenção das desigualdades, criação de serviços públicos, organização de meios de comunicação, contemplados na organização do Estado liberal brasileiro, em que o monopólio do poder político continuou nas mãos das oligarquias. (FERNANDES, 1976, p. 20)

Assim, no momento da organização da Província do Paraná, houve tensão na definição da centralização política, pois cada região mobilizou-se na defesa de seus interesses. Manuel Antônio Guimarães, a liderança do litoral, se opôs à centralidade em Curitiba.

A partir da análise de Westphalen podemos compreender alguns problemas que se colocaram à Curitiba no momento da centralização política: “Curitiba era uma pequena cidade, quase uma simples vila, sem quaisquer serviços públicos, nem edifícios próprios para administração provincial”. Discorrendo assim, dos problemas gerados na própria estruturação política no qual Curitiba se estabelece como centro irradiador para as demais regiões:

Tudo, enfim, era necessário prover, como a instalação dos serviços burocráticos da secretaria de Gôverno, a segurança pública e a polícia, e a própria saúde pública, em época em que ainda grassavam epidemias. Era enfim, a organização da vida paranaense. Esta constitui, aliás, a grande importância, na História do Paraná, do período provincial, ou seja, a sua configuração. (WESTPHALEN, 1969, p. 115)

Durante a configuração e centralização em Curitiba, também se apresentou a necessidade de articulação entre as identidades regionais formuladas desde o século XIX e que deveriam convergir para o nacionalismo a partir da República. Como destaca Pesavento (1990, p. 69):

Ideologicamente, a partir das instituições da sociedade civil e também da sociedade política, este mesmo grupo privilegiado se incumbe de reproduzir a noção de região para o conjunto do campo social, valendo-se de critérios de identidade cultural, fronteiras geográficas e um auto-reconhecimento da singularidade daquele espaço delimitado.

Dito isto, compreendemos que a produção de sentidos à história do Paraná e a questão da sua delimitação territorial acompanha a concepção da identidade cultural e é utilizada como ferramenta política, na qual circunscreve o regionalismo paranaense. A questão da identidade também esteve presente no Paranismo, movimento do século XX, nas palavras de Pereira (1998, p. 14): “(...) tentará forjar um estado que não passava até então de uma parcela de terra sem fronteiras bem definidas e com uma população heterogênea e sem quaisquer características em comum”. (PEREIRA, 1990, p. 14)

Percebemos que os imigrantes satisfaziam a premissa do projeto de desenvolvimento e modernização regional na racionalização do trabalho, pois sempre destacavam a economia

paranaense da produção agrícola deficitária, da criação de gado em declínio, da ausência de produtos de exportação. A economia paranaense apresentava uma balança comercial deficitária que, segundo os Relatórios da Província, eram de quatro mil réis exportados para 6 mil contos importados. Portanto, devido à economia fragilizada, à imigração atribuiu-se o elemento principal na reorganização de uma economia paranaense de incentivo à produção agrícola. Segundo Pinheiro Machado, a política desde a emancipação: “Foi para definir essas funções que o governo provincial, desde os meados do século XIX, desenvolveu uma ativa política de imigração europeia e de colonização agrícola”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 133)

Desta forma, entender a sua configuração implicava refletir sobre a composição de sua “gente” no tópico “População do Paraná Tradicional” que foi desenvolvido por Balhana. A autora foi uma das percussoras da Demografia Histórica no Paraná, na qual destacava o crescimento demográfico paranaense na perspectiva da *longa duração* braudeliana.

Em entrevista ao jornalista Aramis Millarch, publicada no Estado do Paraná em 20 de Julho de 1974, Balhana e Westphalen falavam na 26ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, evento que aconteceu na Universidade Federal de Pernambuco, teve destaque a opção metodológica Braudeliana na historiografia paranaense de então:

Preocupada em difundir a história Qualitativa, as professoras Westphalen e Pilatti não gostam de falar em datas e nomes. "A história se processa por um conjunto de fatos sociais em que não há destaques individuais: um sujeito não conta - o que importa é o grupo e as circunstâncias que provocaram o acontecimento", lembram [as] mestres, acrescentando, em termos deste novo sistema - ainda incipiente no Brasil - o Departamento de História da UFP está tendo um pioneirismo nacional.⁴⁰

Sobre a composição da população paranaense, Balhana continua:

Assim, na composição da população do Paraná tradicional, isto é, do Paraná da mineração, da pecuária, das indústrias extrativas e da agricultura de subsistência, estão presentes o branco, o índio e o negro, e toda a variada gama de mestiços que caracterizam o quadro demográfico de grande parte dos países americanos e da maioria das regiões brasileiras. (BALHANA, 1969, p. 118-119)

Assim, tentou de alguma forma reparar a interpretação do Paranismo⁴¹ que, ainda em 1950, afirmavam um Paraná branco:

⁴⁰ Aramis Millarch. História Qualitativa. Jornal O Estado do Paraná, 20 de Julho de 1974. Disponível em: <http://www.millarch.org/acervo-audio>. Acesso em: 10/10/2014.

⁴¹ No início do século XX, os intelectuais curitibanos reuniram-se no Movimento Paranista, apontando como a “produção do mate” remonta a emergência de uma elite ervateira em detrimento da elite campeira dos Campos Gerais. Esta elite apóia-se na intelectualidade local visando produzir uma identidade que correspondesse aos interesses dessa nova classe, ou seja, enquanto suporte ideológico. (CORDOVA, 2009, p.55) Teve sua maior expressão em Romário Martins, no qual colocou em prática a construção de um pensamento sobre o Paraná de

A êsse respeito, era comum afirmar que o índio e o negro não haviam tido participação relevante na formação da população paranaense. Entretanto, proporcionalmente ao total de habitantes, em determinados períodos, e, sobretudo, aos gêneros de vida desenvolvidos no Paraná, os índios e negros ocupam posição significativa também na formação da população paranaense. (BALHANA, 1969, p. 119)

O seu texto possuiu ligação com o pensamento sociológico culturalista após os anos 1950, no qual as interpretações de História do Paraná buscaram compreender as acomodações culturais, diluindo tensões e conflitos, optando pelo estudo de assimilação das culturas.

Necessita-se igualmente de muita história – de história total, mas principalmente de história orientada pela psicologia – para compreender-se a reação de um brasileiro de hoje – produto de quatro séculos de Brasil isto é, de quatros séculos de interpenetração de influencias de culturas diversas, dentro de condições peculiares a determinado espaço geométrico, e não social - a um sueco ou a um belga, produtos de outros espaços e de outras experiências, de outras combinações de cultura. (FREYRE, 1951, p. 50-51)

No entanto, a presença dos negros, indígenas e caboclos foi minimizada, referindo-se a uma mudança demográfica no Paraná no final do século XIX, devido ao deslocamento de boa parte dos escravos para São Paulo, mobilizados na produção do café. “A desagregação da sociedade campeira ocasionou, de um lado, a evasão da força de trabalho representada pelos escravos, vendidos em grande parte no mercado interno, e de outro, a entrada de novos contingentes populacionais, representados pelos imigrantes.” (BALHANA, 1969, p. 127)

Balhana qualifica a composição demográfica paranaense de “mosaico cultural” enquanto também acentuava o papel dos imigrantes no desenvolvimento regional.

A vinda de “colonos morigerados e laboriosos”, passou a ser considerada como único meio adequado para solucionar o problema da crise da escassez e carestia de produtos agrícolas.

Assim, a tríade étnica fundamental: índio, português e negro, vieram somar-se novos elementos étnicos, principalmente europeus, na composição do quadro demográfico do Paraná. Os contingentes de imigrantes, de origem e procedência heterogêneas, imprimiram à população paranaense sua principal característica, ou seja, a grande variedade étnica, constituindo o quadro populacional paranaense verdadeiro mosaico étnico-cultural, no qual estão representados povos e culturas os mais diversos. (BALHANA, 1969, p. 128)

Balhana menciona a imigração na longa duração sob a prerrogativa de que a América Latina foi uma região para qual desde tempos imemoriais têm se deslocado vários grupos imigrantes. Mobilizando seu conhecimento como doutora em História da América, foi docente

forma idealizada. O Paranismo é atrelado ao sentimento, ou seja, também dependia do processo de subjetivação da identidade regional pelos paranaenses. (CORDOVA, 2009, p. 60)

livre em História da América de 1959 a 1978 quando se tornou professora titular⁴². Balhana buscou relacionar a imigração enquanto estrutura:

Esta evidência implica na conclusão óbvia de que, na América, todos são imigrantes. A diferença está em que alguns chegaram mais cedo, há trinta ou vinte mil anos atrás, e outros chegaram mais tarde, há quatrocentos ou trezentos anos, e outros, estão chegando ainda. Trata-se, portanto, de uma longa história de imigração e colonização, de um processo de organização de novas sociedades que apresentam linhas essenciais comuns, embora a distância no tempo e na motivação. (BALHANA, 1969, p.156)

Os negócios do campo declinaram no final do século XIX ligados ao aparecimento da ferrovia e ao deslocamento da economia brasileira para o café. As famílias de fazendeiros migraram para os centros urbanos, buscando novas alternativas de inserirem-se na sociedade. As fazendas começaram a serem vendidas ou arrendadas. Decorrente disso, outros grupos começaram a despontar economicamente, como na extração da madeira a partir de 1880. Assim, a referência à região dos Campos Gerais e o deslocamento econômico para o Norte do Estado se colocou como questão a ser problematizada na necessidade de reflexão sobre o deslocamento regional e da apreensão e organização de uma identidade regional coesa.

Já em 1894, o Presidente do Estado alertava o Congresso Estadual, depois de informar que os paulistas e mineiros tinham iniciado plantações de café na área que hoje se denomina “Norte Pioneiro”, sobre a necessidade de ocupar-se desse território: “O povoamento das fertilíssimas regiões do imenso sertão Oeste do Estado é assunto que deve ocupar a vossa atenção, pois que é lá que há de desenvolver-se a agricultura e especialmente a grande lavoura do café, já iniciada com ótimos resultados nos vales dos rios Parapanema, Cinzas e Jatai. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 48)

Assim, a proposta de repensar os Campos Gerais estava já colocada. Pinheiro Machado estabeleceu uma linha de continuidade com o pensamento desenvolvido na obra de 1968: “Segue-se a dispersão da família fazendeira. O processo de desestruturação do patrimonialismo da grande família fazendeira é acompanhado de tensões que seguem a decadência da velha classe em face das classes novas em ascensão, como por exemplo, a dos imigrantes.” (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 154)

De outro lado, outras mudanças ocorreram na implementação do regime republicano no Paraná, com a influência do Positivismo e do Anti-Clericalismo.

⁴² Currículo Vitae Altiva Pilatti Balhana. Disponível no Fundo Cecília Maria Westphalen. Arquivo Público do Paraná.

Com a emergência do Movimento Simbolista no século XX, se organizou uma identidade regional alicerçada em símbolos que pudessem identificar a região, como o Pinheiro do Paraná, bem como os elementos que compõem o próprio brasão do Estado⁴³.

Com o deslocamento econômico para o Oeste, a questão da identidade do Paraná é constante e ressignificada.

Enquanto êsse processo administrativo se desenvolvia, e desenvolvia-se também o processo de mudanças na estrutura social e econômica dos Campos Gerais, outro acontecimento de maior relevância histórica iniciava-se na década de 1920. Na mensagem de 1922, o Presidente do Estado informava: “Mais de quinhentas famílias oriundas do Rio Grande do Sul e Estados limítrofes, têm se estabelecido neste últimos tempos em terras do nosso Estado, principalmente nos Municípios de Palmas, Fóz do Iguassú.” (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 49)

Para os autores, o desenvolvimento agrícola ao Norte do Paraná decorrente da expansão da frente agrícola paranaense, mesmo que estabelecida em áreas de antigas florestas, foi compreendido como desenvolvimento “natural” e necessário, pois assim permitiria ao Paraná contribuir para a “evolução” da agricultura brasileira:

Nos dias atuais encerrou-se a possibilidade de expansões populacionais para ocupação de áreas novas no Paraná. Todo o território do Estado já está ocupado. As zonas agrícolas formadas nos terrenos das antigas florestas, isto é, Norte, o Oeste e o Sudoeste do Paraná, com suas populações pioneiras, seguem o seu desenvolvimento como que natural, próprio da evolução da agricultura brasileira. (PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 51)

Desta forma, destacavam a apropriação do meio natural, inicialmente os campos limpos e mais tarde os florestais. Não se colocava enquanto problema o uso dos recursos naturais necessários para o projeto de desenvolvimento, a devastação das áreas de campo e de floresta para os empreendimentos coloniais da expansão econômica, ampliavam-se na passagem do século XIX para o século XX.

Sobre a devastação das florestas, refletiu Pinheiro Machado.

As vastas regiões de florestas só seriam ocupadas e valorizadas no século XX, quando o mercado o justificasse, mas por outras comunidades, com outras tradições de culturas econômicas: os plantadores de café e de cereais, originários de outras regiões sócio-econômicas situadas fora do Paraná, em expansão, ocuparam as grandes regiões e ricas áreas florestais que rodeiam as regiões de campos limpos. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 87)

⁴³ O movimento simbolista no Paraná é pensado a partir dos seguintes autores: Dario Vellozo, Domingos do Nascimento, Emiliano Perneta, Emílio de Menezes, Rocha Pombo, Romário Martins, entre outros. Sobre a geração Simbolista, Ver: BEGA, Maria T. S. Sonho e invenção do Paraná: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001, 442 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Ao mesmo tempo em que se colocava a questão da integração regional, o desenvolvimento econômico brasileiro até a segunda metade do século XX se consubstanciava na exportação de gêneros primários em um mercado interno frágil.

Na continuidade do livro há uma quebra de raciocínio, na qual Westphalen inicia um tópico sobre a presença jesuítica em Paranaguá. Estes se estabeleceram na região por volta de 1754, objetivando construir um colégio (inaugurado inacabado em 1755), a construção ficou abandonada por um longo período devido à expulsão dos jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, que decretou também o confisco de seus bens⁴⁴. (WESTPHALEN, 1969, p. 70).

No entanto, Pinheiro Machado, no tópico subsequente, retoma a questão do desenvolvimento paranaense sob a ótica da expansão territorial do século XVIII, no qual destacou a iniciativa de Antônio de Souza Botelho, o Morgado de Mateus, que a partir de 1765 realizou incursões para a região do rio Tibagi na expansão da área de campo. Qualificando a ação deste enquanto capitão-general, argumenta Pinheiro Machado: “Permaneceria no governo durante dez agitados anos, nos quais tentou desenvolver um grandioso plano de conquista e desenvolvimento”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 72)

O “grandioso” empreendimento de Morgado de Mateus também já havia sido mobilizado por ele no *Esboço*: “O sexto capítulo da história do Paraná deve compreender a época do governo de Morgado de Mateus e as diretrizes da política de fronteiras na segunda metade do século XVIII”. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 194)

Ao destacar o empreendimento do Morgado de Mateus na expansão do território paranaense, Pinheiro Machado nos dá pistas da importância deste movimento pelos “sertões”, com vistas à organização territorial do Paraná. Demonstrando assim, o quão delicado e controverso foi o processo de delimitação da extensão regional paranaense, tanto no que se refere ao sul do Brasil, na fronteira com Santa Catarina, e também com os países vizinhos, Argentina e Paraguai.

2.3 A DELIMITAÇÃO TERRITORIAL PARANAENSE E A QUESTÃO FRONTEIRIÇA

⁴⁴ Para Westphalen, a presença jesuítica não interferiu na formação histórica paranaense, no entanto se percebe a tensão na região de Paranaguá, em relação aos jesuítas, na divergência de interesses de uma elite que se configurava em relação ao domínio da terra, bem como a apropriação do capital angariado pelos religiosos. “Pouco tempo tiveram os jesuítas para o seu trabalho no colégio de Paranaguá, pois que a Ordem foi banida em 1759, prêso e deportados os padres, sendo que já em 19 de janeiro de 1760 era procedido o sequestro dos seus bens em Paranaguá.”. (WESTPHALEN, 1969, p. 71)

A delimitação territorial conferiu um sentido concreto à regionalização, no qual o Estado e as classes dominantes sistematizaram identificações e delimitações, garantindo a mobilização da diferenciação e da construção de uma especificidade. Por isso, o ato de delimitar o território perpassa questões políticas, conflitos e tensões, nas quais os intelectuais por vezes são acionados pensar uma identidade territorial.

Sobre a identidade territorial, destaca Castro (1992, p. 31): “O sentido mais abrangente do termo remete à noção de “diferenciação de áreas”, originário da percepção empírica das diferenças encontradas na superfície da terra”.

No tópico “Expansão da Sociedade Campeira”, Pinheiro Machado define um marco zero para a formação de uma comunidade paranaense. “Se o século XIX se abre para a história brasileira com as transformações provocadas pela presença da Família Real no Brasil, para a comunidade paranaense o início está na efetiva conquista dos campos de Guarapuava.” (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 81)

Nesse sentido, vale ressaltar que a reflexão em torno da expansão da propriedade rural do Paraná Tradicional estava filiada ao nono capítulo do *Esboço*: “O nono capítulo da História do Paraná poderá ser o da conquista da terra pelo proprietário privado, a história geral do seu aproveitamento e do tipo rural do século XIX”. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 200)

A expansão para a região dos Campos de Guarapuava esteve relacionada à vinda da família real portuguesa em 1808. O então príncipe regente, D. João VI, enviou uma carta régia em 05 de novembro de 1808 lamentando a situação de abandono da região estratégica na passagem para as Missões no Rio Grande do Sul e também nas guerras espanholas.

Reconhecia o Príncipe Regente que os Campos Gerais e os de Guarapuava tinham ficado no abandono, e propiciara a correria dos índios “denominados bugres, que matam cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos países têm procurado tomar sesmarias e cultivá-las em benefício do Estado; de tal maneira que todo o terreno que fica a oeste da estrada real, desde a vila de Faxinal até a vila de Lages, a maior parte das fazendas que estão na dita estrada se vão despovoando, umas por terem índios morto seus moradores e outras com temor de que sejam igualmente vítimas, e que até a mesma estrada chega a não ser vadeável senão para viajores que são reunidos em grandes números e bem armados”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 82)

Atentando às dificuldades de acesso à região devido às tensões com os indígenas, denominados pejorativamente de “bugres”, recomendou à Curitiba que enviasse expedições que os atacassem. Como incentivo, prometeu a concessão de sesmarias na região dos Campos de Guarapuava, autorizando a escravização dos indígenas. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 82)

Sob o comando do coronel Diogo Pinto, chegam à região em 1810, e após o seu reconhecimento iniciam a povoação de Atalaia. Dias depois se depararam com indígenas, estes foram aprisionados e iniciaram a distribuição das sesmarias. Em 1836 o campo já estava praticamente povoado com animais.

Os fazendeiros dos Campos Gerais enviaram escravos, gado e também alguns caboclos para tomarem posse de sesmarias em Guarapuava. Sobre os comandados de Diogo Pinto, complementa Pinheiro Machado:

Moradores pobres dos Campos Gerais se mudaram para Guarapuava, com toda a sua família, e receberam pequenas porções de terra ao redor da vila. Mas os grandes fazendeiros dos Campos Gerais obtiveram grandes extensões de campo, levaram “seus animais aos montões”, mas continuaram com suas residências nos Campos Gerais, passando por ano uns dois meses em Guarapuava, para verificar suas criações soltas na imensa campanha “onde não fizeram mais outro benefício algum, nem currais nem lavouras, nem casas de vivenda. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 83)

As medidas para acatar as orientações foram de cobrar impostos sobre as tropas de muares e juntar uma expedição em Curitiba de homens que soubessem conduzir tropas e dois índios que soubessem a língua. O indígena paranaense é estereotipado como “bugre”: “Eram escravos indígenas (coroados e botocudos), aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represália, contra os bugres que lhe assaltavam as fazendas e as tropas. Assim, na fazenda de Jaguariaíva, em 1795, em 25 escravos, 11 eram ‘gentios de guerra’. Menciona também as etnias africanas presentes na região dos Campos Gerais, quanto às suas origens: “Eram das ‘nações’, Caçanje, Congo, Cabinda, Munjolo, Loanda, Moçambique, Rebôlo.” (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 92)

Portanto, também o negro só é acionado na medida em que completa o sentido da economia agrária paranaense, sobretudo na economia da invernagem do gado nos Campos Gerais.

Sobre a expansão das atividades campeiras, continuou Pinheiro Machado: “Em 1839, um grupo de fazendeiros levantou capitais e organizou a Sociedade dos Primeiros Povoadores dos Campos Palmenses, integrada por vinte e três estancieiros guarapuavanos”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 84)

Ao construir a ideia de “primeiros povoadores”, notamos a direção argumentativa de Pinheiro Machado, na qual demonstra a organização da relevância do empreendimento, o que implica compreender que os indígenas que ali habitavam não configuravam povoamento, no sentido em que este só se daria no século XIX, a partir dos empreendimentos de expansão oficial, estes sim, deveriam ser reconhecidos segundo os autores. Sobre a orientação

argumentativa de Pinheiro Machado, esta pode ser compreendida a partir da concepção “assunção de autoria”, enquanto inserção do sujeito que organiza a dispersão em um todo coerente, no qual ele orienta o leitor a uma determinada interpretação, definida por Orlandi (2000, p. 76):

Como autor, o sujeito é ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade, à qual ele deve se referir, ele também remete a sua exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica.

Assim, o seu discurso estabelece uma relação com a exterioridade do fenômeno, a partir da qual podemos compreender a subjetivação de Pinheiro Machado enquanto autor. Ao referir-se à história da expansão aos campos de Guarapuava, retira de cena o indígena, inserindo-o apenas no confronto ao processo civilizador, no qual as expedições foram incumbidas. Deste modo, constrói o choque como algo inevitável e que deve ser superado devido à necessidade da expansão do território paranaense.

Desta forma, a ocupação dessa região adquiria maior significado na medida em que ocupar implicava garantir a delimitação das fronteiras paranaenses. Ao mesmo tempo, estabeleceu o limite da comunidade tradicional e inaugurava a expansão e colonização para o Sudoeste. Neste ponto, Pinheiro Machado estruturou uma linha contígua entre as três regiões, correlacionando os estímulos que concorreram para o desenvolvimento regional:

De uma forma esquemática, durante o século XVII ocupou a área do litoral e o planalto curitibano; no século XVIII ultimou a ocupação dos Campos Gerais e, no século XIX ocupou os campos de Guarapuava e os de Palmas.
O elemento fundamental da expansão e da fixação das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões dos campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 86)

Logo, a expansão do território se daria no prolongamento dos negócios do campo, no domínio do espaço geográfico e no controle das populações em que lá viviam: os indígenas. Assim, no que se refere ao destaque dado aos empreendimentos coloniais de expansão do território para os campos de Guarapuava e de Palmas no século XVIII, o confronto com os indígenas retardou os empreendimentos coloniais por um período.

A historiografia mais recente coloca em evidência este momento na expansão territorial, referindo-se aos confrontos como guerras empreendidas pelo povo Kaingang em resistência pela ocupação do seu território⁴⁵.

Em meados do século XVIII, com as primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná, foi possível conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: Koran-bang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Kampo-rê (Campo Erê - sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri hoje nos município de Campo Mourão, Mamborê Ubiratã e outros adjacentes); Minkriniarê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra). (MOTA, 2008, p. 84)

Nos textos que compõe o livro *História do Paraná*, ao se referirem aos indígenas paranaenses, não mencionam as etnias, mas os denominam de forma pejorativa de bugres, sobretudo quando estes, assim como os caboclos, se colocavam como obstáculo para a marcha do progresso econômico.

Desta forma, nos deparamos com um silêncio discursivo, uma ausência, que na acepção de Orlandi (2000, p. 83) significa :

Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar do recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador, silêncio que indica que o sentido pode ser outro.

Assim, a ausência do indígena, a ausência do caboclo e a referência ao negro apenas na condição de escravo iam completando o sentido dado pelos autores à expansão do território, complementando a ideia dos “vazios demográficos”: “Na realidade, a população paranaense ocupava efetivamente apenas um terço do território, constituído pelos antigos termos da 5ª Comarca de São Paulo que compreendiam as cidades de Paranaguá, Curitiba, Castro e suas vilas e freguesias.” (BALHANA, 1969, p. 130)

Pereira (1996, p. 45) atentou para a falácia desta construção discursiva: “(...) O Brasil tinha em 1890, quatorze milhões trezentos e trinta e três habitantes e o estado mais populoso era Minas Gerais com 2,1 milhões. São Paulo tinha apenas 840 mil habitantes e a cidade do Rio de Janeiro era o único centro urbano do país, com 522 mil habitantes.”.

Desta forma, Pinheiro Machado e os demais autores temiam a desagregação entre as regiões. Assim, ao mobilizar a família como agente social e econômico, conferia sentido e lugar

⁴⁵ Uma corrente antropológica define a resistência indígena como ação política, para além da produção eurocêntrica que os subjugava à dominação colonial. (MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924); Eduem, 2008, p. 16

de destaque à burguesia fundiária dos Campos Gerais. Esta enquanto parte da historicidade paranaense foi acionada, objetivando uma coerência do território paranaense.

À ocupação do território acrescenta-se o conflito na apropriação e uso da terra no início do século XX no conflito que ficou conhecido como Contestado. Westphalen dedicou apenas duas páginas para historicizar o movimento que possui diversas faces. A autora procurou reafirmar o direito paranaense sobre a região: “Quando da criação da Província do Paraná, a nova Província deveria ter os mesmos limites da antiga comarca de São Paulo”. Segundo ela, a região foi ocupada historicamente por paranaenses desde o século XVIII, porém, devido aos confrontos com Kaingangs referidos acima, só foi efetivamente colonizada em 1839, momento em que a região se torna um prolongamento dos negócios campeiros. (WESTPHALEN, 1969, p. 206)

No que diz respeito à definição dos limites regionais e sua dimensão política, refere-se Castro (1992, p. 35): “Na realidade, o desenho dos limites da região política não é casual; deriva da arbitragem das alianças e coalizões das elites das diferentes regiões de vivência que compõe a região política.”

Desta forma, partindo da questão da delimitação de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, disputaram a região onde compreende as atuais cidades de União da Vitória, Caçador, Porto União, Videira, Curitiba e Campos Novos.

Ao caracterizar a região como continuidade das atividades campeiras, Westphalen privilegia os interesses econômicos a partir da invernagem, colocando em segundo plano os interesses subsequentes que orientariam a economia paranaense na passagem do século XIX para o XX, a extração da madeira e da erva-mate: “De outro lado, nas terras de matas, havia extensos ervaais nativos, onde se encontrariam as frentes exploradoras catarinense e paranaense”. (WESTPHALEN, 1969, p. 206)

No décimo sexto capítulo da história do Paraná, Pinheiro Machado reflete sobre os limites estaduais: “A questão dos limites estaduais com Santa Catarina agitou largo período da época republicana no Paraná e tem grande importância na história regional. Assim merece ser tratada em capítulo especial.” (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 203)

Westphalen, ao refletir sobre a questão do Contestado, dialogou com a proposição do *Esboço*. E não de forma despretensiosa, o décimo sétimo capítulo deveria pensar uma economia paranaense a partir dos ciclos econômicos: 1º do ouro de lavagem, 2º da criação de gado, 3º da erva-mate, 4º da madeira, 5ª do ciclo dos negócios agrários e por último o café. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 201-202)

Westphalen infere uma historicidade à região, vinculando-a ao Tropeirismo, retirando de cena a relevância daquela região na economia paranaense do final do século XIX, a partir da extração da erva-mate e da madeira.

No tópico sobre a Economia Provincial, Pinheiro Machado destacou as implicações da erva-mate na economia paranaense de exportação após a Emancipação da Província, ao passo que lamentava que o seu desenvolvimento comprometera o abastecimento regional de outros produtos:

Negócios rendosos e fáceis como era (pois a erva-mate é nativa e não exige cultura, e o comércio de animais, embora exigisse capital, propiciava rendas com o simples arrendamento dos campos para os períodos de invernagem) – encerraram dentro de seus quadros de atividades, a maioria da população, que abandonava cada vez mais os trabalhos da agricultura. E a medida que isso acontecia, ia-se agravando a endêmica crise do abastecimento. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 130)

Portanto, os autores ao tratarem a região Sudoeste e a Questão do Contestado, tentam mascarar os negócios econômicos organizados pelo Paraná desde a metade do século XIX, não os relacionando ao conflito do Contestado. Além de outros elementos que concorreram para a deflagração dos conflitos entre Paraná e Santa Catarina, havia outra face do conflito, no qual figura a questão agrária envolvendo os caboclos daquela região.

Durante o Império permaneceu sempre discutida a questão, porém não resolvida. Instalada a República, esta também não resolve a questão de limites, permanecendo o status quo. No entanto, ela se agravaria, com a competência dos Estados poderem realizar concessões de terras devolutas, o que foi feito na região contestada. Companhias estrangeiras ali penetraram para a construção de estradas de ferro, instalação de serrarias e de colônias. (WESTPHALEN, 1969, p. 207)

De acordo com Westphalen (1969), a Lumber e a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foram favorecidas por concessões paranaenses. A disputa pela região entre os Estados foi levada ao Tribunal, dando ganho de causa à Santa Catarina. Todavia, reconhece-se que os conflitos foram acirrados pela presença de Miguel Lucena de Boaventura, que se autodenominou Monge José Maria. Seus sermões atraíram um número significativo de caboclos que não compreendiam a passagem do Império à República, incitados pelo messianismo e o milenarismo⁴⁶.

Ao se referir ao movimento, Westphalen destaca: “A aspiração monárquica do movimento dos fanáticos do Contestado está, na verdade, diretamente ligada à questão de terras

⁴⁶ O Messianismo pode ser compreendido na organização da crença na vinda de um salvador, que instauraria um reino de justiça, ao passo que o Milenarismo significa a organização coletiva sob liderança de um dirigente carismático. Esses elementos são notados tanto no Movimento de Contestado (1912-1916) quanto no Movimento de Canudos (1896-1897). Sobre o Messianismo e Milenarismo ver: “Revisitando o Messianismo no Brasil e Profetizando seu futuro”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, no 46, junho de 2001.

devolutas que a República passara à competência dos Estados”. As terras devolutas foram concedidas, como a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. O que agravou as tensões com os caboclos, que foram despejados e desapropriados de suas terras sob forte violência. Miguel Lucena de Boaventura, o Monge Maria, atraiu homens e mulheres instalados em Curitiba, organizando-os na comunidade que ficou conhecida como Taquaraçu.

A miséria dos sem terra, aliava-se todo cortejo consequentemente, sobretudo a ignorância, com a tal ausência de instrução, e a exploração que eram vítimas constantes de intermediário inescrupulosos, de tal maneira que constituíam massa presa fácil de qualquer pregação mística que lhes acenasse com melhores dias, tanto na terra como no céu. (WESTPHALEN, 1969, p. 200)

No discurso proferido por Westphalen, notamos a filiação a redes de sentido, um intertexto que imprimia significado à sua análise, ao passo que relaciona a falta de instrução à facilidade de aceitação do discurso do Monge pelos caboclos na região do Contestado. Por fim, completava seu diagnóstico do caboclo: “ignorante” e “fanático”.

O governo catarinense organizou a polícia para expulsá-los da região. Westphalen enfatiza a figura controversa do monge: “(...) José Maria de Agostinho, dizendo-se irmão de João Maria, mas na verdade Miguel Lucena de Boaventura, soldado desertor e já foragido da cadeia de Palmas por crimes contra a honra, surge realizando pregações, na região de Curitiba.” (WESTPHALEN, 1969, p. 200)

Nos termos de Orlandi (2000, p. 35), Westphalen parte de uma ilusão referencial, na qual a sua linguagem estabeleceria uma ligação direta entre a sua enunciação e a realidade.

Ela estabelece uma relação “natural” entre palavra e coisa. Mas este é um esquecimento parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele, recorremos à esta margem de famílias parafraseáticas, para melhor especificar o que dizemos. É o chamado esquecimento enunciativo e que atesta a sintaxe significa: o modo de dizer não é diferente aos sentidos.

Nesse sentido, o seu modo de referir aos caboclos se refere ao sentido que confere à ação deles na região, bem como demonstra uma escolha da autora em mobilizar o discurso para desqualificar a imagem do Monge, constituindo uma relação entre a história e o discurso.

Os caboclos expulsos do reduto de Taquaraçu, na região de Santa Catarina, migraram para um novo reduto, denominado Irani, no município de Palmas, devido às disputas, o governo paranaense acreditou que fosse uma invasão catarinense, noticiando-a nos jornais curitibanos. Já haviam tido outras incursões catarinenses no território paranaense, como as de Demétrio Ramos em 1905, com 600 homens, e Aleixo Gonçalves, com 500 homens em 1909. Por isso

enviam um regimento sob a liderança de João Gualberto Gomes de Sá para a região de Palmas. (WESTPHALEN, 1969, p. 200-201).

O então chefe político de Palmas, Domingos Soares, tentou negociar com José Maria a sua retirada, no entanto, diante da negativa, atacaram o reduto.

Os “fanáticos de José Maria não são encontrados: parece que, de fato, haviam abandonados o local, quando, de surpresa, armados de garruchas e facões de pau, caem cêrca de 200 homens sôbre os soldados em minoria. Pelas condições do ataque, número e, sobretudo, pela violência ardorosa com que seguiam o “monge”, levam de vencida a tropa de João Gualberto. Durante êsse combate, em 22 de outubro de 1912, após ferido, morre José Maria. A mesma sorte teve João Gualberto, cujo corpo foi retalhado pelos “fanáticos.” (WESTPHALEN, 1969, p. 202)

Desta forma, o que é norteador na análise da autora é a não aceitação de uma comunidade possuidora de traços nitidamente comunistas na passagem do século XX em território paranaense. Tendo em vista que a publicação do livro História do Paraná está compreendida no período mais violento da Ditadura Militar.

Sobre a questão norteadora e as filiações de sentido, explica Orlandi (2000, p. 30):

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista do discurso tem de apreender.

Após a morte do monge no confronto em Palmas entre os seguidores e as tropas paranaenses lideradas por João Gualberto, amplia-se o prestígio do monge, atraindo ainda mais seguidores na região. Estes passaram a cultuar a imagem do monge na fé de que ele ressuscitaria em uma cidade santa. Por esse motivo, retornaram para Taquaraçu em 1913 sob a liderança de Euzébio Ferreira dos Santos. O reduto crescia e preparava-se para possíveis confrontos. Nas palavras de Wespthalen (1969, p. 202): “Cresce o prestígio de Taquaraçu. A sua população em janeiro de 1914 alcança o número de 600 pessoas, das quais 300 homens em armas. É grande o fervor místico, e continuam as manifestações em favor da Monarquia.”

Direcionando o olhar do leitor para os propósitos apenas religiosos, aos poucos tirava de cena a motivação em torno da questão agrária. O que nos remete ao compromisso ideológico presente no interdiscurso. Assim, o “ocultamento” da questão agrária em detrimento da questão religiosa, é característica estruturante no discurso de Wespthalen, na medida em que esta construiu uma rede de sentidos que reduzia os elementos políticos e sociais do movimento.

Em 1914 o exército realizou novo ataque com 700 homens que bombardearam Taquaraçu. Os caboclos armados, devido à ofensiva militar, começaram a atacar e ocupar vilas.

Atacaram também as serrarias da Lumber em Porto União e União da Vitória. O general Setembrino de Carvalho comandou várias ofensivas contra os caboclos, contando com o apoio de militares catarinenses e paranaenses, cercando os sertanejos em 1915. Devido à violência, muitos caboclos sob a liderança de Adeodato Manuel de Ramos se renderam, eram principalmente mulheres, idosos e crianças. Devido aos ataques militares e a fuga para outros redutos, não conseguiram cultivar lavouras de subsistência. Assim, a situação dos caboclos na região no término do conflito era de imensa pobreza.

Nesta cidade, mais de mil sertanejos, em estado miserável, se haviam apresentado implorando a caridade pública.

As forças policiais, após a total destruição da cidade Santa, realizaram a “limpeza” da área, destruindo todas as guardas e redutinhos encontrados, e chacinando mesmo os fanáticos considerados liderança, e pois, de maior periculosidade. (WESTPHALEN, 1969, p. 205)

Westphalen reconhece o papel do Estado em “eliminar” a resistência dos caboclos em favor da ordem. Ao utilizar a palavra “limpeza”, nos remete ao sentido de depuração, ou seja, despojar aqueles indivíduos indesejados, sobretudo as lideranças do conflito, perigosos na mobilização dos desafortunados que dependiam da “caridade pública”.

Desta forma, o conflito se insere no início do século XX, período compreendido da República Velha. No projeto de modernização nacional, estes elementos eram indesejáveis, porque imprimiam na nação brasileira a marca do atraso. Assim, essas práticas deveriam ser superadas, estabelecendo uma memória alinhada aos pressupostos de modernização que alçaria o Brasil rumo ao progresso e aos pressupostos de civilidade europeia.

O discurso de Westphalen visava produzir um sentido no seu interlocutor, no qual compreendemos as relações de força que atuam sobre o discurso: “E isto faz com que ele ajuste seu dizer aos seus objetivos políticos, trabalhando esse jogo de imagens”. (ORLANDI, 2000, p. 41)

Em alguma medida, a interpretação de Westphalen condena as práticas dos caboclos no Paraná, caracterizando-os como “ignorantes”. Estes deveriam ser suplantados pelos imigrantes, estes sim civilizados, portadores de cultura.

Percebemos não-ditos no discurso de Westphalen que indicam uma política de silenciamento que decorre das relações de poder. A partir destas, o locutor mobiliza o que é relevante, bem como conceitos discursivos dirigidos ao leitor. “Entre o dizer e não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move”. (ORLANDI, 2000, p. 85)

Um dos silenciamentos se refere à atuação da Brazil Railway Company: empresa responsável pela construção da Ferrovia, pertencente ao milionário norte-americano Percival Farquhar. Como parte do pagamento, o governo estadual concedia 15 km de terra de cada lado da linha, despejando muitos camponeses. De acordo com Valentini (2009, p. 115): “A colonizadora Brasil Development e a madeireira Lumber protagonizaram as grandes transformações após a inauguração da ferrovia São Paulo-Rio Grande na região do Contestado”.

Aliado ao interesse em ocupar a região com imigrantes europeus, mobilizam frentes de colonização, devido ao benefício concedido via Decreto 6.455 do então Ministro da Pasta dos Negócios de Agricultura e Comércio Miguel Calmon, que em 1907 estabelecia a necessidade de introdução de imigrantes agricultores. (VALENTINI, 2009. p. 117)

Incluso a isso, a Companhia da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande recebeu a concessão de uma faixa de terras devolutas dos dois lados da linha, na região do Contestado, submetidas aos Estados de Santa Catarina e Paraná.

A Brazil Railway Company teve participação em todo o processo de colonização da Região do Contestado, seja agindo diretamente ao criar colônias através das duas subsidiárias: Brazil Development Colonization Company e Southern Brazil Lumber & Colonization Company (...) (VALENTINI, 2009, p. 120)

A questão econômica e social foi agravada pelas condições de trabalho nas quais eram expostos os imigrantes e também caboclos recrutados para o trabalho madeireiro na Lumber. A partir de suas subsidiárias, maximizando seus lucros, a Brazil Railway Company concretizou a introdução do capital estrangeiro na região a partir de 1911.

Além da exploração da madeira em escala industrial, a Lumber também desenvolveu atividades ligadas ao beneficiamento e à exportação da erva-mate.

A mão-de-obra empregada pela Lumber (com exceção dos altos funcionários de origem norte-americana) era recrutada na região, entre a população local.

(...)

No início do século XX, a região era habitada por caboclos – que já viviam há muito no planalto –, e por imigrantes europeus, principalmente poloneses, ucranianos e alemães. Estes grupos forneceram a grande maioria dos trabalhadores empregados na Lumber. (TOMPOROSKI, 2006, p. 19)

A ação do caboclo na região do Contestado pode ser compreendida na perspectiva Gramsci:

O camponês sempre viveu fora do domínio da lei, sem personalidade jurídica, sem individualidade moral: permaneceu um elemento anárquico, o átomo independente de um tumulto caótico, freado somente pelo medo da polícia e do diabo. Não compreendia a organização do Estado, não compreendia a disciplina; paciente e tenaz

no esforço individual de arrancar à natureza escassos e magros frutos, capaz de inauditos sacrifícios na vida familiar, era selvagemmente impaciente e violento na luta de classe, incapaz de se propor um objetivo geral de ação e de persegui-lo com perseverança e luta sistemática. (GRAMSCI, 1987, p. 70)

Portanto, diante da incapacidade deste em compreender a sua situação na dinâmica do desenvolvimento capitalista que se instaurava, ao caboclo só resta resistir. Esquivando-se da violência do Estado, que não lhe dava garantias de sobrevivência, mas os expulsava da terra em favor de companhias estrangeiras. Só lhe restava insurgir e enfrentar as desigualdades sociais que a ordem capitalista imprimia, ao passo que as condições de trabalho, que lhe eram oferecidas nas serrarias da Lumber, eram mutiladoras.

No bojo do ideário do trabalho disciplinado, ordeiro, difundiram-se ideias do movimento operário. Trabalhadores submetidos a jornadas de trabalho superiores a 12 horas por dia, acidentes de trabalho e sem acesso à aposentadoria. Segundo Machado, P. (2011), houve um silenciamento até os anos 1980 sobre a questão social no Movimento do Contestado, momento em que se organizaram novas interpretações sobre o movimento:

Na memória dos sobreviventes e seus descendentes, as razões do movimento sertanejo são frequentemente obscuras quando não reproduzem diretamente o discurso vencedor dos militares e dos políticos republicanos. Entre os fazendeiros e seus descendentes não há dúvida: o movimento sertanejo foi puro banditismo. (MACHADO, PAULO, 2011, p.180)

Devido à especificidade da história brasileira no que se refere à consolidação dos direitos sociais, que provém de sua condição de trabalhador, decorrentes da transformação da economia política no Brasil via industrialização e do crescimento do setor de serviços emerge a necessidade por direitos fundamentais. Os direitos fundamentais possuem caráter inalienável, por vezes conquistado via lutas e revoluções. Percebemos que os direitos fundamentais são restritivos na sua constituição, como a negação de direitos aos escravos e às mulheres por exemplo. (FERRAJOLI, 2009, p. 23-24)

Na materialidade do discurso de Westphalen, a violência foi compreendida como mal necessário: “Quatro anos duraram as guerrilhas do Contestado, sendo necessárias grandes forças armadas para leva-las de vencida, tal o ardor dos sertanejos fanatizados pela miséria e pelo desejo de melhores dias. ” (WESTPHALEN, 1969, p. 206)

Assim, destacamos mais tensões que envolveram indígenas e caboclos em conflitos durante o século XX. Na busca por melhores condições, diminuição das desigualdades e acesso à terra, estes não seriam portadores de hábitos adequados a uma perspectiva Positivista de Estado que se organizava, um Estado predominantemente rural que pretendia ser urbano.

A partir dos anos 1930, com a emergência de novos atores sociais durante os primeiros anos de Getúlio Vargas no poder, assistiu-se a formação de um bloco histórico formado pelas seguintes classes: médias urbanas, pelos industriais, pela Igreja e pelos Militares. Assiste-se então a reforma do sistema político brasileiro e a formação do Estado de Compromisso, no qual o Estado se abre para estas reivindicações sem, no entanto, se subordinar a nenhuma destas classes. Com a centralização do poder a partir de um executivo forte introduziu-se reformas sociais, bem como a transformação da organização política brasileira para uma configuração cada vez mais capitalista. (FERREIRA & PINTO, 2006, p. 21)

Configuração esta, que nos permite pensar acerca da formação do capitalismo no Brasil e também nos permite compreender a relação que se estabelece entre a classe dirigente e o aparelho estatal. O Estado capitalista, para Offe & Ronge (1984), não é apenas um instrumento de uma classe, mas atende aos interesses comuns do estado capitalista a partir do qual é necessário incentivar a produção e a acumulação, arrecadação de impostos, com a garantia da segurança dos contratos no Estado regulador da economia. (OFFE; RONGE, 1984, p. 124).

O Estado, enquanto mantenedor da ordem e coordenador de uma política orientada ao progresso, torna-se provedor de um universalismo básico, no qual os indivíduos adquirem direitos na medida em que se inserem no mercado de trabalho, na constituição de direitos trabalhistas organizados na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) por Vargas, destinadas aos trabalhadores urbanos, buscava enfraquecer a mobilização política dos trabalhadores, sobretudo os rurais. Assim, entre os anos 1930 e 1950 nota-se a desarticulação dos movimentos sociais, para que estes dispersem e não interfiram na dinâmica de mercado, compreendendo a formação de uma sociedade de classes que buscava organizar uma industrialização por substituição incipiente. Dependente de uma economia externa, os direitos sociais não contemplavam a maioria da população. (KERSTENETZKY, 2012, p. 178)

Sobre os direitos sociais concedidos por Vargas, Kerstenetzky (2000, p. 179) argumenta:

Esta se caracteriza por uma estratificação social corporativista (baseada na institucionalização das categorias profissionais do núcleo urbano-industrial) e a dinâmica de reivindicação de direitos que lhe é conexas (sempre por categorias, sempre direitos afetos aos riscos do trabalho mercantilizado). Dentre as implicações positivas estão a inédita intervenção legislativa nas relações entre capital e trabalho, que eram então reguladas exclusivamente por contratos individuais de trabalho e pelo direito privado.

Deste modo, não tendo garantias da manutenção do seu *status quo*, os caboclos não se integram à lógica do trabalho mercantilizado, ao passo que são compreendidos enquanto

obstáculos ao avanço de outras frentes de colonização que visaram adequar o Paraná à economia de mercado. Assim, os intelectuais compreenderam os caboclos e indígenas enquanto entraves ao progresso, confrontando a ordem capitalista que se instaurava. Além disso, colocam em evidência a continuação dos problemas e conflitos no acesso à terra no Paraná.

2.4 OS “NÃO-MORIGERADOS” NA EXPANSÃO DO TERRITÓRIO PARANAENSE.

A ideia dos “não-morigerados” é acionada para compreender os indivíduos que não estavam nem compreendidos na classe dominante agrária, nem tampouco eram indígenas ou escravos (já destacamos como a escravidão indígena foi amplamente utilizada ainda na primeira metade do século XIX). Segundo Pereira M. (1996, p. 58): “Os ‘não-morigerados’, segundo a terminologia das classes da época, que comungavam dos mesmos papéis na divisão social do trabalho e do mesmo universo cultural, independentemente de serem livres ou escravos”. Desta forma, nos apropriamos na acepção de que os caboclos desde o século XIX integram o grupo dos não-morigerados.

Ao nos referirmos à ideia de uma civilidade, estamos nos reportando à concepção de que os autores, nas referidas obras, buscam de algum modo enfatizar uma mudança nos costumes e nas práticas dos paranaenses ao longo do tempo. Encadeando as transformações da sociedade paranaense na longa duração, tentaram transpor e superar sua predominância rural, inicialmente na importância do Paraná Tradicional entre o século XVIII e XIX, ligado às atividades campeiras nas fazendas de gado. No século XX, com a economia da erva-mate e da madeira, a economia paranaense se deslocou para outras regiões, num ritmo que os autores tentavam estabelecer como “natural”.

No entanto, nessa marcha inconstante rumo ao “progresso” que derivaria do desenvolvimento econômico, deveriam ser superadas as práticas dos caboclos, como já observado no conflito do Contestado. Para os autores, estes não eram portadores de cultura, e tampouco estavam alinhados à representação do paranaense que buscavam enfatizar: ordeiro, trabalhador e disciplinado.

Desta forma, no final do século XIX, decorrente da desestruturação do regime escravista e o desenvolvimento da economia da erva-mate, o caboclo foi por vezes incorporado ao beneficiamento:

A burguesia industrial do mate vinha forjando, desde o início do século, um processo de aproveitamento dessa população não-morigerada, com a perspectiva de

transformá-la numa classe de jornaleiros descerebrados e adestrados aos processos de produção mecanizados nos quais vinha investindo. (PEREIRA M., 1996, p. 90)

Isto nos remete à imagem que se constrói do caboclo no Brasil na passagem do século XIX para o século XX, momento em que chegam teorias do Darwinismo Social⁴⁷, somado às teorias genéticas e à psicologia, endossaram uma ideologia do racismo e da eugenia, compreendido como racismo científico.

Observa-se com amarga ironia que o desenvolvimento do darwinismo social, e do racismo científico e da eugenia, foi paralelo ao do ideal liberal e democrático, os quais apelaram para o novel prestígio da ciência quando foi preciso justificar desigualdades e acalmar as consciências pesadas antes a recusa do reconhecimento ou a flagrante violação dos direitos da humanidade. (BOLSANELLO, 1996, p. 155)

Intelectuais brasileiros atribuíram ao caboclo o status de “classes perigosas”, acometidos por uma patologia social, derivada da sua ausência de instrução. Essa prerrogativa tentou ocultar a Psicologia das Massas, do qual Nina Rodrigues foi o principal difusor no Brasil. Sobre a produção de Nina Rodrigues⁴⁸, ressaltou Chaves (2003, p. 32):

Concluiu que tanto a decadência do Estado quanto o caráter epidêmico da doença conformavam uma enfermidade, decorrente de uma predisposição vesânica ou neuropata, transmitida pelo contágio por imitação, a qual operava em um meio caracterizado por circunstâncias múltiplas: metereológicas, étnicas, político-sociais e patológicas.

O início do século XX remonta uma preocupação em estabelecer interpretações sobre o desenvolvimento social, no qual os intelectuais buscaram compreender as ditas raízes do “atraso” na tentativa de identificar os agentes, para assim consolidarem um modelo europeu de desenvolvimento, apoiado em critérios de cientificidade.

No entanto, o Brasil centrado na monocultura de exportação, defendia os interesses das classes dominantes. Marcadas historicamente com a Lei de Terras em 1850, a qual estabelecia que o acesso a terras se desse apenas a partir da compra.

Assim, buscando legitimar-se, o Estado mobiliza o discurso intelectual. Diferentemente do papel desempenhado pelo intelectual, como especialista do saber técnico nas sociedades industrializadas. No Brasil, na predominância das atividades agrárias, este desempenharia o seguinte papel:

⁴⁷ O Darwinismo Social, estruturado por Herbert Spencer buscou aplicar a teoria evolucionista de Charles Darwin, da seleção natural entre as espécies, para as sociedades humanas. Estabelecia que haveria seleção natural, opondo indivíduos “superiores” aos “inferiores”. (BOLSANELLO, 1996, p. 154)

⁴⁸ O texto de Nina Rodrigues apoiava-se no paradigma do Evolucionismo Social de Herbert Spencer e no evolucionismo de Charles Darwin. No qual buscou sustentar a diferenciação econômica e social

Ao contrário, nos lugares onde a agricultura ainda exerce um papel notável ou mesmo predominante, continua prevalecendo o velho tipo, que fornece a maior parte do pessoal estatal e exerce também localmente, na aldeia e no burgo rural, a função de intermediário entre o camponês e a administração em geral. (GRAMSCI, 1987, p. 155)

Desta forma, o discurso do intelectual deveria ser o portador de um discurso organizador da sociedade paranaense, intimamente ligado aos interesses da classe dominante agrária. Esse discurso civilizatório não intenta abordar com maior profundidade os “não-morigerados”, mas o abordam com uma certa hostilidade. Como no discurso de Pinheiro Machado ao se referir à classe dos trabalhadores livres pobres no Paraná tradicional:

Havia, como em todo o Brasil, uma camada intermediária, a que já se consagrou a denominação de “agregados”. Eram homens juridicamente livres, mas inteiramente subordinados à classe senhorial. Eram camaradas, conforme denominação que se dava ao seu trabalho de jornaleiros. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 93)

Os “camaradas” exerciam atividades subsidiárias da criação de gado na qualidade de capataz ou feitor. Ao passo que, com o fim da escravidão, estes passaram a exercer outras atividades. Pinheiro Machado não problematiza o fim da escravidão, apenas argumenta que os “camaradas” são incorporados ao trabalho, que antes era feito pelos escravos.

Peões, domadores, caseiros, servidores domésticos, suas relações com os patrões representavam ligeiras alterações do patriarcalismo brasileiro. Com suas famílias, moravam em casas de madeira ou ranchos, espalhados pelos campos das fazendas; mantinham relações de compadrio com seus patrões; suas filhas e os filhos menores, alguns deles, eram criados pelos fazendeiros nas casas destes, onde executavam serviços domésticos. Não se chamavam mucanas nem moleques, mas cumpriam a mesma função. Eram castigados pelo padrinho com castigos corporais nos raros momentos da rebeldia. E fugiam de casa, como os escravos, sendo necessário às vezes a polícia para os reconduzir. Quando cresciam, eram os camaradas assalariados, mas prêso por certos laços de lealdade que não se rompiam facilmente. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 93-94)

Deste modo, a referência às condições do trabalho nas fazendas ao qual este foi incorporado não os distanciava dos escravos. O que lhes acrescentava era o status de trabalhadores livres.

Pinheiro Machado, de alguma forma, justifica a relação entre caboclos e a burguesia fundiária como “laços de lealdade”, sem inferir nenhuma surpresa sobre as violências empreendidas a estes, enquanto “camaradas”. Do mesmo modo, não problematiza o fato de que os caboclos, ao fugirem, buscavam romper os tais “laços”, no entanto, não lhes restava outra alternativa a não ser retomarem as suas atividades. Para Pinheiro Machado, essa classe só adquiria importância na relação com o sistema patriarcal. No século XIX, essas oligarquias

agrárias dos Campos Gerais ocuparam cargos políticos, constituindo uma herança patriarcal na organização política desde a província.

Assim, desde o século XIX os caboclos foram tidos como classes perigosas no Paraná: “Ao compartilharem um mesmo espaço social, estes personagens tornavam-se aos olhos das classes dominantes, cada vez mais indiferenciados e cada vez mais difícil era traçar a fronteira entre homens livres e escravos”. (PEREIRA M., 1996, p. 78)

Westphalen ao se referir à região Sudoeste do Paraná, após o fim do conflito do Contestado, lamentava: “A região do Contestado, porém, sobretudo naquelas áreas diretamente assoladas pelo movimento sertanejo, permaneceria em grande retardo”. (WESTPHALEN, 1969, p. 207).

Para ela, o caboclo foi um impedimento na expansão colonizadora para as áreas de campo entre Guarapuava e Palmas, desde o século XVIII, tido como um dos elementos que concorreram para o “atraso” paranaense. O entrave para o desenvolvimento regional foi mobilizado em outros trechos do livro, em relação às demais regiões que compunham o Estado, no qual buscam constituir um efeito de sentido sobre o caboclo e inferir sobre a realidade. O efeito de sentido pode ser compreendido como: “No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma determinada representação. Para isso, diríamos, há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor”. (ORLANDI, 2000, p. 73)

Deste modo, o discurso dos autores buscou garantir uma determinada aceção do caboclo no Paraná, além de tentar conciliá-lo ao projeto de desenvolvimento agrário no Estado. Ao refletirem sobre o desenvolvimento agrário do século XVIII, destacam as práticas dos caboclos em Curitiba, como inapropriadas ao modelo que pretendiam constituir para o paranaense.

Procurando prevenir as recrutas e as requisições militares, a Câmara de Curitiba descrevia a mediocridade de vida da comunidade paranaense: “Os moradores da freguesia desta vila (de Curitiba), além de não serem as terras muito frutíferas, e porque não têm para que nem para onde dêem consumo ao fruto de suas lavouras, estão já no costume de plantarem tão somente quanto baste para o sustento de suas famílias, porque sempre o que lhe sobra o perdem do bicho, e se aproveitam é só emprestando aos vizinhos que precisam, para o tornarem quando o tem, por êste motivo já estão em hábito de não fazerem esforço em grandes plantações, porque nunca alcançaram disse utilidade. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 74)

Assim, qualificam como “mediocre” a prática da troca e da subsistência dos caboclos, que se satisfaziam a partir de um regime comunitário, que aos olhos da economia política eram práticas pré-capitalistas. Nesse ponto, manifestam uma descontinuidade, ao passo que

discordavam da prática inadequada ao projeto de desenvolvimento agrário paranaense que buscavam estabelecer.

Percebemos que o caboclo estabelece uma dispersão no discurso dos intelectuais. Segundo Orlandi, dispersão que confere sentido na relação entre o real e o discursivo: “O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido”. (ORLANDI, 2000, p. 74)

Outras referências ao caboclo no Paraná nos demonstram a incapacidade dos autores em inseri-lo no regionalismo paranaense que objetivaram. Ao referirem-se à sua presença nos Campos Gerais, mais precisamente na cidade da Lapa, Pinheiro Machado continuava: “Foi com essa população nesse nível de vida que se fêz expansão para o oeste, e que se procurou executar o plano do Morgado do Mateus”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 75)

Ao utilizar a ideia de “esse nível de vida”, preenchia de um sentido pejorativo às práticas dos caboclos nos Campos Gerais, buscando reforçar a necessidade da adequação destas em relação ao desenvolvimento econômico.

No século XX, desde o conflito do Contestado (1914-1916), o caboclo ainda se colocava como obstáculo diante da expansão preconizada pela política paranaense de ocupação e expansão das fronteiras agrícolas para o Norte e Oeste paranaenses na segunda metade do século XX.

2.5 DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO: CONFLITOS DECORRENTES DA EXPANSÃO AGRÍCOLA

Os autores se propõem a organizar os elementos que concorreram para o “insucesso” colonial no Paraná e como estes contribuíram para a expansão das atividades agrárias. Alguns empreendimentos ficaram comprometidos pelas intempéries do clima, doenças tropicais, pragas nas lavouras, endemias, sobretudo nas colônias do Paraná tradicional.

Balhana destacou a imigração dos russo-alemães para a região dos Campos Gerais. Em 1870 chega uma Comissão russa para adquirir terras no Paraná, composta por Karl Hartmann, Jacob Mueller e Gottfried Meier. (BALHANA, 1969, p. 171)

Oriundos da Alemanha, fixaram-se no Volga no século XVIII, na época de Catarina II. Esta, interessada em que se estabelecessem e desenvolvessem agricultura na região, concedeu-lhes uma série de benefícios, entre eles a isenção do serviço militar. No entanto, em 1874,

perderam este privilégio e decidiram emigrar, e em 1877 chegaram os primeiros imigrantes russos. A iniciativa foi comemorada, pois a Província estendia o plano de colonização que já iniciara na região do primeiro planalto. No Império o clima era de apreensão, mas na Província não.

Balhana descreve como esta iniciativa estava preenchida de sentidos sobre os Campos Gerais, a partir do Relatório do então vice-presidente da Província, Jesuíno Marcondes.

Tenho completa confiança no pleno sucesso da colonização russa dos Campos Gerais, que, disse o sábio Saint Hilaire, é o paraíso terrestre do Brasil, a sua região mais apropriada à colonização européia. Ali começam a chegar as primeiras turmas de imigrantes russos, a população nacional os recebeu com alegria e, mostram-se êles satisfeitiísimos do país e do acolhimento que tiveram. (MARCONDES apud BALHANA, 1969, p. 172)

Os imigrantes quando ali chegaram foram assessorados por uma equipe de engenheiros para procederem a divisão dos lotes e residiram de forma provisória em casas daquela localidade. A imigração russa caracterizava para os autores a desestruturação da economia fundiária nos Campos Gerais, inaugurando uma nova estrutura agrária. “As autoridades alimentavam esperança de que o sistema agrícola dissociado da criação, que caracterizava a estrutura agrária paranaense, fôsse modificado pelos imigrantes europeus portadores de outra tradição rural”. (BALHANA, 1969, p. 174)

No entanto, diante de colheitas desastrosas, muitos russo-alemães retornaram à Rússia. Com isso, começou uma onda de propagação de que a região não tinha um clima adequado, nem tampouco próprio à agricultura. Balhana destaca que no ano de 1879 entraram apenas 4 russos e saíram 1.960 via Porto de Paranaguá. (BALHANA, 1969, p. 175-176)

Integrar-se implicava inserirem-se na economia paranaense, contribuir para o desenvolvimento da agricultura no abastecimento regional. No entanto, como alternativa à colheita desastrosa, estes imigrantes se inseriram no mercado de trabalho via obras públicas (abertura de estradas, construção de ferrovias) e não cumpriam com sua orientação estabelecida. Mesmo que expostos a duras condições de trabalho, doenças tropicais, o que não foi colocado como problema, mas de alguma forma uma “necessidade” para a marcha ao progresso.

A nova conjuntura, inaugurada pela realização de grandes obras públicas, como a construção da estrada de ferro e de linhas telegráficas, iniciadas a partir de 1880, abriu novas perspectivas para o problema da introdução de imigrantes, oferecendo oportunidades de trabalho para grandes massas de trabalhadores. Na construção da ferrovia que liga Paranaguá a Curitiba, iniciada em junho de 1880 e concluída em dezembro de 1884, “conta o barão de Capanema que o dr. Teixeira Soares para manter a serviço 3.000 operários arregimentara 9.000 dos quais para mais de 5.000 permaneciam doentes. (BALHANA, 1969, p. 162)

Outra alternativa que se colocou aos russo-alemães que permaneceram nos Campos Gerais foi o trabalho no transporte através dos carroções que levavam mercadorias e, mais tarde, erva-mate.

Na maioria dos núcleos, a agricultura ficou restrita ao cultivo do milho, feijão, batatas, cuja produção apenas, e mal, bastava para o sustento dos próprios colonos. Por esta razão visando prover os colonos com algum recurso extra, uma vez que os núcleos foram prematuramente emancipados, em outro de 1878, o Gôverno autorizou seu emprêgo nos trabalhos de construção e reparo de estradas. (BALHANA, 1969, p. 178)

A partir de então, a imigração russa teve associada uma representação negativa e estigmatizada. Balhana menciona que um dos difusores desse pensamento foi o presidente Rodrigo Octávio, que dedicou 16 páginas de seu Relatório entre março de 1878 a março de 1879 sobre a colonização russa nos Campos Gerais.

Sua crítica aos colonos revela, mais que a ineficiência dos mesmos, a sua própria incapacidade de compreender outras culturas. Sua atitude indignada porque os russos semeavam milho e feijão à lanço, à maneira da semeadura do trigo e centeio, é um indício da sua pouca sensibilidade para o conservadorismo inerente às populações rurais. (BALHANA, 1969, p. 179)

Em contrapartida, no início dos anos 1950, outra leva de imigrantes destinou-se à região. Eram menonitas, refugiados da Rússia, que inicialmente se estabeleceram em Santa Catarina. Eram um total de 5 mil pessoas, das quais 1000 foram para o Canadá e o restante vieram ao Brasil e ao Paraguai. (BALHANA 1968, p. 55)

Os colonos de Witmarsum se estabeleceram inicialmente em Blumenau, na colônia de Krauel, que continha três núcleos (Waldheim, Gnadental e Witmarsum). Nestes núcleos, dedicavam-se à produção de leite. Devido ao crescimento urbano e a dificuldade para o pasto, resolveram migrar para o núcleo Gurituba. O grupo que permaneceu na colônia catarinense Krauel, insatisfeito com as condições da colônia estabelecida em terreno acidentado, buscaram novas terras. Várias famílias decidiram vender suas propriedades e migraram, dificultando a manutenção da organização menonita. Inicialmente, pensaram em comprar as propriedades daqueles que partiam, o que se mostrou inviável. Na procura de terras, inicialmente optaram pelo Rio Grande do Sul, no entanto, devido aos preços superiores, decidiram migrar ao Paraná para se estabelecerem na colônia “Nova Witmarsum”, iniciando a venda de lotes de 50 hectares. Em 1951 chegavam os primeiros colonos à sede da antiga fazenda Cancela. A transferência dos menonitas de Krauel foi concluída em 1954.

Sobre a composição do solo dos Campos Gerais, definiu João José Bigarella:

Sobre o Arenito Furnas desenvolve-se um solo escuro com características de podzolização. Êstes solos apresentam perfis, com horizontes bem individualizados, com grande diferenciação textural. Devido a pobreza da rocha com elementos químicos (rocha formada predominantemente por quartzo com cimento caolínico) e o clima úmido da região, êstes solos são relativamente pobres, com baixa saturação de bases, e consequentemente apresentam acidez elevada. (BIGARELLA, 1968, p. 25)

O estudo da composição dos solos dos Campos Gerais deve ser reportado à contribuição do geógrafo Reinhard Maack. Segundo ele, o solo era muito arenoso, ácido e estéril. “Os solos provenientes da decomposição dos arenitos predominam largamente na região estudada. No geral são ácidos, pobres em elementos nutritivos e matéria orgânica, muito arenosos e possuidores de baixa capacidade de retenção d’água”. (BODZIAK JÚNIOR; MAACK, 2001, p. 131)

Adequá-los à agricultura dispndia de técnica. “Para o aproveitamento agrícola dêstes solos é necessário corrigir o elevado grau de acidez mediante colagens periódicas”. (BIGARELLA, 1968, p. 25). Somados à formação do solo proveniente dos arenitos, concorriam também os elementos decorrentes da exploração econômica da região, devido às atividades campeiras.

Balhana contradiz o estudo de Bigarella: “Achavam êles que depois do aprendizado na região catarinense, estavam aptos para o desbravamento de quaisquer terras de florestas e, em especial, daquelas regiões do Paraná, sabidamente muito férteis e promissoras”. Balhana (1969, p. 226) confere um sentido notavelmente idealizado dos Campos Gerais:

A realização pioneira de Carambeí, apesar das dificuldades iniciais constitui a primeira experiência bem sucedida de colonização das terras de campo, atraindo novos contingentes populacionais para aquelas áreas subutilizadas desde o final do século XIX, coma desagregação da economia pastoril. Mesmo durante o período difícil, desde a sua fundação, em 1911, até 1935, quando vieram novos imigrantes holandeses portadores de algum capital, Carambeí exerceu notável influência sôbre os Campos Gerais. A adoção de pastagens artificiais, a melhoria dos rebanhos de gado leiteiro, a produção de laticínios, a conveniente utilização agrícola das terras de campo e, sobretudo, a organização cooperativa adotada pelos colonos de Carambeí, em 1925, criaram as condições necessárias para o aparecimento de uma estrutura agrária fundamentada na pecuária associada às atividades agrícolas.

Ao classificar a colonização holandesa como primeira experiência “bem-sucedida” no Paraná tradicional, desqualifica-se o empreendimento colonial do século XIX dos imigrantes russo-alemães. Assim, a integração à economia regional seria proveniente:

As evidências capitalistas estão marcadas pela posse individual da terra e propriedade privada dos meios de produção, pela procura do lucro, caracterizada pela produção além da subsistência, e pelo emprego de assalariados estranhos à comunidade. A estrutura do aparelho produtivo, com ganhos e integração e em escala, e o elevado

padrão tecnológico da mão-de-obra contribuíram, decisivamente, para a prosperidade da Colônia. (BALHANA et. al., 1968, p. 111)

Foi também na produção de laticínios que se organizou a atividade principal dos moradores da Colônia Witmarsum. Assim como em Carambeí, especializaram-se na produção do leite, de queijo, manteiga, nata e requeijão e também deveriam cumprir com o fornecimento de leite puro pasteurizado à população de Curitiba.

Interessante notar que a mesma produção de laticínios a qual os autores assinalaram o sucesso das colonizações menonita e também dos holandeses de Carambeí, era no século XIX, substancialmente destinada a: “Segundo Saint-Hilaire, os laticínios constituíam principal alimentação dos pobres e dos escravos”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 90)

Castrolanda também esteve associada à colonização de Carambeí. Aproximadamente 64 famílias trouxeram animais, maquinário e implementos agrícolas. Somado à produção de laticínios, também se dedicaram a outras atividades agrícolas. No afã do momento, os historiadores ainda estavam deslumbrados com as iniciativas coloniais dos anos 1950, destacavam organização cooperativista nos três empreendimentos.

Sua base econômica reside na agropecuária, desenvolvida, sobretudo, no setor da pecuária leiteira, como fornecedores de leite pasteurizado à população de Curitiba. É um estabelecimento rural no estágio de agro-indústria, com elevado padrão tecnológico e emprego intensivo de capital com base no cooperativismo. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 228)

Os menonitas, assim como os holandeses, foram destacados devido às práticas em relação à produção, dinamizando o trabalho e os lucros.

No trabalho racional da terra são empregados adubos químicos que melhoram a produção, bem como verifica-se progressiva mecanização da agricultura. Tratores, arados e outros equipamentos são utilizados, multiplicando a força do trabalho humano empregado. Esta força de trabalho é representada, aliás, tanto pelos homens, como pelas mulheres, e mesmo pelas crianças, uma vez que toda a família dos colonos auxilia nas atividades agro-pecuárias. (BALHANA et. al., 1968, p. 117)

Diferente dos imigrantes russos, integraram-se à dinâmica da cultura brasileira. Portadores de uma ideologia do trabalho, elevado padrão tecnológico e também como resultantes da organização cooperativista. Assim, o êxito colonial derivaria do grau de progresso econômico das colônias.

No entanto, percebe-se que há uma redução dos conflitos, pois quando se referem ao empreendimento capitalista centrado na cooperativa, deixam de lado as tensões.

Na história da Cooperativa de Witmarsum registra-se apenas um caso de exclusão determinada pelo Conselho de Administração, verificado em 1958. O excluído, acusado de provocar a desarmonia no meio dos associados, recorreu à Assembléia que confirmou, no entanto, a decisão do conselho.

A Diretoria da Cooperativa e o seu Conselho de Administração têm por várias ocasiões enfrentando graves problemas, tais como a questão surgida com os colonos menonitas que remigraram para Bagé e reivindicavam direitos sobre a antiga Sociedade Anônima Comercial e Industrial, substituída na vida econômica da nova Colônia pela Cooperativa Mista Agro-Pecuária Witmarsum Limitada, e aquela da exigência de alguns colonos em receber o título definitivo de propriedade de suas terras. A reação e descontentamento de alguns em relação às medidas tomadas, trouxeram oposição, ressurgindo inclusive a dissidência religiosa com a Igreja Irmãos Menonitas. A oposição de certa maneira continua contra a Diretoria Executiva da Cooperativa que é criticada por assumir compromissos maiores que favorecem aos mais ricos e sobrecarregam os mais pobres. (BALHANA et. al., 1968, 136)

Mas, como os objetivos da obra deveriam centrar-se em promover um Campos Gerais recuperado economicamente pelos imigrantes, logo não desejaram aprofundar os conflitos internos na organização Cooperativa. No entanto, é possível notar a desigualdade entre os menonitas que a compunham, no qual o grupo participante da Diretoria Executiva beneficiava-se e aumentavam suas posses, a tal ponto que alguns acabaram por organizar uma nova Igreja no interior de Witmarsum, o que nos permite sugerir que o conflito tenha sido bem intenso.

Os autores enfatizavam as características étnico-religiosas que permitiram a integração e a possibilidade de estabilidade econômica. Proveniente da experiência da religiosidade, aliada à remigração espontânea, enquanto fatores aglutinadores da comunidade menonita. Por isso, mobilizaram Herbert Minich, professor da Universidade da Flórida, do Departamento de Sociologia.

Minich foi o responsável pela historicização dos menonitas, derivados do movimento anabatista durante a Reforma Religiosa: “Os menonitas do Brasil são descendentes dos anabatistas evangélicos dos Países Baixos. Seus antepassados ficaram cêrca de dois séculos na região de Dantzig, quando emigraram para a Rússia (1789-1850), atendo a princípio, convite de Catarina a grande”. (MINICH, 1968, p. 154)

Devido aos dois séculos que permaneceram em Dantzig, incorporaram elementos da cultura alemã.

Apesar de serem originários da Hollanda, os menonitas durante dois séculos que permaneceram na região de Dantzig, incorporaram cada vez mais, elementos da cultura alemã. Assim, quando foram para a Rússia, culturalmente já pertenciam mais à Alemanha do que à Holanda. Durante o século e meio que permaneceram na Rússia, os menonitas fortaleceram as suas relações culturais com a Alemanha. (MINICH, 1968, p. 155)

Conflitos sócio-econômicos tiveram reflexo na religiosidade, por isso houve uma cisão dos menonitas ainda na Rússia, surgindo a Igreja Irmãos Menonitas. Dessa forma, é importante destacar que o autor explica a cisão religiosa entre os menonitas que também estavam presentes na colônia Witmarsum, tendo em vista que havia duas Igrejas na colônia.

Em 1860 a situação religiosa, ligada à conflitos sociais e econômicos, havidos entre menonitas proprietários de terras e menonitas sem-terra, produziu uma divisão denominacional entre os menonitas, surgindo a Igreja Irmãos Menonitas. Essa divisão profunda entre menonitas da Rússia, foi transferida para o Novo Mundo, com a emigração para a América do Norte, iniciada em 1874, e para o Brasil e o Paraguai em 1930. (MINICH, 1968, p. 156)

Minich registra as tensões em relação à propriedade agrária desde o século XIX surgidas no interior da comunidade menonita, buscando consolidar a imagem dos menonitas enquanto um grupo étnico-religioso. Na fixação em Witmarsum, havia a Igreja Menonita e a Igreja Menonita Evangélica Livre. Houve uma cisão decorrente de divergência de ordem religiosa, social e econômica que em 1958 culmina na criação da Igreja Irmãos Menonitas⁴⁹. (MINICH, 1968, p. 158)

Sobre a cisão, Minich é breve: “Os motivos dessa separação incluem fatos de ordem religiosa, social e econômica, além de um conflito entre líderes da comunidade, acontecimento, aliás, bastante comum na história menonita”. (MINICH, 1968, p. 159)

A Igreja Menonita Livre⁵⁰ contava com um número de adeptos pouco expressivo na colônia, mas com o acirramento dos conflitos entre os adeptos da Igreja Irmãos Menonitas e Igreja Menonita na antiga Witmarsum, adeptos da Igreja Irmãos Menonitas migraram para a Igreja Menonita Livre.

Apesar de não constituírem organizações formais e religiosas com Igrejas não menonitas, há intercâmbio espiritual entre os menonitas e as Igrejas evangélicas de língua alemã, especialmente com a Igreja do Cristianismo Decidido. Há participação mútua em conferências e acampamentos, bem como visitas recíprocas de ministros. (MINICH, 1968, p. 166)

No interior da colônia Menonita houve também algumas tensões no que se refere à relação entre filiação institucional e também à identificação religiosa. Metodologicamente

⁴⁹ Essa Igreja formou-se ainda na colônia em Santa Catarina. Segundo Minich, não havia muitos adeptos inicialmente, mas com o acirramento dos conflitos entre os adeptos da Igreja Irmãos Menonitas e Igreja Menonita em Witmarsum, adeptos da Igreja Irmãos Menonitas migraram para a Igreja Menonita Livre. (MINICH, 1968, p. 167)

⁵⁰ Surge na Rússia, entre os anos 1905-1907, não difere muito no que se refere ao ofício religioso, porém, procuram relacionar-se também com outras religiões anabatistas e menonitas. (MINICH, 1968, p. 161)

orientados pelo questionário, entrevistaram os membros do grupo, no qual notam que havia 20% de menonitas que não se vinculavam a nenhuma instituição religiosa.

Quando são procuradas as razões dessa ausência de filiação religiosa em uma comunidade que é basicamente religiosa, verifica-se que muitas pessoas encaram a Igreja mais no sentido social do que propriamente espiritual. Muitos há que não entram como membros de uma Igreja justamente porque acham que ela apresenta muitas falhas. Tais pessoas assistem regularmente às sessões do culto, mas não desejam ser batizadas. Os menonitas dão grande importância à crença pessoal, o Batismo, porém, recebe pouca atenção, provavelmente em virtude dos conflitos religiosos concernentes à sua forma correta, bem como em virtude da rejeição da necessidade das crianças serem batizadas. (MINICH, 1968, p. 171)

Nesse sentido, o que foi enfatizado foi que os menonitas se compreendiam mais como um grupo étnico, por isso destacam a relação que estabelecem com a língua e a cultura alemã.

Nessa categoria encontram-se as mudanças relativas à diminuição do tempo dedicado ao culto, as roupas modernas, o cabelo curto, uso de adôrnos pelas mulheres, maior preparação acadêmica dos líderes da Igreja, a mudança na arquitetura dos seus templos e o uso de copos individuais durante a Santa Ceia. Mudanças importantes, do ponto de vista sociológico, incluem aquelas da organização e da prática religiosa, assim, por exemplo, a inexistência do “Aeltester” nas duas Igrejas, a Igreja Menonita Livre e a Igreja Irmãos Menonitas, bem como a ausência de uma posição clara referente à não-participação de menonitas no serviço militar. (MINICH, 1968, p. 174)

A retirada de cena do Aeltester, enquanto liderança espiritual dos menonitas, demonstra uma crise e tensão quanto à não necessidade de uma autoridade religiosa, que na Rússia possuía uma expressão autoritária. Bem como nos motivos que fazem com que estes migrem da Rússia, muitos então se adequaram à negativa da isenção militar no Brasil. Minich destaca como os menonitas conciliaram os elementos culturais para então integrarem-se à comunidade brasileira.

Esta mudança na fé e na prática é, do ponto de vista histórico, radical. Certamente foi admitida na crença de que a situação política do Novo Mundo exigia mudança de atitudes em relação ao Governo e ao serviço militar. Entrevistas com líderes religiosos revelaram que eles, ao emigrarem para o Brasil, tinham pleno conhecimento do problema da manutenção desse aspecto da fé tradicional, mas a eles não deram tanta importância, como aqueles que foram para o Paraguai. (MINICH, 1968, p. 176)

Portanto, colocam em evidência as manobras realizadas pelos menonitas que concorriam para o seu progresso material, também reforçadas na História do Paraná, as quais sublinhavam sua inclinação à modernidade.

Assim, o êxito tem sido maior e mais completo nas colônias organizadas em cooperativas, incluindo-se neste grupo as colônias holandesas de Carambeí, Castrolanda, Tronco e Arapoti, a colônia menonita Witmarsum e os colonos

japôneses, instalados em Castro, pela Cooperativa Cotia, no ano de 1959, em propriedades rurais dispersas e que cultivam batata e arroz principalmente. Outros empreendimentos coloniais na mesma área, como as colônias de russos brancos, instaladas uma em Ponta Grossa, Santa Cruz, em 1958, e outra em Teixeira Soares, Pau Furado, em 1960, e ainda a Colônia Santa Maria, estabelecida com coreanos, em 1965, no município de Tibagi, não conseguiram prosperar. Entre os diversos fatores que concorreram para agravar as dificuldades dessas colônias, destaca-se a ausência de cooperativas para coordenação de suas atividades econômicas, dando-lhes real suporte. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 229)

Em contrapartida, havia os empreendimentos que fracassaram, por isso de alguma forma a reflexão dos Campos Gerais se fez necessária enquanto organizadora de dados e definição de elementos que concorreram para o desenvolvimento econômico nas áreas de campo.

Enquanto pertencentes ao Paraná tradicional, estabelecem uma relação com esta estrutura agrária:

Os intelectuais recebem desta camada uma áspera aversão pelo camponês trabalhador, considerado como máquina de trabalho que deve ser sugada até o osso e que pode ser facilmente substituída em decorrência da superpopulação trabalhadora; recebem também o sentimento atávico e instintivo do desatinado medo perante o camponês e as suas violências destruidoras; e, conseqüentemente, um hábito de hipocrisia refinada e uma refinadíssima arte de enganar e domesticar as massas camponeses. (GRAMSCI, 1987, p. 156)

A integração do imigrante à sociedade paranaense ocorreria de forma plena, na integração econômica, ou seja, a partir da contribuição ao fortalecimento da economia regional orientadas ao desenvolvimento e à ordem capitalista vigente. No sistema capitalista, os indivíduos se inserem nas relações de trabalho e propriedade. Ajustados à lógica de trabalho em uma sociedade capitalista de classes. Portanto, os imigrantes dos anos 1950 demonstravam a racionalização da esfera religiosa, do direito, da moral, da política e da economia. Uma classe que se define quanto aos interesses político-sociais e comerciais, na qual o trabalho é compreendido como racionalidade e provimento de bens materiais.

Enfatizam a transformação para a ordem capitalista nos Campos Gerais atrelada à organização do cooperativismo que se destaca pela recuperação da área:

Em suma, pelo tipo de propriedade, pelas formas de utilização da terra, pelo sistema de produção, pelos padrões de relações de trabalho, os colonos de Witmarsum representam o aparecimento nos Campos Gerais, de uma “burguesia” rural, em substituição à aristocracia fundiária, representada pela sociedade campeira ali dominante. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 223)

Assim, o conceito chave de “aculturação” na compreensão da imigração paranaense dos anos 1960, foi substituindo pelo de “integração”. Pois, a integração permitiria organizar o Paraná.

Desta forma, o regionalismo é construído como ferramenta de articulação, que supõe identificação e coesão, tanto na defesa de padrões, como também da preservação de condições e da redução de conflitos, no qual o sistema político visa a estabilidade regional. (CASTRO, 1992, p. 41)

Na relação entre os intelectuais e a região, argumenta Gramsci:

É notável o fato de que, no Sul, junto à grande propriedade tenham existido e continuem a existir grandes acumulações culturais e de inteligência em indivíduos singulares ou em restritos grupos de grandes intelectuais, ao mesmo tempo em que não existe uma organização de cultura média. (GRAMSCI, 1987, p. 161)

Os intelectuais eram pertencentes ao Paraná Tradicional. Portanto, o regionalismo garantiria uma legitimidade dessa região.

Homens de enorme cultura e inteligência, nascidos no terreno tradicional de enorme cultura e inteligência, nascidos no terreno tradicional do Sul, mas ligados à cultura europeia e, conseqüentemente, à mundial, tinham todas as qualidades para dar uma satisfação das necessidades dos mais honestos representantes da juventude culta do Sul, para consolar suas irrequietas veleidades de revolta contra as condições existentes, para orientá-los segundo uma linha média de serenidade clássica do pensamento e da ação. (GRAMSCI, 1987, p. 162)

Assim, a partir deste Estado de compromisso, entre os intelectuais e as oligarquias agrárias, satisfaziam seus interesses. Os intelectuais, separados das massas rurais, participavam da cultura nacional. Ao mesmo tempo em que foram absorvidos por ela, buscavam construir uma orientação para ação política do Estado.

A partir das relações de mercado, o Estado do Paraná adquiriria legitimidade. Na primeira metade do século XX, ao falarem das imigrações, os autores atribuem igualdade de condições, reafirmando um discurso da meritocracia que legitima e tenta naturalizar a produção de desigualdades. Discurso este que mascara as lutas sociais ao não aprofundar as tensões.

Para Balhana e Pinheiro Machado, a organização do capitalismo no Paraná dos anos 1950 desarticulou a sociedade tradicional, colocando assim em nível de igualdade de condições a adaptação ao mercado, tanto a sociedade tradicional quanto os recém-chegados.

Com a intensificação capitalista da agro-pecuária, o mercado passa a ocupar o lugar central não só da integração nacional, como da própria modelagem cultural, o que significa que se reduz a um mínimo a possibilidade de aculturação, entendendo-se por “aculturação” a redução relativa do recém-chegado aos valores da sociedade tradicional que os recebe. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO, 1968, p. 230)

Segundo Gramsci, a agricultura transformava-se na incorporação da máquina ao processo produtivo, transformando-se em uma “agricultura industrial” (GRAMSCI, 1987, p. 72). A mecanização da agricultura como parte da industrialização foi associada ao progresso econômico no Paraná dos anos 1960.

Em consequência, delineou-se um novo quadro para a economia paranaense que se caracteriza, de um lado, em ser o Paraná o maior produtor agrícola per capita do Brasil, com a aquisição e a multiplicação de sementes pela Café do Paraná, as possibilidades de armazenagem dadas pela Copasa e de crédito agrícola pela Acarpa, bem como pela criação de gado que se estende pelas novas pastagens que substituem a cafeeira, com rebanhos de alta qualidade pela introdução e difusão das raças Gir e Nelore; e, de outro lado, por apresentar-se já o Paraná com atividades industriais de expressão. (WESPTHALLEN, 1969, p. 243)

Para tanto, continuam a reflexão sobre a questão colonial, agora sob outro viés e outra região: o da não integração do imigrante, os que não se adequaram ao projeto de modernização da agricultura e que não se encaixavam na economia agroexportadora. Buscando mapear os “insucessos” que pudessem repercutir na gestão política dos anos 1960, marcados, segundo autores, pela tensão e divergência regionais. Para compreender esses conflitos recentes é que se reúnem os três autores.

Assim, na expansão para o Norte do Paraná, houve especulação e tensões, explicitadas no tópico: “Problemas Agrários do Paraná Moderno”, escrito por Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen, no livro *História do Paraná* (1969).

Este tópico estava acordado com o vigésimo capítulo da história regional no *Esboço*, no qual buscou compreender a expansão do Norte paranaense. Já no *Esboço*, nota-se a preocupação com essa região, nas palavras de Pinheiro Machado (1997, p. 205):

Constituindo uma população marginal em relação ao Paraná Tradicional, é um dos centros nacionais mais visados pelas migrações internas, e uma das preocupações da administração pública é criar condições pelas quais a população do Norte se integre na unidade da comunidade paranaense.

Deste modo, além da problemática em torno do caboclo e dos conflitos de terra no Sudoeste no início do século XX, o avanço colonizador ao Norte atraiu paulistas, catarinenses, gaúchos e mineiros interessados no desenvolvimento dos negócios de terra.

Na região Norte, o governo paranaense contou com o auxílio da Companhia de Terras do Norte do Paraná e da Colonizadora Rio Paraná Ltda. (Maripá), que repartiu as terras em pequenas propriedades para o desenvolvimento da cultura cafeeira. Segundo os autores, a

Maripá dava assistência ao colono para sua fixação. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 221)

Lamentavam os autores: “Se de um lado, a segurança do direito de propriedade atraiu milhares de lavradores honestos, desejosos do legítimo acesso à terra, a exuberância e a riqueza das glebas paranaenses, de outro atraíram também aventureiros em busca de tãda a sorte de facilidades”. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 230-231)

Nesse trecho, percebemos que ao se referirem ao colono ideal, era aquele acessaria a terra de forma legal, por isso digno de confiança. Em oposição a ele, constrói o seu outro: o aventureiro, que não possui meios certos de vida, aquele que vadeia. Este, assim como o caboclo, não estava compreendido no projeto de desenvolvimento capitalista, além de comprometer a imagem que desejava projetar da região: a da abundante riqueza que os colonos “certos” produziriam na região, buscando produzir um efeito de sentido no leitor.

A partir da especulação nos negócios da terra, muitos migrantes ocuparam as antigas terras devolutas, sendo assim denominados de posseiros, configurando a prática como “intrusão”, esta como ocupação ilegal das terras de antigas concessões ou de particulares ausentes. Tal prática se estendeu do Norte ao Sudoeste paranaense. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.231)

A expansão colonial ao Norte e Sudoeste se deparou com questões de ordem jurídica, buscando garantir a legalidade da propriedade privada. Sobre a relação entre Estado e a propriedade privada nos apropriamos da definição de Marx e Engels:

Sendo, portanto, o Estado a forma através da qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições públicas têm o Estado como mediador e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa sobre a vontade e, melhor ainda, sobre uma vontade livre, desligada da sua base concreta. O mesmo acontece com o direito que é por sua vez reduzido à lei. (MARX; ENGELS, 1987, p. 98)

O Estado se afirmava enquanto uma organização que assegura os interesses de propriedade, bem como as relações de produção. Por isso as ações ao serem mediadas pelo Estado adquirem forma política. O direito privado emerge com a propriedade privada.

Desta forma, afirmou-se uma função objetiva do Estado, mediador das transações econômicas, assegurando a propriedade privada via compra. Assim, aqueles que tentassem burlar esse sistema de seguridade, foram denominados grileiros:

A prática organizada da grilagem, por espertos aventureiros, hábeis no apossamento de terras alheias, com base em falsos títulos de propriedade, perturbou grandemente,

também no Paraná, os negócios de terras, a efetiva ocupação e reconhecimento dos direitos dos legítimos proprietários, ainda que humildes posseiros. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 232)

Nesse sentido, a questão dos negócios da terra culminou em conflitos violentos no Norte e Sudoeste do Paraná. Entre esses episódios, os autores destacam a revolta de lavradores de Porecatu no final dos anos 1950, momento em que o governo do Paraná decidiu anular a concessão de terra a Alves Almeida, visando introduzir colonos nacionais, dando a eles títulos de domínio pleno. Devido às notícias, a região atraiu vários caboclos que ali se fixaram, inclusive em terras particulares. Porecatu fica às margens do rio Paranapanema, na região de divisa com o Estado de São Paulo.

Os colonos de Porecatu, a quem como àqueles de Jaguapitã, o Gôverno do Estado, prometera novos lotes, casa e transporte, e que nada receberam de concreto, e ainda se viam na iminência de perder o trabalho da derrubada da mata, do preparo da terra, roças e ranchos e plantações de café, foram facilmente trabalhados por elementos do Partido Comunista do Brasil que desenvolviam o programa das Ligas Camponesas. Caboclos insatisfeitos, temendo perder suas posses e lavouras ante as ameaças de despejo, aventureiros e negociistas intrometidos na questão, proprietários ávidos em resolvê-la ao seu favor, políticos interessados em terras ou em votos, agitadores comunistas, todos contribuíram para criar o clima propício à sublevação daqueles desesperançados da ação imparcial do Gôverno do Estado. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 233)

O comunismo é acionado pelos autores para dar sentido às organizações dos trabalhadores rurais expresso pelas Ligas Camponesas, está relacionado também à ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro (PCB) pelo presidente Eurico Gaspar Dutra em 1946.

Nesse ponto, podemos destacar no discurso dos autores o que Orlandi (2000, p. 83) denominou de “silêncio local”, no qual o discurso sofre uma censura devido à conjuntura em que é proferido. Lembrando que no momento da publicação da obra (1969) o Brasil está na conjuntura da Ditadura Militar, que naquele momento expressava maior endurecimento político com a promulgação do Ato Institucional nº 5 pelo governo de Arthur Costa e Silva (1966-1969). Assim, se fazia necessário reforçar o papel de desconfiança na política do PCB, qualificando-os como agitadores. No entanto, ao se referirem aos caboclos que se amotinaram na Revolta de Porecatu, de forma implícita, denotam que estes não possuíam perspectiva quanto ao acesso à terra e que, por conseguinte, estavam à mercê do Governo do Estado.

No desenrolar do conflito, alguns caboclos decidiram negociar com o governo, que indenizou as benfeitorias realizadas por eles nas terras devolutas. Outros só retiraram com a garantia de que se estabeleceriam em outro local e outros tantos decidiram não desocupar a região, refugiando-se nas matas nas quais atocaiaram os policiais. “Os lavradores sublevados

estavam bem armados e municiados pelos orientadores comunistas do movimento. No primeiro encontro morrem quatro lavradores, enquanto que a Polícia apresenta seis baixas.” (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 234)

O conflito que iniciou no governo de Moyses Lupion teve que ser solucionado por Bento Munhoz da Rocha Netto, recém-empossado governador em 1951.

A ameaça de revolta generalizada nos meios rurais do Norte do Paraná levou o novo Governo do Estado, em junho de 1951, a enviar novos contingentes armados para a região de Porecatu. Cerca de 300 a 400 sertanejos armados encontravam-se, nessa ocasião, emboscados nas matas e picadões, de onde saíam apenas para incendiar, roubar e mesmo matar, a pretexto de defenderem seu direito às terras. (BALHANA; WESPTHALEN; PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 234)

Diante da resistência dos caboclos em não saírem e cederem as terras, os autores desqualificam as ações dos caboclos, na medida em que usavam da violência contra o Estado, este portador da violência legítima.

Em 1951, o conflito é solucionado, por isso destacam a habilidade política de Rocha Netto:

Em 15 de março, o Governo do Estado já havia declarado de “utilidade pública” as terras litigiosas de Jaguapitã, Porecatu e outras, cujos títulos haviam sido irregularmente expedidos pela administração anterior, fundamentando-se no preceito constitucional, do “interesse social”. Foi esta, aliás, a primeira desapropriação havida no Brasil, com base no interesse social. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 234)

Rocha Netto mobilizou a Constituição Federal de 1946, previsto no Capítulo II (Dos Direitos e Garantias Individuais), artigo 141, inciso 16:

§ 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.⁵¹

Desta forma, sob o respaldo da legalidade Constitucional, visando à garantia da ordem, a propriedade voltou às mãos do Estado. No entanto, houve outros conflitos decorrentes da posse da terra no Paraná, mas agora na região Sudoeste, agravadas pela presença da Companhia Imobiliária Clevelândia Industrial e Territorial Limitada (CITLA).

⁵¹Constituição Civil de 1946
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

A questão agrária no Sudoeste esteve relacionada à tensão entre os interesses do monopólio fundiário e dos pequenos proprietários de terras.

O movimento de colonização do Sudoeste é o mais recente, na criação do Território do Iguaçu em 1940, a colonização foi orientada à área de fronteira com a Argentina, da Colônia Agrícola General Osório (CANGO), concomitante ao desenvolvimento agroindustrial. Segundo Battisti (2006, p. 66):

Em 1956, a CANGO contava com 7.147 pessoas, enquanto a região totalizava 76.373 habitantes. Em 1956, a CANGO contava com 15.284 pessoas e uma fila de 8.804 famílias à espera de assentamento. Nesse período a população regional já havia ultrapassado os 200 mil habitantes. (BATTISTI, 2006, p. 68)

A região atraiu um número significativo de colonos gaúchos e catarinenses que estavam em busca de melhores oportunidades.

Em 1945, José Rupp ganhou uma causa de 1927 contra a Brazil Railway Company. No entanto, devido à rescisão contratual, as terras foram restituídas ao Estado, que se tornou seu proprietário em 1940. Desta forma, o crédito de Rupp estava com o Poder Público Federal.

Frustradas várias tentativas de acordo, Rupp aliou-se a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que exercia influência junto ao Governo Federal, criando a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda. (CITLA) com a finalidade de colonizar o Sudoeste. Mais tarde, Fontana comprou os direitos de Rupp e, por influência de Lupion, numa operação ilegal, em 1950, a CITLA adquiriu as Glebas “Missões” e “Chopim” do Governo Federal, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU). O valor declarado da transação entre a CITLA e a SEIPU foi de 10 milhões de cruzeiros. (BATTISTI, 2006, p. 69)

A região de 475.200 ha foi adquirida por um valor irrisório, acrescentando o fato de que a região já contava com mais de 3 mil colonos, além da reserva de pinheiros e potencial hidrelétrico. Lupion, governador do Paraná, entre 1947-1951, foi acusado de favorecer a transação. (BATTISTI, 2006, p. 69)

Nesse momento, houve tensão entre governo federal e estadual. Quando Lupion retorna ao governo em 1956, sob pressão, cede parte das terras às empresas “Comercial e Agrícola Paraná Ltda” e “Apucarana Ltda”. Houve denúncias de que este recrutou capangas para pressionar os colonos a assinarem a confissão da dívida das terras. A partir de relatos do então Senador Othon Mader, foram 14 mortos, 47 feridos e 02 desaparecidos. Não houve investigação e, consequentemente, tampouco punição, reforçando a negligência do Estado do Paraná e também do governo Federal em relação à questão agrária. (BATTISTI, 2006, p. 69-70)

Na esfera federal, o Estado industrializante mantinha-se distante, omisso em relação aos problemas fundiários; Juscelino Kubitschek não tomou providências quando

recebeu, em 7/04/57, dos colonos Rosalino Albano da Costa e Augusto Pedro Pereira um abaixo-assinado subscrito por mais de 2 mil pessoas que denunciava a violência das companhias e o envolvimento da polícia. (BATTISTI, 2006, p. 71)

Balhana, Pinheiro Machado e Westphalen argumentavam que a política estadual entre 1940-1942 foi acomodada quando à legalização das terras dos colonos, procurando não envolver o nome de políticos no conflito.

Muitos desses colonos haviam entrado entre 1940 e 1942, portanto, muito anteriormente à entrada da Citla na região. Havia requerido suas terras, mas nunca haviam conseguido despacho, dada as complicações de terras e a demora da burocracia estadual, desinteressada algumas vezes em dar solução a tais problemas. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 236)

Muitos destes imigrantes chegaram no momento em que Manuel Ribas foi interventor, assim, os autores tentaram não o envolver com a questão das terras no Sudoeste. Pelo contrário, Manuel Ribas foi elogiado na primeira parte do livro *História do Paraná*, relacionando-o ao retorno das terras devolutas para o Estado do Paraná.

Nos anos 1950 os problemas da posse da terra no Oeste agravaram-se, momento em que a Companhia Apucarana e a Companhia Comercial Agrícola Paranaense Limitada contratou jagunços para intimidar os sitiantes a assinarem contratos de compra das suas terras. Famílias de sitiantes foram atocaiadas, tiveram seus sítios e casas incendiados e alguns foram mortos.

Muitos colonos, porém, cansados dos vexames a que eram submetidos, da insegurança diária em que viviam e, sobretudo, não mais confiando nas autoridades estaduais, acusadas de boa vontade para com as companhias, estavam dispostos a reagir e enfrentar os jagunços. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p.237)

Culminando assim em conflitos armados em Pato Branco e Francisco Beltrão, momento que ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros, em 1957. Devido ao conflito ser próximo à redação do texto, percebemos o clima de apreensão dos autores, até no uso dos verbos do presente.

A situação é de insegurança em todo o Sudoeste. O tiroteio é constante. Centenas de colonos refugiam-se nas matas ribeirinhas do Capanema. Ante a ameaça geral, centenas de brasileiros da área de Santo Antônio refugiam-se em território argentino. Esta busca de proteção no Exterior, tornou conhecida a rebelião dos posseiros do Sudoeste.

(...)

Tais notícias tiveram repercussão em todo País, sobretudo no Paraná, onde as autoridades estaduais são acusadas de comprometidas com as companhias. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 237-238)

Assim a Revolta dos Posseiros denunciava uma política conivente com as Companhias, na qual o Estado defendia os interesses do capital. A Revolta dos Posseiros se apresenta como espólio do Contestado, com a diferença de que devido à repercussão na imprensa nacional e internacional, a postura dos autores não pôde ignorar a violência utilizada para com os caboclos da região.

Os autores destacaram a competência na solução da questão agrária do sudoeste e oeste paranaense com a criação da Getsop (Grupo Executivo de Terras do Sudoeste e Oeste do Paraná) no governo de Ney Braga em 1961. (BALHANA; PINHEIRO MACHADO; WESPTHALEN, 1969, p. 238)

O que nos chama atenção é que em nenhum momento os autores denominam os políticos paranaenses envolvidos, tanto na Revolta de Porecatu (1951), no Norte, quanto na Revolta dos Posseiros, no Sudoeste (1957), mesmo diante das proporções desses conflitos.

Na continuidade do pensamento dos autores, Westphalen mobilizou a industrialização para desviar o leitor dos conflitos agrários. A autora tentava reconduzir o leitor à ideia do desenvolvimento capitalista, levando a crer que o Paraná nos anos 1960 diversificava sua economia. Economia, antes concentrar no café, inadequada para a conjuntura econômica mundial daquele momento, no qual o café encontrava-se com seu preço defasado. De qualidade inferior, se comparado com as outras regiões brasileiras, além das constantes geadas que o afetavam.

Desta forma, devido ao declínio das atividades ligadas ao café, a população rural deslocava-se para a cidade, principalmente no norte paranaense.

Era preciso, pois, não somente refazer a economia estadual, mas sobretudo impedir o agravamento de uma situação de tensão social, motivada pelos altos índices de desemprego nas zonas da caféicultura deslocada. O caminho era o da concentração de esforços governamentais na industrialização e sua distribuição no Estado, e não apenas na área da capital paranaense. (WESPTHALEN, 1968, p. 239)

Desta forma, a questão agrária se colocava em outros termos. O “problema social” ao qual se referiu Westphalen denunciava o descaso com a população rural, que naquele momento ao não ser incorporada à economia se tornava um problema urbano.

Ao encararmos com mais profundidade, nos deparamos com o fato de que aproximadamente 69% dos paranaenses residiam no campo, acrescentado ao fato de que no início da segunda metade do século XX a densidade demográfica na região do Norte e Sudoeste aumentou significativamente: “No decênio de 1950 a 1960, o Paraná recebeu média anual de 120 mil novos habitantes, procedentes de outras unidades da Federação, principalmente dos

quatro Estados acima referidos, dos quais provém os contingentes numèricamente mais significativos.” (BALHANA, 1969, p. 246)

Os autores não mencionam a propaganda que buscou atrair imigrantes europeus na primeira metade do século XX, bem como os migrantes de outros Estados (paulistas, mineiros, catarinenses e gaúchos), alterando a distribuição populacional do Estado, sobretudo Norte e Sudoeste. No entanto, ao passo que as interpretações dos autores se davam no sentido de pensar o desenvolvimento regional via integração econômica, o texto de Westphalen sobre a industrialização buscava de alguma forma diagnosticar, bem como indicar possíveis soluções ao desenvolvimento paranaense orientados à industrialização. Apontava para a necessidade de investimentos tanto no que se refere à energia elétrica e vias de acesso, quanto ao projeto industrial. Destacava:

Em consequência, delineou-se um nôvo quadro para a economia paranaense que se caracteriza, de um lado, em ser o Paraná o maior produtor agrícola per capita do Brasil, com a aquisição e a multiplicação de sementes pela Café do Paraná, as possibilidades de armazenagem dadas pela Copasa e de crédito agrícola pela Acarpa, bem como pela criação de gado que se estende pelas novas pastagens que substituem a caféicultura, com rebanhos de alta qualidade pela introdução e difusão das raças Gir e Nelore; e, de outro lado, por apresentar-se já o Paraná com atividades industriais de expressão. (WESTPHALEN, 1969, p. 243)

Nota-se a fascinação da autora ao se referir à dinâmica industrial que o Estado sofria ao mesmo tempo em que reconhecia que muito devia ser feito para projetar numa economia de mercado no Paraná. Desta forma, a industrialização completava o sentido de desenvolvimento atribuído ao Paraná, completando o prognóstico do Paraná promissor.

No entanto, a questão da unidade regional paranaense, na composição das três regiões, ainda se apresentava em aberto:

Durante o século XX, o crescimento da população do Paraná foi o mais significativo que o de qualquer outro Estado brasileiro. Entre 1900 e 1950, o contingente populacional paranaense passou de 327136 para 2115547 habitantes, apresentando um acréscimo de 1788411 pessoas, ou seja, um aumento da ordem de 547%, no período de cinquenta anos. (BALHANA, 1969, p. 245)

O crescimento de mais de 500% causou frisson entre os autores, ao passo que a industrialização nos anos 1960 voltava-se ao desenvolvimento rural. Segundo Cunha (2003, p. 96). “O que se denomina de projeto de desenvolvimento paranaense começou a ser definido e implementado no Governo de Ney Braga no início da década de 1960”. Sobre o projeto desenvolvimentista de Ney Braga, destacou:

O que se sustenta é que, nesse primeiro momento do governo Ney Braga, esse projeto tentou driblar o papel periférico que estava reservado ao Paraná no projeto de industrialização brasileira, com uma proposta de desenvolvimento relativamente autônoma, o que significava, efetivamente, um projeto paranaense de desenvolvimento, não obstante a tentativa inserida nesse projeto de promover um processo de substituição de importações, nos moldes do projeto de industrialização brasileira. Esse desejo de autonomia foi sustado pelo movimento centralizador e autoritário que empolgava o Estado no âmbito do governo federal na segunda metade da década de 1960. Com isso, passou a prevalecer o enfoque e a prática homogeneizadora tanto no que se refere a política industrial quanto a política agrícola. (CUNHA, 2003, p. 96)

Os autores destacam o ritmo da urbanização na constituição de cidades alinhada ao projeto de desenvolvimento, colocando em evidência o fortalecimento econômico estadual das três regiões (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste):

Duas destas cidades são centros de regiões, Ponta Grossa da região dos Campos Gerais, e Paranaguá do litoral, enquanto que as outras cinco estão situadas na região pioneira do Norte do Paraná e seu rápido processo de urbanização está em consonância com o próprio sistema de colonização adotado no povoamento daquela área do Estado. (WESTPHALEN, 1969, p. 249)

Por isso que não de forma despreziosa, Pinheiro Machado foi incumbido de pensar a integração destas regiões, tanto no sentido econômico, quanto cultural, no último tópico do livro *História do Paraná*, intitulado: “Integração das Comunidades Paranaenses”.

Neste texto, Pinheiro Machado não pretendeu concluir a obra, mas a partir de suas análises nos dá pistas quanto à problemática central do livro: a necessidade de que uma identidade paranaense incorporasse as três regiões.

O tópico a seguir dialoga com o vigésimo primeiro capítulo do Esboço, problematizam a relação que o Paraná tradicional deveria estabelecer com o Norte e Sudoeste:

(...) o vigésimo primeiro capítulo da história do Paraná deverá ser a história da corrente migratória proveniente do sul do país que vai penetrando pelo sul-oeste do Estado e se espraiando em direção ao norte. Deverá estudar sua origem, seus precedentes, a fundação de novos núcleos que tem produzido seu tipo de vida e trabalho e seu contato com as velhas populações. (PINHEIRO MACHADO, 1997, p. 205)

Assim, contribuindo para uma perspectiva que organizasse uma lógica na ocupação da extensão do Paraná, Pinheiro Machado argumentava:

Na sua expansão, a sociedade paranaense foi ocupando regiões geográficas distintas, e na sucessão das regiões geográficas foram construídas economias sobre essas regiões, e a pública administração delas se ocupou, passando para o primeiro plano, uma região sobre a outra, conforme suas possibilidades econômicas. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 258)

Pinheiro Machado buscou compreender a relevância de cada região, na medida em que esta ocupava destaque econômico. O próprio uso da palavra “sucessão” nos remete ao sentido de acontecimentos interligados, conferindo às três regiões uma mesma lógica.

Assim, foi com os Campos Gerais, com a sociedade tradicional fundada no latifúndio campeiro, depois no Paraná moderno, com a comunidade do Norte do Paraná fundada na economia cafeeira, e com a comunidade do Sudoeste e do Oeste paranaense fundada na plantação de cereais e na criação de suínos, ambas como base no regime da pequena propriedade. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 258)

Compreender a referência ao Norte deixava subentendido que essa região materializava o desenvolvimento, ao passo que o Paraná Tradicional, mobilizado como objeto de estudos no livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias*, estava se ajustando à economia capitalista do século XX.

Em idos dos anos 1960, os Campos Gerais ocupava segundo plano no que se refere à economia regional. Por conta disso, buscava manter sua força centralizadora, para de alguma forma justificar a organização econômica regional: “Nesse caso, o protesto de base regional vincula-se necessariamente à marginalidade econômica, mas também pode ser expressão do grau de insatisfação das elites locais com seu papel marginal no sistema político.” (CASTRO, 1992, p. 37)

Pinheiro Machado estabeleceria um desenvolvimento constante, ascendente do Paraná provincial. Historiciza que devido à expansão econômica se fez necessário a questão da integração regional, já colocada pelo presidente de Província Xavier da Silva, em 1892.

Isto significa que o presidente do Estado, prevendo o desenvolvimento do Norte do Paraná, compreendia imediatamente que era necessário, que deveria ser tarefa fundamental da administração, reconstituir a unidade social, política e econômica do Paraná, fazendo com que o escoamento dos produtos que começavam a aparecer no Norte Velho, ao redor de Tomazina, e depois, de Jacarézinho, demandasse ao Paraná tradicional; que somente por meio da construção de estradas seria possível fazer com que o escoamento dessas riquezas beneficiasse o restante da população, vindo para o Sul; e que enquanto não se fizesse estradas, a produção sairia para São Paulo. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 259)

Assim, a questão da unidade regional deixou transparecer a necessidade de distribuição das riquezas entre as regiões. A região Norte, próxima a São Paulo, dificultava sua identificação com o Paraná. Portanto, a construção de estradas pode ser compreendida como uma estratégia para que os interesses econômicos pudessem convergir entre as regiões e consequentemente organizar um regionalismo coeso:

Com o avanço do capitalismo e o aprofundamento das desigualdades regionais criou-se um fato político novo, diretamente vinculado à questão da distribuição territorial das benesses do desenvolvimento econômico, que exige respostas específicas. Na realidade, onde recursos escassos são distribuídos desigualmente pelo território, as regiões prejudicadas tendem a pressionar para a redistribuição, enquanto as mais ricas resistem ou ignoram o problema. Seja qual for o suporte à mobilização, é certo que, onde demais de base territorial permanecem não resolvidas, existe a possibilidade de ruptura política. (CASTRO, 1992, p. 38)

Pinheiro Machado, assim como os demais autores de *História do Paraná*, evitou tensões regionais, ao mesmo tempo em que buscou manter uma coerência política e prevenir conflitos semelhantes ao Contestado, como a Revolta de Porecatu e também a Revolta dos Posseiros.

Uma das soluções para integração econômica entre as regiões foi a ligação rodoviária. Esta permitiria o escoamento da produção do Norte e Sudoeste para o Paraná Tradicional, possibilitando uma melhor distribuição dos rendimentos de uma região para outra. Refletindo sobre as políticas de integração regional desde o século XIX, destacou:

O programa administrativo do Governo paranaense passou a objetivar a união de todas as regiões do Paraná, por meio de estradas. Esta era já a orientação apontada por Xavier da Silva, era necessário que se construíssem estrada de rodagem ligando todos os pontos de produção à estação mais próxima da estrada de ferro, ou seja, a ligação de todas as fontes de produção por meio de estradas de rodagem até a estação da estrada de ferro. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 260)

Ao referir-se ao projeto de integração rodoviária, estabeleceu uma linha de continuidade na problemática da incorporação das regiões em um todo, inicialmente a partir das Estradas de Ferro, concluídas por volta de 1870, e posteriormente a partir das estradas de rodagem.

Enfatizou os esforços e anseios em integrar o Norte ao Paraná tradicional, mas que só se efetiva na inauguração da Rodovia do Café (1956), permitindo às regiões partilharem interesses econômicos. Por conseguinte, na perspectiva dos autores, aos poucos partilhariam uma identidade.

Assim, enfatizava um projeto de unidade política e econômica, ao mesmo tempo em que lamentava que cada região se organizou de forma independente da outra.

É justamente esse antagonismo, essa fricção, que explicam muitas das medidas administrativas da própria política paranaense para incorporar todas essas regiões e todas estas populações do Norte do Estado na estrutura geral do Paraná, nas estruturas paranaenses. Até que o possa fazer, o Paraná realmente apresenta-se constituído por comunidades autônomas, hoje, aliás, três comunidades (tradicional, Norte e Sudoeste), convivendo, mas separadas, como se formassem estruturas diferentes, sociedades diferentes. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 261)

Na sequência do pensamento, Pinheiro Machado ressaltava que a política paranaense deveria dispensar uma atenção individual aos problemas de cada região, sobretudo na sua ocupação mais recente, o Norte e Sudoeste.

De outro lado, a administração pública paranaense acompanhando sempre o desenvolvimento geral do Estado, mas sempre ligada e dando predomínio a uma das suas regiões, face às motivações de ordem econômica, está hoje também se defrontando com a mesma problemática da incorporação às estruturas paranaenses, da comunidade que se constituiu no Sudoeste e Oeste do Paraná, com migrantes internos, vindos principalmente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 263)

Portanto, o discurso de Pinheiro Machado preocupava-se, sobretudo, com as regiões ocupadas no período contemporâneo ao livro, palco de tensões e conflitos, no qual a identificação paranaense pareceu fragilizada. Mesmo que este não mencione as implicações sociais e econômicas decorrentes do avanço dos negócios de terra, este imprimiu uma especificidade à memória paranaense, no que se refere à relação entre o Estado do Paraná e os interesses da classe dominante.

Concluiu Pinheiro Machado: “Na década de 1960, porém, todo o Estado do Paraná está com o seu território ocupado, desaparecendo as frentes pioneiras e os grandes proprietários de terras”. (PINHEIRO MACHADO, 1969, p. 264)

Desta forma, completava o sentido de uma história forjadora do progresso, no abrandamento de tensões e conflitos, os autores construíram uma identidade paranaense coerente, ao mesmo tempo apropriada ao projeto de desenvolvimento em voga nos anos 1960.

Devido à profundidade das diferenças (culturais, econômicas e sociais), não davam solução para o problema do regionalismo, mas em alguma medida convocavam a atuação política que penetrasse na questão regional.

Nesse sentido, destacamos o regionalismo enquanto ação e difusão desses intelectuais. Estes tiveram um papel fundamental na difusão de uma história alinhada aos interesses das classes dominantes. Deste modo, a regionalização, enquanto processo de construção de discursos, nos permitiu vislumbrar como convergiram os interesses dos intelectuais com a classe dominante paranaense.

Assim, o regionalismo também se configura enquanto reconhecimento e afirmação do Estado em oposição aos demais, bem como se refere ao papel do discurso intelectual na organização da cultura paranaense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso dos intelectuais paranaenses: Altiva Pilatti Balhana, Bento Munhoz da Rocha Netto, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, produzem um sentido para o Paraná, afirmaram um regionalismo e como este deveria ser reconhecido pelos paranaenses. Permite-nos compreender como os textos dos livros são produtores uma cultura a serviço das classes dominantes.

Destacamos o papel da produção acadêmica no contexto dos anos 1960, relacionando capital cultural e capital econômico. Estes intelectuais buscaram produzir um regionalismo consensual.

Entendemos que o texto *Esboço de Uma Sinopse de História Regional* é o fio condutor entre o livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias e História do Paraná*, no qual emergiu a necessidade de organizar uma história regional que congregasse as diferentes regiões que compõe o Estado do Paraná (Paraná Tradicional, Norte e Sudoeste).

A problemática das obras centrou-se na organização do regionalismo, orientados por uma perspectiva eurocêntrica de desenvolvimento, aspiraram a organização de uma cultura europeia no Paraná, a partir da contribuição da racionalização do conhecimento e do uso social da ciência social.

Nesse sentido, servir à ideologia das classes dominantes permitiu a estes ocupar um lugar de destaque na sociedade paranaense, enquanto portadores do discurso autorizado, ao passo que entre os autores, apenas Balhana não teve inclinação política, os demais estabeleceram uma relação quase que íntima com a política paranaense. Pertencentes ao Paraná Tradicional, afirmaram uma produção cosmopolita da Universidade Federal do Paraná.

Os livros foram publicados na conjuntura da ditadura militar no Brasil, momento em que sob a falsa promessa de proteção à democracia brasileira movimentos sociais e partidos tornaram-se ilegais no Ato Institucional nº 5 em 1968. Assim, os textos visaram assegurar a imagem do paranaense ordeiro, de uma política forte e centralizadora, buscando garantir um espaço de destaque na política brasileira, momento em que assumiu o setor mais conservador das Forças Armadas, no governo de Arthur Costa e Silva (1976- 1979).

No contexto político de tensão e descaso com os trabalhadores rurais, a reforma agrária foi interrompida em 1964 pelo golpe, denotando a herança colonial na questão agrária, desde a distribuição das sesmarias, reafirmada pela Lei de Terras de 1850. Até na organização das CLT de Vargas o trabalhador rural ao não ser contemplado permanece “estranho” ao projeto de desenvolvimento brasileiro.

Deste modo, os autores produziram discursos sobre a memória dos conflitos agrários paranaenses na longa duração, no século XVIII e XIX, a invasão aos territórios Kaingang no início do século XX, a questão das fronteiras entre Paraná, Santa Catarina, Argentina e Paraguai, sob o pano de fundo a questão do Contestado, abrandam um cenário de conflito pela posse da terra, na construção da Ferrovia, bem como os problemas sociais decorrentes da organização do trabalho assalariado nas sucursais da Brazil Railway Company e como estes imprimiram agravantes sociais no Paraná. Exemplo disso foi a Revolta dos Posseiros (1957), que descortinou um conjunto de jogadas políticas de favorecimento às companhias nos permitem compreender a questão das terras devolutas no Paraná no século XX.

Assim, para além da censura que limitou o discurso dos autores nos livros em tela, os discursos sobre os movimentos sociais no Paraná e as Revoltas, os autores buscaram não envolver os nomes de políticos nas disputas. Isso relaciona-se a uma postura decorrente da Escola de *Annales* no descrédito pela história política, associada à história tradicional, onde o discurso da história, pautado no rigor metodológico, se voltou para as estruturas. Dito isso, os textos nos livros *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968) e *História do Paraná* (1969) subestimam as desigualdades sociais decorrentes do processo de expansão territorial paranaense a partir do século XVIII. Traçam um movimento implacável do Paraná rumo ao progresso, que subjuguou o indígena, o negro, o caboclo, por não estarem contemplados no tipo-ideal de agente modernizador: o imigrante europeu.

Ainda na segunda metade do século XX, trabalhadores nacionais (paulistas, mineiros, gaúchos, catarinenses) deslocaram-se para a região Norte e Sudoeste. Assim, os autores constituem o mito do pioneiro, reforçado tanto na expansão econômica do Paraná “Moderno” nos empreendimentos do café, como no Paraná “Tradicional”. Neste último, destacaram-se os imigrantes que no século XX dispõe de um novo uso das terras do século XIX, cumprindo com a proposta de desenvolvimento agrário no Paraná.

Em alguma medida, os textos forneceram subsídios teóricos que poderiam ser instrumentalizados pelas classes dominantes por serem orientados ao projeto de desenvolvimento paranaense na dinâmica capitalista, reafirmam o potencial agroindustrial paranaense naquele período.

Deste modo, compreendemos que os livros tentaram reorganizar uma identidade paranaense que já vinha sendo estruturada desde a Emancipação da Província.

As propostas que estão implícitas no texto se referem também à organização das três regiões, principalmente na perspectiva da integração econômica, visando compreender o papel de cada região na dinâmica capitalista. Nesse sentido, buscaram recuperar o papel dos Campos

Gerais no que se refere à economia, tentando contornar o estigma produzido nessa região após a imigração dos russo-alemães do Volga que não conseguiram prosperar uma agricultura na região e acabaram integrando-se no comércio da erva-mate. Assim, o século XX aparece como decisivo na afirmação daquela região, momento em que, segundo os autores, esta foi recuperada aos negócios do campo sob a perspectiva da agroindústria na imigração dos holandeses que se estabeleceram em Carambeí, imigração que atraiu outros imigrantes por volta dos anos 1950, como os holandeses que se estabeleceram em Castrolanda e mais tarde os imigrantes menonitas em Witmarsum.

A identidade paranaense ainda nos anos 1960 se apresenta como uma construção frágil, tendo em vista que a identidade depende do processo de subjetivação dos indivíduos. A fragilidade reside também na identificação destes com uma cultura, pois o Sudoeste identifica-se com uma cultura gaúcha e catarinense; o Norte identificado com a cultura paulista; Os Campos Gerais o “Paraná profundo”, no sentido euclidiano, a partir do discurso dos autores, ambicionaram torná-lo um monumento do regionalismo paranaense.

Deste modo, enfatizaram uma política paranaense orientada à integração rodoviária, facilitando a correspondência regional para que pudessem manter uma coesão quanto à dimensão física do território paranaense. Assim, a construção da Rodovia do Café em 1960, concretizou a convergência dos interesses entre o Paraná “tradicional” e o Paraná “Moderno”.

Entusiasmados pelo crescimento demográfico paranaense na primeira metade do século XX, buscaram de alguma forma solucionar problemas quanto à identificação destes indivíduos com o regionalismo paranaense, ao passo que a economia paranaense se deslocava no sentido Norte-Sudoeste.

Decorrente disso surgiu conflitos no Norte e Sudoeste, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960. Os autores se deparam com os conflitos e também com a eclosão dos movimentos sociais do campo no Paraná, numa história do tempo presente, da mesma forma que Tucídides buscou compreender a Guerra do Peloponeso (404 a.c) e Euclides da Cunha o conflito de Canudos (1893-1897).

Deste modo, apresenta a preocupação destes intelectuais quanto à projeção do Paraná no cenário nacional e internacional e como estes tentaram disseminar o discurso dos migrantes “laboriosos” atraídos pela propaganda dos “vazios demográficos”, da fertilidade da terra roxa, na promoção de um ideário do desenvolvimento agrário constante.

De alguma forma, nas entrelinhas dos discursos, os autores buscaram compor o diagnóstico do Paraná até os anos 1960, no qual demonstram a preocupação para com as políticas públicas de infraestrutura (estradas, energia), bem como não davam por solucionado

o problema da integração regional. Lamentavam a política estadual que tendia direcionar políticas para as regiões a partir da sua importância econômica. Desta forma, o discurso das obras demonstra uma tentativa de mediação da realidade paranaense dos anos 1960, bem como inferiam um determinado sentido para o Paraná na política nacional.

Nas imagens espalhadas pelo livro trouxeram imagens: de pinheiros, do pinhão, do café, de construções antigas de Paranaguá e Morretes, representação da Emancipação Provincial por Teodoro de Bona, as Congadas da Lapa, ucranianos, holandeses, russos, italianos, imagens do Litoral, Curitiba, Campos Gerais, Norte e do Sudoeste do Paraná. Ao mesmo tempo em que buscava afirmar os estudos sociais, traziam imagem de políticos como Jesuíno Marcondes, João José Pedrosa, Xavier da Silva, Vicente Machado, Carlos Cavalcanti, Caetano Munhoz da Rocha, Ermelino de Leão e Francisco Negrão.

Em geral, as imagens vinham sem ligações aparentes com os textos, no entanto, o que vale destacar é que, de forma implícita, a última imagem utilizada no livro, no penúltimo tópico do livro, intitulado “Cultura Paranaense”, é o painel de Poty Lazarotto, erigido no momento das comemorações do Centenário da Emancipação Política do Paraná em 1953, reafirmava um marco político colocado em evidência, na medida em que a identidade paranaense é articulada por uma vontade política das elites. Desta forma, o discurso invocara um passado paranaense orientando-o a um futuro.

O discurso do regionalismo visou produzir *habitus* que pudesse ser mobilizado pelos outros agentes e difundido tanto nos discursos oficiais como nos livros didáticos, buscando constituir os livros referência aos Estudos regionais do Paraná. A partir dos seus discursos, os intelectuais ocuparam lugares de destaque na política paranaense e nacional e seus discursos ainda se fazem presentes e relevantes na compreensão da identidade paranaense no século XXI na medida em que são apropriados e ressignificados nos discursos oficiais e também acadêmicos.

4 FONTES

ATA da Reunião do Departamento de História da Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, realizada em 2 de dezembro de 1964 [registrando sua constituição em princípios de maio de 1959]. *História: Questões & Debates*, Curitiba, UFPR, n.50, jan-jun., 2009.

BALHANA, Altiya Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: UFPR, 1968.

_____; WESTPHALEN, Cecília. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

Carta a Ney Braga. 25 de janeiro de 1976. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Carta de Odah Regina Guimarães. 02 de fevereiro de 1982. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Curriculum Vitae Altiya Pilatti Balhana. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Curriculum Vitae Cecília Maria Westphalen. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Discurso da Profa. Dra. Cecília Maria Westphalen, em nome da Comunidade Acadêmica da UFPR, na solenidade de entrega do título de “Doutor Honoris Causa” ao Excelentíssimo Senhor General do Exército Ernesto Geisel. 16 de janeiro de 1981. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: questões & debates**, 8(14/15):177-205, jul.-dez. 1987.

Ofício a Fernand Braudel. 05 de maio de 1964. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

Sem título. Homenagem a Brasil Pinheiro Machado. 19 de dezembro de 1978. Disponível em: Arquivo Público do Paraná. Fundo Cecília Maria Westphalen.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 65-91, 2006.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Gênese das Ciências Sociais no Paraná. In: OLIVEIRA, Márcio de. (Org). **As Ciências Sociais no Paraná**. Curitiba: Ed. Protexoto, 2006, pp. 39-50.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

_____; CHARTIER, Roger. Gente com História, gente sem história. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**. São Leopoldo, v. 10, n. 1, p. 90-98, Jan-Abr, 2006.

BURMESTER, Ana Maria; MAGALHÃES, Marionilde B. D; PAZ, Francisco Moraes. O paranismo em questão. In: SILVA, Márcio. (org). **República em Migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 145-160.

CAMPOS, Nêvio. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade (1892-1950)**. Curitiba: Ed. UFPR, 2008.

CAREGNATO, Rita C. A; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: **Texto Contexto Enfermagem**, p. 679-684, out./dez., 2006.

CASTRO, Iná E. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1992.

CERRI, Luis F. Non ducor, duco. **A ideologia da paulistanidade e a escola**. 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CHAVES, Evenice Santos. Nina Rodrigues: sua interpretação do evolucionismo social e da psicologia das massas nos primórdios da psicologia social brasileira. **Revista Psicologia em Estudo**, v. 8, nº 2, p. 29-37, 2003.

CORDOVA, Maria Julieta W. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, 12(2), p. 151-190, Inverno, 2007.

_____. **Tinguís, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense, 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CODATO, Adriano. Estado, elite, ideologia e instituições: o Estado Novo no Brasil. In: II Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de Estudos, 2008, Porto Alegre. **Anais II Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de Estudos**, 2008, p. 1-10.

CUNHA, Luiz A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial**: o caso do Paraná tradicional. 147 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

DANTAS, Aldo. **Introdução à ciência geográfica: geografia**. Natal: EDUFRN, 2008.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. **Fundamentos sociales de las economias postindustriales**. 2ª ed. Barcelona: Ariel, 2011.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2009.

FÁVERO, Maria de L. A. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, Curitiba, nº 28, p. 17-36, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

FERRAJOLI, LUIGI. **Los fundamentos de los derechos fundamentales**. 4. Ed. Madrid: Trotta, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**: decadência e patriarcado rural e desenvolvimento urbano. 2ª ed. São Paulo: José Olympio, 1951.

FRIZON, Marcelo. **O Regionalismo na Literatura Brasileira**: o Diagnóstico de Antônio Cândido, 2007, 127 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **A questão meridional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1978.

GOMES, Angela C. **Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade:** presentismo: e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **Revista Antares**, Caxias do Sul,, nº3, jan-jun, 2010, p. 2-24.

_____. **Regional-global:** dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo.** Apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Difel, 1962.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O Estado do bem-estar social na idade da razão.** A reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KUNHAVALICK, José P.; SALLES, Jefferson de O. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de (org.). **A construção do Paraná moderno.** Políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: Imprensa Oficial, 2004.

LE GOFF, Jacques. **A história nova.** 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **História e memória.** 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MACHADO, Paulo P. Guerra, cerco, fome e epidemias: memórias e experiências dos sertanejos do Contestado. **Topoi**, v.12, n. 22, jan./jun., 2011, p. 178-186.

MARCHETTE, Tatiana D. **A trajetória de Brasil Pinheiro Machado e a construção historiográfica do Paraná no território acadêmico; 1928-1953: do poema ao modelo historiográfico.** 360 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Hucitec. 1991.

MONTEIRO, Lorena. Estudo das elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.12, p. 25-32, jan./jun., 2009.

MOTA, Carlos G. **Ideologia da cultura brasileira: 1933-1974**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

_____. **Educação, contra ideologia e cultura: desafios e perspectivas**. São Paulo: Ed. Globo, 2011.

MOTA, Lúcio T. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924)**. Maringá: Eduem, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio das genealogias: classe dominante e estado no Paraná (1853-1930)**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, CLAUS. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2000.

PEREIRA, Luís F. L. **Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus R. **Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico das sociedades paranaenses, 1829-1889**. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.)

PESAVENTO, Sandra J. História regional e transformação social. In: SILVA, Márcio (org.). **República em migalhas**. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 67-79.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p. 200-212.

PONTES, Roberto. Semana de Arte Moderna de 1922: razões e consequências: In: **Modernismo – 80 anos**. Ceará: Academia Cearense de Letras, 2002, p. 15-32.

RAMOS, Guerreiro. A sociologia de Max Weber. *Revista de Serviços Públicos*, Brasília, 57 (2), p. 267-282, abril./jun., 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Helenice. O intelectual no “campo” cultural francês – do “Caso Dreyfus” aos tempos atuais. In: **Revista Varia História**, Belo Horizonte, vol. 21, nº 34, p 395-413. Jul. 2005.

RODRIGUES, Henrique E. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 29, nº 57, p. 165-186, 2009.

SARTRE, Jean-Paul. **Em defesa dos intelectuais**. São Paulo: Ática, 1994.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, nº 40 (1), p. 27-55, 2006.

VALENTINI, Delmir J. **As atividades de Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). 301 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

VELHO, Gilberto. O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado. In: **Revista Sociologia: Problemas e Práticas**, n. 48, p. 11-18, 2005.

WEBER, MAX. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.